



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO  
ESTADO DO ACRE

RELATÓRIO DE GESTÃO  
ANO 2008

---

## Apresentação

Este relatório de gestão sintetiza os principais avanços obtidos na Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre no ano 2008 e suas dificuldades existências. Durante esse período, o incremento dos trabalhos desenvolvidos pela instituição neste Estado foi ampliado e adequado à estrutura formal, física e a disponibilidade de pessoal aqui lotado, visando a melhoria do desempenho operacional e melhor cumprir seu papel na sociedade brasileira. Foi uma grande conquista para a instituição os resultados obtidos nesta quadra do tempo em decorrência dos obstáculos encontrados. Para consecução destes objetivos, foi fundamental o apoio dos órgãos centrais e das demais instituições companheiras na consecução da lei e da ordem, nas suas mais diferentes áreas, com destaque para os órgãos da Justiça, Ministério Público e IBAMA.

Como consequência dos bons trabalhos trilhados, foram desenvolvidas ações estratégicas focadas na garantia da lei e da ordem, intensificando o combate à criminalidade na nossa circunscrição, mediante o fortalecimento da repressão e prevenção às atividades criminosas mais evidentes como o tráfico de armas e drogas, a lavagem de dinheiro, a entrada e saída de pessoas sem o devido controle migratório. Também se deu destaque aos crimes ambientais (biopirataria, tráfico de animais, e poluição hídrica), contrabando e descaminho e crimes pela Internet. Mesmo com as dificuldades recorrentes de cortes e contingenciamentos de recursos, esta descentralizada buscou de todas as formas a perfeita execução das operações da Polícia Federal, o que não casou implicação significativamente na eficácia das ações policiais federais.

Faz-se mister, garantir o fluxo de recursos para a execução dessas operações na medida em que isso se reflete no aumento da arrecadação tributária (combate ao descaminho e à sonegação fiscal), do fluxo turístico, da segurança para o investimento produtivo, da redução da demanda do Sistema de Saúde, do combate à evasão de recursos públicos (superfaturamento na aquisição de obras, evasão de divisas, etc.), de maior segurança das fronteiras, dos povos indígenas e de outros aspectos voltados à manutenção dos interesses da União.

O setor da Inteligência se fortaleceu e contribuiu ativamente no combate aos ilícitos como desmatamento e narcotráfico.

Em 2008 a SR/DPF/AC intensificou o combate aos crimes contra a propriedade intelectual e industrial (pirataria), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual de infante-juvenil e a pedofilia, reprimiu o trabalho escravo, combateu os crimes contra a Previdência Social, contra os direitos humanos e outros crimes contra bens, serviços e interesse da União, atuando de forma integrada com suas delegacias do interior e Órgãos Centrais e demais órgãos afins.

Atuou-se na execução de medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visitas ao nosso Estado.

Por fim, cabe ressaltar que a intensificação do combate à criminalidade atendeu às diretrizes do Programa do novo Governo para Segurança Pública, consubstanciado nos seus objetivos estratégicos setoriais.

**ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA**  
Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional em Exercício

## Breve Histórico do Departamento de Polícia Federal

A Polícia Federal tem na sua origem a Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, criada por D. João VI, em 10 de maio de 1808, com as mesmas atribuições que tinha em Portugal, e sendo designado para o cargo de Intendente-Geral de Polícia da Corte o Desembargador e Ouvidor da Corte, Paulo Fernandes Viana.

Com o Decreto-Lei nº 6.378, de 28 de março de 1944, a antiga Polícia Civil do Distrito Federal, que funcionava na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, ex-capital da República, no Governo de Getúlio Vargas, foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), diretamente subordinado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

De acordo com o referido Decreto-Lei o DFSP tinha a seu cargo, no Distrito Federal, os serviços de polícia e segurança pública e, no território nacional, os de polícia marítima, aérea e segurança de fronteiras.

Ficou também estabelecido que as Secretarias ou Departamentos de Segurança e Chefaturas de Polícia dos Estados receberiam orientação do DFSP sobre assuntos de ordem política e social, relacionados com a segurança pública do país.

Posteriormente, por força do Decreto-Lei nº 9.353, de 13 de junho de 1946, foi atribuída competência ao DFSP, em todo o território nacional, para:

- a) os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras;
- b) a apuração das seguintes infrações penais e da sua autoria:
  - que atentarem contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado, a ordem social e a organização do trabalho;
  - referentes à entrada, permanência ou saída de estrangeiros no território nacional;
  - definidas nos títulos X (crimes contra a fé pública) e XI (crimes contra a administração pública) do Código Penal, quando a interessada é a Fazenda Nacional; e
  - quanto ao comércio clandestino ou facilitação do uso de entorpecentes.

As competências atribuídas ao DFSP tiveram restrições em razão dos poderes dos Estados para prover as necessidades do seu governo e da sua administração, contidos no art. 18, parágrafo 1º da Constituição Federal de 1946. Ainda o art. 5º no inciso VII concedia à União apenas competência para “superintender” aqueles serviços. Isso não significava executar ou atuar, mas apenas fiscalizar, inspecionar e observar.

Agir fora desse limite era arriscado a ser interpretado como praticante de ato inconstitucional.

Já na segunda metade da década de 1950, a futura capital se encontrava em fase de construção acelerada. A população crescia desordenadamente, em uma “cidade” cuja administração ainda não tinha se estabelecido oficialmente.

Levando-se em conta a procura de trabalho rendoso, enriquecimento rápido e o afluxo de aventureiros chegados à Brasília de todas as partes do País, fez-se necessária a criação de uma força policial organizada para conter os que originavam toda sorte de delinquência.

O Dr. Israel Pinheiro, então presidente da Companhia Urbanizadora Nova Capital do Brasil (NOVACAP), solicitou ao governo do estado de Goiás providências para legalizar a Polícia de Brasília, já existente, em organismo denominado Divisão de Segurança Pública da NOVACAP.

Em 9 de dezembro de 1958, o governador do estado de Goiás sancionou a Lei nº. 2.364, de 9 de dezembro de 1958, criando o Departamento Regional de Polícia de Brasília (DRPB), ao qual se subordinava a Guarda Civil Especial de Brasília (GEB), permanecendo assim até a inauguração da capital federal, ocasião em que o DRPB foi incorporado ao Departamento Federal de Segurança Pública.

Com a inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, todos os órgãos dos poderes da República vieram para esta capital.

Pela Lei nº 3.754, de 13 de abril de 1960, que trata da organização administrativa do Distrito Federal, no art. 53 e seus parágrafos, o DFSP passou a ser situado em Brasília e a realizar os serviços de policiamento de caráter local, constituído do Serviço de Polícia Metropolitana, cuja estruturação dependia de lei especial. Para que pudesse funcionar, foram criados um cargo de chefe de polícia, três de delegado e três de escrivão.

Precariamente, a sede do DFSP foi instalada em um galpão de madeira da NOVACAP até outubro de 1960. Depois foi transferida para o 5º andar do bloco 10 da Esplanada dos Ministérios.

Sem meios para funcionar plenamente, a solução encontrada foi o aproveitamento do pessoal que integrava o DRPB, criado pela Lei nº. 2.364, do governo do estado de Goiás, com jurisdição em toda a área destinada ao Distrito Federal. Passou-se, então, à busca de uma estrutura para o DFSP calcada nos moldes mais avançados, vindo servir de modelo a estrutura de outros aparelhos policiais, tais como: os da Inglaterra, Canadá e dos Estados Unidos da América.

No final do ano de 1960, foi encaminhado pelo Poder Executivo um anteprojeto de lei com vista à criação de um organismo policial que, em sua composição estrutural, se assemelhasse às instituições de segurança dos países acima referidos, inclusive no tocante às denominações pretendidas para os cargos a serem criados.

Somente em 1964, com a mudança operada no pensamento político da Nação, a idéia da criação de um Departamento Federal de Segurança Pública, com capacidade de atuação em todo o território, prosperou e veio a tornar-se realidade, com a aprovação da Lei nº 4.483, de 16 de novembro do mesmo ano, reorganizando então o DFSP, com efetivo cunho federal. Em 21 de julho de 1977, foi inaugurado o atual prédio, localizado no SAS, Quadra 6, lotes 9 e 10, em Brasília/DF.

A Lei nº 4.483, de conferia ao órgão atuação em todo o território nacional, relacionando suas atribuições nas alíneas “a” a “p”:

Art. 1º Ao Departamento Federal de Segurança Pública (DESP), com sede no Distrito Federal, diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, dirigido por um Diretor-Geral, nomeado em comissão e da livre escolha do Presidente da República, compete, em todo território nacional:

- a) a superintendência dos serviços de Polícia marítima, aérea e de fronteira;
- b) a fiscalização nas fronteiras terrestre e na orla marítima;
- c) a apuração, com a cooperação dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda e em colaboração com as autoridades dos Estados, dos ilícitos penais praticados em detrimentos de bens, serviços ou interesses da União;
- d) a apuração, em colaboração com as autoridades dos Estados, dos crimes que, por sua natureza, características ou amplitude, transcendam o âmbito de uma unidade federada ou que, em virtude de tratados ou convenções internacionais, o Brasil se obrigou a reprimir;
- e) a investigação e apuração, em colaboração com as autoridades dos Estados, de crimes praticados contra agentes federais, no exercício de suas funções;
- f) a censura de diversões públicas, em especial, a referente a filmes cinematográficos, quando transponham o âmbito de um Estado;
- g) a execução, em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física do Presidente da República, de diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;
- h) a coordenação e a interligação, no país, dos serviços de identificação dactiloscópica, civil e criminal;
- i) a formação, o treinamento e a especialização profissional de seu pessoal e, quando solicitado, de integrantes das Polícias dos Estados, Distritos Federal e Territórios;
- j) a prestação de assistência técnicas e científicas, de natureza policial, aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada;
- l) a cooperação, no país, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional ou interestadual;
- m) a supervisão e a colaboração no policiamento das rodovias federais;
- n) a execução de outros serviços de policiamento atribuídos à União, de conformidade com a legislação em vigor;
- o) a apuração dos crimes nas condições previstas no art. 5º do Código Penal, quando solicitado pelas autoridades estaduais ou ocorrer interesse da União; por determinação do Ministro de Estado da Justiça;
- p) a apuração dos crimes contra a vida ou contra comunidades silvícolas no país, em colaboração com o Serviço de Proteção aos Índios.

#### **Polícia Judiciária da União**

Em dezembro de 1965, a Lei nº 4.878, regulamentada pelo Decreto nº 59.310, de 28 de junho, instituiu o Estatuto do Policial. Esta lei dispôs sobre as peculiaridades do regime jurídico dos funcionários públicos civis da União e do Distrito Federal, ocupantes de cargos de atividades policiais.

A lei considerava policiais civis, os brasileiros legalmente investidos de cargos do Serviço de Polícia Federal e do Serviço Policial Metropolitano e que a função policial fundamenta-se na hierarquia e na disciplina, próprias de suas características e finalidades.

Em 30 de maio de 1966 a Lei nº 5.010, que criou a Justiça Federal, em seu art. 65, determina que a polícia judiciária federal seja exercida pelas autoridades policiais do Departamento Federal de Segurança Pública, observando-se, no que couber, as disposições do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941), da Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, e das demais normas legais aplicáveis ao processo penal.

A Constituição Federal (CF), de 24 de janeiro de 1967, em seu artigo 210, estabeleceu que “O atual Departamento Federal de Segurança Pública passa a denominar-se **Departamento de Polícia Federal** considerando-se automaticamente substituída por esta denominação a menção à anterior constante de quaisquer leis ou regulamentos”.

A Constituição Federal (CF), de 24 de janeiro de 1967, no art. 8º, inciso VII, estabeleceu que competia à União organizar e manter a Polícia Federal, e nas alíneas “a” a “d” descreveu suas atribuições, agora constitucionais, e dessa forma identificada.

A reforma operada em 1967, pelo Decreto-Lei nº. 200, constitui um marco na tentativa de superação da rigidez burocrática, podendo ser considerada como um primeiro momento da administração gerencial no Brasil. Mediante o referido decreto-lei, realizou-se a transferência de atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de obter-se maior dinamismo operacional por meio da descentralização funcional. Instituíram-se como princípios de racionalidade administrativa o planejamento e o orçamento, o descongestionamento das chefias executivas superiores (desconcentração/descentralização), a tentativa de reunir competência e informação no processo decisório, a sistematização, a coordenação e o controle.

Com esta ampla reforma o DFSP passou a denominar-se Departamento de Polícia Federal (DPF), conforme o disposto no art. 210. A Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, que praticamente reformou a CF de 1967, manteve a denominação de Polícia Federal e suas atribuições, agora contidas no inciso VIII, do mesmo artigo.

A Constituição Federal de 1998 manteve a denominação de Departamento de Polícia Federal, elecando suas atribuições no art. 144. Com redação da Emenda Constitucional (EC) nº 19/98 o § 1º, do art. 144 da CF/88 instituiu a Polícia Federal como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira destinada apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei. Também a ela compete prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência, além de exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras e com exclusividade as funções de Polícia Judiciária da União.



# Sumário

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....</b>	<b>9</b>
1.1. NOME COMPLETO DA UNIDADE E SIGLA .....	9
1.2. CNPJ .....	9
1.3. NATUREZA JURÍDICA .....	9
1.4. VINCULAÇÃO MINISTERIAL.....	9
1.5. ENDEREÇO COMPLETO DA SEDE .....	9
1.6. ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET .....	9
1.7. NORMATIVOS DE CRIAÇÃO, DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E RESPECTIVA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO .....	9
1.8. NOME E CÓDIGO NO SIAFI.....	9
1.9. CÓDIGO DA UJ TITULAR DO RELATÓRIO .....	9
1.10. CÓDIGOS DAS UJ ABRANGIDAS .....	9
1.11. SITUAÇÃO DA UNIDADE QUANTO AO FUNCIONAMENTO .....	9
1.12. FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE.....	9
1.13. TIPO DE ATIVIDADE.....	9
1.14. UNIDADES GESTORAS UTILIZADAS NO SIAFI .....	9
<b>2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS.....</b>	<b>10</b>
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	10
2.1.1. NORMAS DE ATUAÇÃO .....	10
2.1.2. PAPEL DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA .....	11
2.1.3. PAPEL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA.....	12
2.1.3.1. APURAR INFRAÇÕES PENAIS EM DETRIMENTO DE BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO, SUAS ENTIDADES AUTÁRQUICAS E EMPRESAS PÚBLICAS; (LISTA EXEMPLIFICATIVA) .....	12
2.1.3.2. APURAR INFRAÇÕES PENAIS CONTRA A ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (LISTA EXEMPLIFICATIVA) .....	13
2.1.3.3. REPRIMIR O CONTRABANDO E O DESCAMINHO .....	14
2.1.3.4. REPRIMIR O TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DROGAS AFINS.....	14
2.1.4. ESTRUTURA DAS AÇÕES.....	14
2.1.5. CENTRO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL COPARTILHADA SOBRE CRIME ORGANIZADO – CICOR .....	17
2.1.5.1. DEFINIÇÃO .....	17
2.1.5.2. OBJETIVOS GERAIS.....	17
2.1.5.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	17
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	18
2.3. PROGRAMAS .....	21
2.3.1. PROGRAMA 1353 – MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL: .....	21
2.3.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA .....	22
2.3.2.1. AÇÃO 5022 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA SR/DPF/AC .....	22
2.3.2.2. AÇÃO 1778 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL (PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA) .....	22
2.3.2.3. AÇÃO 3832 – INTEGRAÇÃO DO SISTEMAS DA POLÍCIA FEDERAL COM OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO À VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA (PRÓ-AMAZÔNIA/PROMOTEC).....	23
2.3.2.4. AÇÃO 1899 – REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS DO SEGMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO (PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA) .....	23
2.3.2.5. AÇÃO 8600 – MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PROJETO PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA.....	23
2.3.2.6. AÇÃO 8979 – REFORMA E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DA POLÍCIA FEDERAL .....	24
2.3.2.7. AÇÃO 8980 – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO DPF .....	24
2.3.3. PROGRAMA 0662 – PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE: .....	25
2.3.4. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA.....	25
2.3.4.1. AÇÃO 2712 – TREINAMENTO DE PESSOAL DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL .....	25
2.3.4.2. AÇÃO 2720 – OPERAÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO .....	26
2.3.4.3. AÇÃO 4679 – SERVIÇO DE PROTEÇÃO A DEPOENTE ESPECIAL.....	26
2.3.4.4. AÇÃO 2726 – PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO .....	26
2.3.4.5. AÇÃO 2679 – FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PRECURSORES QUÍMICOS .....	27

2.3.4.6. AÇÃO 4572 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO .....	27
2.3.4.7. AÇÃO 2586 – SISTEMA DE EMISSÃO DE PASSAPORTE E CONTROLE DE TRÁFICO INTERNACIONAL .....	28
2.3.5. PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO .....	28
2.3.6. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA.....	28
2.3.6.1. AÇÃO 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE.....	28
2.4. ORGANOGRAMA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	30
2.4.1. UNIDADES CENTRAIS: .....	30
2.4.2. UNIDADES DESCENTRALIZADAS – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE – SR/DPF/AC: .....	31
2.4.3. ORGANIZAÇÃO SR/DPF/AC – DELEGACIAS ESPECIALIZADAS VINCULADAS AO DREX .....	32
2.4.4. ORGANIZAÇÃO SR/DPF/AC – DELEGACIAS ESPECIALIZADAS VINCULADAS AO DRCOR .....	33
2.5. DESEMPENHO OPERACIONAL E PLANO DE METAS.....	34
2.5.1. DREX/SR/DPF/AC .....	34
2.5.2. DRCOR/SR/DPF/AC .....	36
2.5.2.1. DADOS ESTATÍSTICOS DE ENTORPECENTES APREENDIDOS.....	37
2.5.3. DELEFIN/SR/DPF/AC .....	37
2.5.4. DELEARM/SR/DPF/AC .....	38
2.5.4.1. IPL INSTAURADOS NO ANO DE 2008 .....	39
2.5.4.2. QUANTIDADE DE ARMAS APREENDIDAS .....	40
2.5.5. COR/SR/DPF/AC.....	40
2.5.5.1. ATIVIDADES REFERENTES AO ANO DE 2008.....	41
2.5.6. DELEFAZ/SR/DPF/AC.....	41
2.5.6.1. ATIVIDADES REFERENTES AO ANO DE 2008.....	42
2.5.7. DELESP/SR/DPF/AC .....	42
2.5.7.1. ÍNDICES.....	43
2.5.8. DELINST/SR/DPF/AC .....	43
2.5.8.1. ATIVIDADES REFERENTES AO ANO DE 2008.....	44
2.5.8.2. ÍNDICES.....	44
2.5.9. DELEMIG/SR/DPF/AC .....	44
2.5.9.1. ATIVIDADES REFERENTES AO ANO DE 2008.....	45
2.5.9.2. ÍNDICES.....	45
2.5.9.3. OUTROS DADOS ESTATÍSTICOS, ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA UNIDADE E DOS RESULTADOS OBTIDOS.....	45
2.5.9.4. NÚMERO DE SERVIDORES EXISTENTES E EFETIVO IDEAL.....	46
2.5.10. DELEPREV/SR/DPF/AC .....	46
2.5.10.1. OBJETIVOS PROPOSTOS PARA 2009 .....	47
2.5.10.2. MELHORIA DE RECURSOS HUMANOS.....	48
2.5.10.3. NECESSIDADES: .....	48
2.5.11. SETEC/SR/DPF/AC E NID/SR/DPF/AC.....	48
2.5.11.1. QUADRO DE DOCUMENTOS EMITIDOS .....	49
2.5.11.2. NID/SR/DPF/AC .....	49
2.5.11.3. ATIVIDADES DE 2008 .....	49
2.5.12. NIP/SR/DPF/AC .....	50
2.5.12.1. ATIVIDADES REALIZADAS NO ANO DE 2008.....	51
2.5.13. DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM EPITACIOLÂNDIA .....	51
2.5.14. DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CRUZEIRO DO SUL.....	52
2.5.14.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA AÇÃO.....	52
2.5.14.1.1. POLÍCIA JUDICIÁRIA.....	52
2.5.14.1.2. REPRESSÃO A CRIMES FAZENDÁRIOS .....	53
2.5.14.1.3. IPL INSTAURADO POR PORTARIA .....	53
2.5.14.1.4. CONTROLE DE IMIGRAÇÃO .....	53
2.5.15. COESF/SR/DPF/AC.....	54
2.5.16. SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/DPF/AC.....	55
2.5.16.1. EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS PELA SR/DPF/AC.....	55
2.5.16.2. EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS POR TRANSFERÊNCIA PARA SR/DPF/AC PELOS ÓRGÃOS CENTRAIS.....	58
2.5.17. NUENG/SR/DPF/AC.....	60
2.5.18. T&D/SR/DPF/AC.....	60

2.5.19. PLANO DE METAS - RESULTADOS ALCANÇADOS DAS METAS POLICIAIS E ADMINISTRATIVAS - ANO DE 2008 .....	61
2.6. EVOLUÇÃO DOS GASTOS GERAIS .....	86
2.6.1. POR PROJETO/ATIVIDADE - PROGRAMA .....	86
2.6.2. DESPESAS EXECUTADAS .....	87
2.6.3. CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO, SERVIÇOS E AQUISIÇÕES EM GERAL (LICITAÇÕES E ADESÕES DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS) .....	88
<b>3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS .....</b>	<b>92</b>
<b>4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....</b>	<b>92</b>
<b>5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO .....</b>	<b>92</b>
<b>6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA .....</b>	<b>92</b>
<b>7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS .....</b>	<b>92</b>
<b>8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>92</b>
<b>9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENUNCIA .....</b>	<b>92</b>
<b>10. OPERAÇÕES DE FUNDOS .....</b>	<b>92</b>
<b>11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO .....</b>	<b>93</b>
11.1. NATUREZA E LIMITES .....	93
11.2. HISTÓRICO DE DESPESAS .....	93
<b>12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO .....</b>	<b>94</b>
<b>13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU .....</b>	<b>94</b>
<b>14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO .....</b>	<b>94</b>
<b>15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÕES DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO .....</b>	<b>94</b>
<b>16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS .....</b>	<b>94</b>
16.1. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS PELAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS .....	95
16.1.1. SERVIDORES .....	95
16.1.2. TERCEIRIZADOS .....	96
<b>17. MECANISMOS DE CONTROLE .....</b>	<b>97</b>
17.1. DEMONSTRATIVO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS - ANEXO A .....	97
17.2. DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES - ANEXO B .....	97
17.3. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO - ANEXO C .....	97
<b>18. DECLARAÇÃO DO CONTADOR OFICIAL RESPONSÁVEL (ANEXO I). .....</b>	<b>98</b>
<b>19. RELATÓRIO DE AUDITORIA TCU Nº. 208263/2008 (ANEXO II). .....</b>	<b>99</b>
<b>20. CERTIFICADO DE AUDITORIA Nº. 208263/2008 (ANEXO III) .....</b>	<b>103</b>



# 1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

## 1.1. NOME COMPLETO DA UNIDADE E SIGLA

Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre – SR/DPF/AC.

## 1.2. CNPJ

00.394.494/0019-65

## 1.3. NATUREZA JURÍDICA

Órgão da administração direta do poder executivo.

## 1.4. VINCULAÇÃO MINISTERIAL

Ministério da Justiça.

## 1.5. ENDEREÇO COMPLETO DA SEDE

Rua Floriano Peixoto, 874 – Centro  
CEP. 69908-030 Rio Branco/AC  
Fone: 68 3212-1200  
[sra.srac@dpf.gov.br](mailto:sra.srac@dpf.gov.br)

## 1.6. ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET

<http://www.dpf.gov.br>

## 1.7. NORMATIVOS DE CRIAÇÃO, DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E RESPECTIVA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

**Criação:** Criada como POSTO pela Portaria 259, de 18/05/65, BS. 095, de 24/05/85. Transformada em DPF. 1 pela Portaria 1545, de 11/12/72, BS. 235, de 12/12/1972. Elevada para Superintendência Regional pela Portaria 039/75, BS. 052, de 18/03/75

**Atribuições e competências:** Art. 144 da Constituição Federal; Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU nº 198, de 16/10/2006.

## 1.8. NOME E CÓDIGO NO SIAFI

Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre – 200070.

## 1.9. CÓDIGO DA UJ TITULAR DO RELATÓRIO

200070

## 1.10. CÓDIGOS DAS UJ ABRANGIDAS

Não consolida outras UJ.

## 1.11. SITUAÇÃO DA UNIDADE QUANTO AO FUNCIONAMENTO

Em funcionamento.

## 1.12. FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE

Segurança Pública.

## 1.13. TIPO DE ATIVIDADE

Policial.

## 1.14. UNIDADES GESTORAS UTILIZADAS NO SIAFI

Primária: 200070  
Tesouro: 200380  
Funapol: 200381

## 2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos

Em consonância com o arcabouço legal que define as atribuições da Polícia Federal, apresentadas a seguir, podemos concluir que o papel das Unidades Centrais e Descentralizadas consolidadas nesse relatório é contribuir com o cumprimento da missão da Instituição.

### 2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

#### 2.1.1. NORMAS DE ATUAÇÃO

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:

*“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:*

*I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;*

*II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;*

*III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;*

*III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;*

*IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”*

Além da Constituição Federal as normas abaixo também norteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº. 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº. 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº. 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº. 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº. 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº. 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981 (Estrangeiros);
- Lei nº. 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº. 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei nº. 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº. 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº. 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº. 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº. 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº. 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-Lei nº. 6.378/1944 (Transformou Polícia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº. 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº. 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº. 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº. 1.300, de 04 de setembro de 2003. (Regimento interno DPF);
- Instrução Normativa No. 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

- **Polícia Judiciária**, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).
- **Polícia Administrativa**, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições, cause prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda ambas as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

## 2.1.2. PAPEL DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

Integrante do Sistema de Segurança Pública, cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão das disposições Constitucionais e Infra-Constitucionais, elencadas mais acima, a Polícia Federal exerce outras atribuições inerentes ao Poder de Polícia da Administração Pública, que podem ser denominadas de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA** em distinção às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**.

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo, e, objetiva, não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do Poder Discricionário e tendo por fundamento, normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições, identificadas com as atividades de POLÍCIA ADMINISTRATIVA, é possível discriminar as seguintes espécies:

**1) Controle Migratório:** Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

*Fundamento Legal: Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).*

**2) Controle de Armas:** A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

*Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM).*

**3) Controle de Segurança Privada:** atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

*Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.*

**4) Controle de Precursores Químicos:** Atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

*Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001.*

**5) Controle de Dignitários:** A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial.

*Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).*

**6) Controle de Identificação Criminal e Civil:** a coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal.

*Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).*

**7) Controle do Patrimônio da União:** Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbação e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta.

*Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003(organização da Presidência).*

**8) Estatística Criminal:** A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais.

*Fundamento Legal: Código de Processo Penal.*

**9) Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União:** atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.

*Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra “n”.*

**10) Controle de Conflitos Fundiários:** acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes.

*Fundamento Legal: Decreto nº 5.834/2004 (estrutura do MJ).*

**11) Representação Externa:** a cooperação, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC – INTERPOL.

*Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).*

**12) Apoio técnico a Estados e Distrito Federal:** a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada.

*Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).*

### 2.1.3. PAPEL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

No tocante às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, o art. 144 da Constituição Federal prevê que a Polícia Federal destina-se a:

- Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;
- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

#### 2.1.3.1. Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas; (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	contra o patrimônio arqueológico
2	crimes na exploração de energia nuclear
3	praticado contra o meio ambiente
4	crimes falimentares
5	de representação caluniosa por improbidade administrativa
6	de responsabilidade contra o meio circulante
7	de trânsito
8	praticado com abuso de autoridade
9	praticado com abuso do poder econômico
10	praticado contra a criança e adolescente
11	praticado contra a economia popular
12	praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano
13	praticado contra a ordem econômica



SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
14	praticado contra a ordem tributária
15	praticado contra a propriedade industrial
16	praticado contra a propriedade intelectual
17	praticado contra as normas de licitações
18	praticado contra as normas de locação
19	praticado contra as relações de consumo
20	praticado contra o mercado de capitais
21	praticado contra o sigilo bancário
22	praticado contra o sistema financeiro da habitação
23	praticado contra o sistema financeiro nacional
24	praticado para lavagem de dinheiro
25	praticado por organização criminosa
26	crimes previdenciários
27	de desvio de crédito e financiamento
28	de interceptação de comunicações
29	praticado contra a administração da justiça
30	praticado contra o serviço de radiodifusão
31	praticado contra os serviços de telecomunicações
32	praticado contra os serviços postais
33	relacionados à situação jurídica do estrangeiro

### 2.1.3.2. Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	crimes eleitorais
2	de deserção e engajamento
3	de discriminação
4	de genocídio
5	de responsabilidade
6	de tortura
7	de tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano
8	praticado contra a liberdade de imprensa
9	praticado contra a organização do trabalho
10	praticado contra a segurança nacional, a ordem política e social
11	praticado contra comissão parlamentar de inquérito
12	praticados contra os índios
13	relacionados com arma de fogo
14	praticado contra a reforma agrária
15	praticado contra a biosegurança
16	praticado contra os direitos humanos
17	de terrorismo

### 2.1.3.3. Reprimir o contrabando e o descaminho

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	contrabando
2	descaminho

### 2.1.3.4. Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	tráfico ilícito de drogas
2	uso ilícito de drogas

## 2.1.4. ESTRUTURA DAS AÇÕES

Para o cumprimento de sua missão Institucional o Departamento de Polícia Federal conta com Unidades Centrais, as quais gerenciam seis (06) Unidades Gestoras, e são responsáveis pela coordenação das atividades da Polícia Federal e pela execução de ações que necessitam de um comando centralizado, as quais aplicaram ou foram beneficiárias de parte significativa do orçamento do DPF no exercício de 2008; e foram responsáveis pelo conjunto de realizações apontadas neste relatório.

As Unidades Descentralizadas contam com Superintendências nas Capitais de todos os Estados da Federal e no Distrito Federal, além de Delegacias espalhadas por todos Brasil, são responsáveis pela execução das ações do Departamento de Polícia Federal em nível Estadual, tanto na atuação como Polícia Judiciária da União, como na atuação como Polícia Administrativa.

O planejamento e a execução das operações serão desenvolvidos em cada uma das Unidades do Departamento da Polícia Federal (DPF), obedecendo às premissas básicas e orientações estratégicas das Unidades Centrais em cada uma de suas áreas de atuação. Na execução dessas ações, deverá ser priorizada a integração com os demais Órgãos de Segurança Pública, notadamente no campo da inteligência policial. Nas áreas de fronteira, em especial na região Amazônica, deverá ser implementada a integração com outras áreas de governo, visando o combate ao tráfico de armas e entorpecentes e delitos ambientais, dentre outras, inclusive mediante a utilização do SIVAM/SIPAM otimizando a utilização dos meios já disponibilizados pelo Sistema e daqueles existentes no DPF. Deverão ser incrementados e modernizados o Controle Migratório e as ações de combate ao contrabando e descaminho, através do controle de pontos estratégicos de fronteira e dos portos e aeroportos do país, com a participação da Receita Federal e de outras Instituições. As operações de repressão a crimes contra o patrimônio público, crimes ambientais, ao tráfico de seres humanos, à pedofilia, poderão ser realizadas em cooperação com forças policiais locais. Além do inter-relacionamento mais efetivo com a SENASP, com a Polícia Rodoviária Federal e com as forças policiais estaduais, deve ser dada prioridade a parcerias com outras agências governamentais - INCRA, IBAMA, FUNAI, INSS, DNPM, DRCI, COAF e MINISTÉRIO DO TRABALHO - nas operações a serem executadas em todo território nacional. Por outro lado, a fixação de um maior efetivo de policiais federais em todo território nacional dinamizará a atuação da Polícia Federal, contribuindo significativamente para a redução da criminalidade.

Nesse contexto organizacional e estratégico, todas as unidades do Departamento de Polícia Federal estão integradas nas ações que buscam o cumprimento da missão institucional em consonância com as diretrizes governamentais que compõem o PLANO PLURIANUAL – PPA - (Lei nº 11.658 de 07/04/2008) onde a Polícia Federal esta inserida no **OBJETIVO ESTRATÉGICO 09 “Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos Cidadãos”**.

Atingir este objetivo pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio nominado **“Brasil sem violência”**, uma das metas do Plano de Governo, tendo como pontos de atuação para a Polícia Federal os seguintes:

- Intensificar a repressão ao crime organizado, a vigilância das fronteiras para impedir o tráfico de drogas e armas e combater a lavagem de dinheiro, integrando mecanismos investigativos, ampliando as bases de dados, reforçando a cooperação internacional;

- Consolidar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), para agilizar os fluxos informativos entre instituições e melhor combater a criminalidade;
- Ampliar o papel de indutor de princípios e práticas policiais do Fundo Nacional de Segurança Pública, complementar na sustentação financeira das políticas estaduais e locais de segurança;
- Ampliar o efetivo da Polícia Federal, mantendo sua independência e fortalecendo sua atuação no controle de fronteiras;
- Expandir a Força Nacional de Segurança Pública;
- Integrar as instituições do Sistema de Justiça Criminal e Segurança, articulando prevenção e repressão e fortalecendo os sistemas de inteligência e informação;
- Continuar o processo de integração dos Sistemas de Informações Criminais, com a ampliação do Sistema Nacional de Inteligência e de Informação em todos os níveis;
- Desenvolver Rede Nacional de Educação em Segurança Pública Cidadã, com a formação integrada dos profissionais;
- Valorizar espaços de participação da população, como ouvidorias e conselhos.

**Para alcance desses desafios as estratégias de atuação estão resumidas nos seguintes aspectos:**

**A. Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.**

DIRETRIZES

1. Articulação das três esferas da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência;
2. Integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade e a prevenção da violência;
3. Prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro;
4. Implementação de programas de integração das polícias;
5. Adoção do policiamento comunitário;
6. Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;
7. Promoção da parceria com a sociedade civil na implementação e gestão das ações de segurança pública;
8. Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
9. Humanização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública;
10. Combate à impunidade;
11. Garantia da integridade de testemunhas e seus familiares.

**B. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.**

DIRETRIZES

1. Implementação de mecanismos de avaliação e de controle social das ações governamentais;
2. Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação;
3. Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na integração com a sociedade;
4. Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública;

5. Aperfeiçoamento dos mecanismos de descentralização da gestão governamental, com ênfase em novas formas de articulação e na capacitação das equipes locais;
6. Garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União;
7. Implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas;
8. Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental;
9. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
10. Conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
11. Combate à impunidade.

### **C. Combater a corrupção.**

#### DIRETRIZES:

1. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
2. Ampliação dos mecanismos de combate à improbidade administrativa;
3. Integração e coordenação de ações preventivas e coercitivas, no combate e na dissuasão da corrupção.

A efetivação da execução das atividades que contribuirão para alcance dos objetivos foi promovida pela institucionalização do Programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade (0662), o qual abrange todas as ações consideradas necessárias ao cumprimento das atribuições do órgão, o qual conta também com outro programa de apoio: O Programa Modernização da Polícia Federal (1353) que tem a finalidade de proporcionar infra-estrutura e equipamentos de suporte a atividade-fim da instituição.

O **Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade** tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

As principais ações destinadas a este objetivo são:

**Ação nº 2720 - Operações de Caráter Sigiloso**, que tem a finalidade de planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

**Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União**, para o combate ao contrabando e ao descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

**Ação nº 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.** O Brasil vem se destacando na condução do controle e fiscalização exercidos sobre produtos químicos que se prestem a produção de drogas, especificamente no que tange ao trabalho desenvolvido pelo Departamento de Polícia Federal e pela modernização dos instrumentos normativos que regem a matéria, contudo para o atendimento dos anseios e necessidades decorrentes do referido controle, deve-se manter uma estrutura de recursos físicos e humanos capaz de suportar e honrar os compromissos assumidos. A Polícia Federal vem atuando na manutenção das atividades de inteligência policial em nível nacional, visando a repressão ao desvio de produtos químicos para elaboração de substâncias psicotrópicas e/ou entorpecentes. Desta feita o trabalho visa prevenir, reprimir, orientar e fiscalizar o controle sobre produtos químicos nas formas previstas da Lei nº. 10.357/01, regulamentado pelo Decreto nº. 4.262/02, Portaria nº. 1.274/03-MJ e IN 19-2005-DG/DPF, Coibindo desta forma, o tráfico de produtos ou insumos químicos para produção de substâncias entorpecentes.



## 2.1.5. CENTRO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL COPARTILHADA SOBRE CRIME ORGANIZADO – CICOR

### 2.1.5.1. DEFINIÇÃO

O Centro Integrado de Inteligência Policial Compartilhada sobre Crime Organizado é uma instância de atuação descentralizada, destinada a estimular a ampliação da cooperação regional, contribuir para integração dos esforços e facilitar e dinamizar o intercâmbio de informações policiais entre os órgãos de Segurança Pública sediados no Estado onde for implantado, adotando-se um processo sistemático de conversão de informações em conhecimentos estratégicos e detecção de “ameaças”, no sentido de antecipar e coibir a materialização de atos atentatórios à segurança pública, do qual devem vir a fazer uso todas as organizações envolvidas em atividades de segurança pública; de inteligência; fiscalização e controle, interagindo estrategicamente na construção do conhecimento e no processo de tomada de decisão.

### 2.1.5.2. OBJETIVOS GERAIS

- Dinamizar o intercâmbio de informações, por meio das seguintes ações:
  - a) Estimular e ampliar o intercâmbio de informações entre as instituições responsáveis pela prevenção e repressão à criminalidade;
  - b) Contribuir para o nivelamento e o desenvolvimento das oportunidades de acesso aos conhecimentos obtidos, mantendo em caráter permanente uma memória técnica dos fatos e eventos co-relacionados;
  - c) Avaliar e difundir as melhores práticas verificadas no acompanhamento das atividades criminosas;
  - d) Apoiar a formação de grupos de trabalho destinados a combater as organizações criminosas;
  - e) Formar profissionais especializados em técnicas operacionais destinadas a combater as organizações criminosas;
  - f) Induzir o intercâmbio multidisciplinar compartimentado, através de diretrizes e critérios específicos.
- Ampliar a cooperação regional, por meio das seguintes ações:
  - a) Fornecer informações para ações operacionais;
  - b) Encaminhar sugestões para aprimoramento de instrumentos legais;
  - c) Agilizar a cooperação administrativa;
  - d) Desburocratizar a cooperação judicial;
  - e) Realizar planos bilaterais e multilaterais;
  - f) Propor convênios e protocolos.

### 2.1.5.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Implantar unidades para geração de conhecimento pelas organizações envolvidas em atividades de segurança pública; de inteligência; fiscalização e controle, para operarem de forma coordenada e integrada, interagindo estrategicamente na construção do conhecimento e no processo de tomada de decisão para o combate e prevenção a atividades de organizações criminosas, por meio das seguintes ações:

- Consolidar um ponto focal dedicado a receber, processar e difundir informações, em tempo hábil, destinadas a instruir investigações policiais, visando o combate e prevenção ao crime organizado;
- Dimensionar o potencial ofensivo de organizações criminosas;

- Avaliar as atividades de integrantes de organizações criminosas e seus espaços geográficos de atuação;
- Fornecer material probatório destinado à instrução de procedimentos policiais;
- Contribuir para a análise e avaliação de temas relacionados à criminalidade organizada.

A criminalidade organizada utiliza as mais variadas modalidades de comunicações e, sabedora das limitações impostas aos órgãos de persecução criminal, vai, paulatinamente, migrando de uma modalidade para outra como forma de dificultar o trabalho policial.

Nesse contexto, para o enfrentamento dessa modalidade criminosa, um sistema integrado de gestão da atividade de inteligência é propiciado pelos CICOR Rio e o CICOR São Paulo que estão aptos a interceptar todos os meios de telecomunicações ora disponíveis no Brasil e possui uma estrutura escalável e expansível para outros meios, com a celeridade que a sociedade exige, de forma que não exista solução de continuidade nos trabalhos policiais.

Portanto as Superintendências da Polícia Federal nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo devem continuar sendo dotadas de meios de interceptar também tecnologias e protocolos que hoje não são possíveis com os demais sistemas em operação. Tal fato, aliado às técnicas de criptografia existentes, será certamente o grande desafio do ramo de Inteligência de Sinais num futuro próximo.

Os equipamentos devem ser dimensionados e adquiridos considerando o cenário estratégico onde atua a instituição e destinados, basicamente, a racionalizar o emprego do efetivo, que é de formação morosa, otimizando a atividade-fim da Polícia, isto é, a produção de provas contra em todas as ações investigativas sob sua responsabilidade, especialmente no combate às organizações criminosas.

Sendo a produção de provas da existência, estrutura, *modus operandi* das organizações criminosas o objetivo estratégico principal da instituição, o produto final deve ser protegido pela legalidade e legitimidade em todas as fases de atuação dos seus agentes nesse processo, para, assim, gerar credibilidade e resultados eficazes junto ao Poder Judiciário, Ministério Público e, principalmente, junto à sociedade.

A credibilidade buscada será atingida na medida em que haja harmonia entre o homem de polícia e os equipamentos adequados à busca da prova. O processo de produção da prova, seja através da conduta do policial, seja pela aplicação de tecnologia, deve ser capaz de, uma vez submetido à auditoria, suportar os controles sob a ótica da legalidade ou do rigor científico.

A eficácia será alcançada com a consumação do processo de persecução penal, através da atuação do Ministério Público e do Poder Judiciária, com conseqüente condenação dos investigados a partir das provas produzidas na fase policial, representando uma aplicação sistêmica e adequada da Justiça Criminal.

O presente projeto terá dentro do DPF um efeito integrador na medida em que a infra-estrutura disponibilizada nos CICOR a serem implantados, possibilitarão o almejado compartilhamento de informações, de recursos humanos, de recursos materiais, de expertise para montagem de planejamento operacional e de treinamento de pessoal entre as diversas áreas operacionais do DPF, Diretoria Executiva (DIREX), Diretoria de Inteligência Policial (DIP) e Diretoria de Combate ao Crime Organizado (DCOR).

O uso de novas tecnologias e novos métodos operacionais que poderão ser usados, manterão o DPF na vanguarda do combate a criminalidade e terá, sem dúvida, um efeito positivo de motivação para a melhoria de todas as demais Agências Parceiras.

## 2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Departamento de Polícia Federal tem como visão: **“TORNAR A POLÍCIA FEDERAL UMA REFERÊNCIA MUNDIAL EM SEGURANÇA PÚBLICA PARA, NO CUMPRIMENTO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, GARANTIR A MANUTENÇÃO DA LEI E DA ORDEM INTERNA E EXTERNA, EM COOPERAÇÃO COM OS ESTADOS SOBERANOS, COMO VALORES FUNDAMENTAIS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA”.**

Nesse contexto, a SR/DPF/AC, como unidade descentralizada, apóia o DPF no cumprimento de suas atribuições, desempenhando seu papel com eficiência e eficácia, realizando operações policiais no âmbito estadual, bem como apoiando as que acontecem nos outros Estados da Federação.

A estratégia de atuação da SR/DPF/AC, em consonância com a visão de futuro do Departamento de Polícia Federal, baseia-se na busca da cooperação e trabalho em conjunto com os órgãos federais e estaduais no Estado do Acre.

Tendo como objetivo primordial o cumprimento de sua missão constitucional neste Estado, com especial ênfase a sua atribuição de Polícia Judiciária, a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre, diretamente ou através de suas unidades descentralizadas (delegacias de Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul), realizou durante o exercício próximo passado um conjunto de ações ostensivas e de inteligência voltadas especialmente ao combate à criminalidade organizada, cujos efeitos são potencializadores da criminalidade comum ou de massa. No curso das ações desenvolvidas procuramos atuar em consonância com as diretrizes fixadas pelo Governo Federal, através da pasta do Ministério da Justiça, sempre de forma transparente e sistêmica, prestando contas à sociedade através dos órgãos de controle interno e externo, bem como por meio da imprensa, nos casos em que a sensibilidade das informações assim permitia.

Operamos em 2008 de forma isolada ou em conjunto com outros Órgãos de Segurança Pública e logramos atingir resultados inéditos nos registros da Polícia Federal neste Estado, como, por exemplo, no combate ao tráfico internacional de entorpecentes, onde superando em muito todos os anos anteriores em volume de apreensões de COCAÍNA.

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre, ou simplesmente SR/DPF/AC, tem como área de circunscrição todo o Estado de Acre, além de algumas cidades do Estado do Amazonas, assim definida:

#### **SR/DPF/AC**

- CIRCUNSCRIÇÃO: 12 municípios
- MUNICÍPIO-SEDE: RIO BRANCO

Acrelândia, Boca do Acre/AM, Bujari, Capixaba, Manoel Urbano, Pauini/AM, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira e Senador Guiomard.

#### **Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul/AC DPF/CZS/AC**

- CIRCUNSCRIÇÃO: 12 municípios
- MUNICÍPIO-SEDE: CRUZEIRO DO SUL

Cruzeiro do Sul, Eirunepé/AM, Feijó, Guajará/AM, Ipixuna/AM, Itamarati/AM, Jordão, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves e Tarauacá.

#### **Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia/AC – DPF/EPA/AC**

- CIRCUNSCRIÇÃO: 4 municípios
- MUNICÍPIO-SEDE: EPITACIOLÂNDIA

Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri.

A SR/DPF/AC totaliza 28 (vinte e oito) municípios, consoante definido na Portaria nº 69/2008-DG/DPF, de 19.02.08. Apesar de abranger poucos municípios é a sua circunscrição em área a ser atendida é bem extensa. O vazio demográfico, as dificuldades de acesso e a enorme faixa de fronteira a ser coberta pela nossa circunscrição representam desafios a serem transpostos com a crescente otimização de nossas missões neste Estado, no entanto, é necessário ressaltar que tais dificuldades também representam maior custo de logística, de desgaste humano e equipamentos.

Para atuar neste Estado, extremamente rico em recursos naturais e com enorme potencial de desenvolvimento esta SR/DPF/AC conta com um efetivo razoável para cumprir sua missão, motivo pelo qual prioriza as ações preventivas e repressivas que atinjam preferencialmente o crime organizado, com foco na gerência de resultados e na eficiência e eficácia da gestão pública e dos programas de governo.

Durante o ano de 2008 a Polícia Federal no Acre realizou uma série de operações policiais de combate ao crime organizado, sendo algumas sob a coordenação do órgão central, que, através de interceptações de telecomunicações devidamente autorizadas pela Justiça, traçou o perfil de organizações criminosas de âmbito nacional com ramificações no Estado do Acre, com seus membros, delitos praticados e modo de atuar, permitindo a prisão dos seus integrantes.

Paralelo a essas ações, a SR/DPF/AC desenvolveu operações de caráter sigiloso, visando à identificação, desbaratamento e prisão de integrantes de organizações criminosas, que vinham utilizando o Estado do Acre como rota para o tráfico de drogas. Por se tratar de crimes complexos, com organizações criminosas bem estruturadas, as operações demandam em alguns casos, um tempo de execução sempre superior a um ano. Algumas operações ainda estão em curso e outras, por terem apenas ramificações no Estado, foram movimentadas para a unidade da federação onde se localiza a sede da organização criminosa.

Num mundo cada vez mais globalizado passamos a conviver com problemas que antes praticamente não existiam ou eram de alcance bastante limitado, sendo o crime organizado transnacional o maior deles. Aproveitar os inúmeros benefícios de uma sociedade globalizada e ao mesmo tempo adotar mecanismos de combate ao crescente avanço do crime organizado transnacional, sem dúvida, é um dos maiores desafios deste século.

A Polícia Federal do Brasil em face de seu caráter federal e em decorrência de sua missão constitucional tem a tarefa precípua, embora não exclusiva, de combater o crime organizado em todas as suas formas, inclusive estabelecendo com forças de segurança de outros países a união de esforços necessária ao cumprimento dessa difícil tarefa. Ressalte-se que as políticas públicas da maioria das nações, em defesa da liberdade e da justiça, e em respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, consagram o crime organizado transnacional, em todas as suas formas de expressão, como a maior ameaça ao Estado de Direito, com potencialidade de ferir a ordem democrática, colocando em perigo a paz mundial, a segurança e a prosperidade da Comunidade Internacional. Neste quadro, sobreleva-se a missão da Polícia Federal como importante componente de uma política criminal que tenha o escopo de dar respostas eficientes às ameaças e inquietações sociais e econômicas fomentadas pelo crescimento do crime organizado transnacional.

O combate ao tráfico internacional de substâncias entorpecentes - boa parte da fronteira do Brasil com a Bolívia e o Peru fica no Estado do Acre, sendo que, apesar dos esforços do Governo Boliviano e Peruano, estes países seguem sendo dois dos três maiores produtores mundiais de COCAÍNA, juntamente com a Colômbia. Desnecessário enfatizar o quanto é importante para o desenvolvimento do nosso País priorizar políticas públicas de redução da demanda de substâncias entorpecentes, prevenção ao uso de drogas e reabilitação e reinserção do usuário de substâncias entorpecentes. Neste diapasão a SR/DPF/AC superou em 2008 todos índices anteriores de apreensão de COCAÍNA no Estado, alcançando marcas históricas de apreensões. Considerando que qualquer quantidade de cocaína quando é transportada das áreas de produção para as áreas de consumo normalmente se apresenta com grau de pureza próximo de 100% (cem por cento) já que somente lhe são acrescidas outras substâncias quando a droga é preparada ("batizada") para a venda ao usuário, momento em que normalmente ela é vendida a 30% de pureza, a conclusão óbvia é que para cada 01 Kg de droga pura apreendida se retira do mercado aproximadamente 03 Kg de droga "batizada".

Foram, ainda, realizadas diversas ações de apoio a outros órgãos públicos federais (IBAMA, MPF, MINISTÉRIO DO TRABALHO, etc.) com atuação neste Estado, destacando-se as ações isoladas e em conjunto com o IBAMA, no sentido de diminuir o índice de desmatamento ilegal no Acre e Amazônia.

Como já foi dito, esta SR/DPF/AC procurou no ano passado atuar em todas as inúmeras áreas de seu vasto rol de atribuições, no entanto, seus melhores resultados foram justamente naqueles temas eleitos pelo Governo Federal como prioritários para este Estado do Acre, como apresentado nos resultados de cada Especializada.

No exercício de 2008 foi de extrema relevância os recursos provenientes da Gestão Tesouro, pois impulsionou as atividades policiais direcionadas ao combate de ilícitos penais e aparelhamento da Polícia Federal. As metas administrativas foram parcialmente alcançadas, mas, verifica-se incontestemente uma melhora no funcionamento da regional que adquiriu materiais permanentes que serviram de apoio as operações policiais.

Com a liberação de recursos do PROMOTEC foi modernizado o laboratório do SETEC em vista da confecção de laudos periciais. Foram adquiridos também materiais permanentes como: viaturas, computadores e outros materiais extremamente necessários para o bom andamento do serviço.

Nesta Regional faz-se necessário a ampliação do espaço físico para os servidores desempenharem suas atribuições, pois, o layout encontra-se defasado e impróprio ao desenvolvimento salutar das atribuições inerentes às atividades fim e meio da SR/DPF/AC. Afirma-se, incontestemente, que houve a liberação de recursos para o início do projeto executivo de construção da nova sede, mas, devido entraves burocráticos e técnicos ainda não foi completamente finalizado para se buscar o empreendimento inicial da construção da sede no exercício de 2009.

Na área administrativa, parte dos servidores foram contemplados com cursos de capacitação, mesmo considerando que houve escassez de recursos para a retromencionada área. Atualmente o quadro administrativo encontra-se bastante reduzido, envelhecido, e, sem nenhum atrativo, como podemos observar no último concurso realizado que atingiu um percentual de mais de 50% de abandono, com isso, levando a contratação de terceirizados para suprir o déficit de pessoal da área-meio, que contribui significativamente para a manutenção e atuação da atividade finalística da Polícia Federal no contexto nacional.

Em razão da carência de pessoal as atividades desenvolvidas pela Polícia Federal foram prejudicadas, e a administração foi obrigada a criar um sistema de triagem criterioso que estabeleceu as atividades mais prioritárias de modo a atender as necessidades mais urgentes e importantes, visando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

É imprescindível que seja recomposto o quadro de servidores policiais (com uma necessidade maior para Agentes e Escrivães) e servidores administrativos de todas as categorias, para que as atividades de caráter policial possam ser realizadas a contento e a execução das tarefas administrativas que vão dar suporte a execução da atividade policial propriamente dita, sejam feitas sem solução de continuidade.

Finalmente, inúmeras foram as adversidades com as quais deparamo-nos no ano passado, com especial destaque para as do ponto de vista econômico-financeiro, carência de material humano, dentre outras, no entanto, é preciso frisar que em 2008 recebemos um número substancial de novos policiais, aumentando assim a eficiência e eficácia de nossa atuação no Estado.

Posto isso, acreditamos que a maior parte dos objetivos propostos foram alcançados e que a SR/DPF/AC finalizou o exercício de 2008 com saldo extremamente positivo em suas ações no Estado do Acre, empregando da melhor maneira possível os recursos disponibilizados pelo Estado Brasileiro.

## 2.3. PROGRAMAS

Considerando as atribuições e competências do Órgão, destacaram-se no ano de 2008 os programas “*Sistema Único de Segurança Pública*” e “*Combate à Criminalidade*”, que consistiram principalmente em dispor de recursos necessários para execução das operações policiais de caráter local e nacional, implantação de sistemas de comunicação integrado com outros órgãos afins, treinamento e aquisição de bens e serviços necessários às ações policiais.

Como subsídio aos programas diretamente ligados à área policial, colaboram os programas de “*Modernização da Polícia Federal*” e “*Apoio Administrativo*”, que visam fornecer serviços, instalações e equipamentos necessários ao ideal cumprimento da atividade fim.

### 2.3.1. PROGRAMA 1353 – MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL:

O Programa apóia-se em posturas adotadas pelo Ministério da Justiça, sendo que os atores responsáveis pelas decisões a serem tomadas em execução direta são servidores de carreira do Poder Executivo, atuando nas funções de Gerente de Programa, Gerente-Executivo e Coordenadores de Ações, não se olvidando os policiais e demais servidores do DPF que atuam em atividades meio, com claros benefícios a todas as Unidades Federativas da União e à sociedade como um todo.

A par disso, conta-se também com a aquisição de equipamentos e sistemas de última geração, bem como assessoria de pessoal especializado, contratado especificamente para auxiliar os trabalhos, de modo a conferir respaldo técnico às ações desenvolvidas. Tal situação pode ser percebida, por exemplo, no Projeto PRÓ-AMAZÔNIA/PROMOTEC, em que, por meio de acordo de cooperação internacional, o DPF vem modernizando, atualizando e dotando de instrumentos tecnológicos necessários as suas Unidades Centrais e Descentralizadas.

Nesse diapasão, podemos destacar algumas estratégias voltadas à atualização da instituição Polícia Federal, tais como modernização dos equipamentos e sistemas utilizados pelos policiais federais; melhora da estrutura e dos modelos operacional e gerencial do DPF; alta tecnologia a ser utilizada no combate à criminalidade; ampliação e reforma das Unidades Descentralizadas; construção de novas unidades em regiões estratégicas e reformas daquelas já existentes; melhor efetividade no controle do tráfego internacional de passageiros; implementação de um sistema integrado de informações, e outras ações a serem decididas em conformidade com o Planejamento estratégico da instituição.

*Tabela I – Dados gerais do programa*

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
<b>Objetivo geral</b>	Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal
<b>Objetivos Específicos</b>	Em decorrência dos erros de estratégias político-administrativas de décadas passadas, observa-se, atualmente, o enfraquecimento das instituições de segurança, o elevado nível de corrupção e a abertura do país para a criminalidade internacional, transformando o Brasil em uma nação de fronteiras abertas. A Polícia Federal, como órgão da administração direta do Governo Federal, responsável pelas atividades de Polícia Judiciária da União, coloca-se à frente dessa situação, apontando suas deficiências e vulnerabilidades e propondo soluções concretas e exequíveis que têm como base fundamental a determinação, a tecnologia e a competência como forças motoras, por excelência, capazes de impulsionar a idéia de modernização e viabilizar a implementação das medidas adequadas. Em função da complexidade das atribuições constitucionais e da sua

<b>Tipo de programa</b>	<b>Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais</b>
	situação atual, a Polícia Federal tem enfrentado dificuldades extremas na consecução dos seus objetivos, convivendo com a escassez de recursos de toda ordem, o que pode conduzir o País a uma condição de extrema vulnerabilidade em matéria de segurança pública. Busca-se com essa programa de governo prover a Polícia Federal das condições adequadas, em termos de estrutura operacional, para que ela possa cumprir de forma eficiente e eficaz com seu mister constitucional.
<b>Gerente do programa</b>	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita
<b>Gerente executivo</b>	Paulo Martins Beltrão Filho
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	Não há indicadores de desempenho para o programa.
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Departamento de Polícia Federal

**VALOR RECEBIDO DA UNIDADE CENTRAL NESTE PROGRAMA: R\$ 239.792,31 (DUZENTOS E TRINTA E NOVE MIL, SETECENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS).**

### 2.3.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

#### 2.3.2.1. Ação 5022 – Construção do Edifício Sede da SR/DPF/AC

**Tabela A – Dados gerais da ação**

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Proporcionar à Polícia Federal a estrutura física adequada ao melhor desempenho de suas funções, aprimorando a qualidade do atendimento ao público externo.
<b>Descrição</b>	Construção do edifício-sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre, na cidade de Rio Branco, por empresas contratadas em processo licitatório, com acompanhamento dos engenheiros da Polícia Federal.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Administração e Logística Policial
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Maria Cláudia Schiavolini Corrêa
<b>Unidades executoras</b>	Divisão de Obras e Engenharia
<b>Unidades executoras</b>	200334 e 200335
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Divisão de Obras e Engenharia e setores de logística das Superintendências Regionais.
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Conhecimento especializado de obras e engenharia, do plano plurianual e da legislação de licitações e contratos.

**Tabela 1 – Metas e resultados da ação no exercício**

<b>META</b>	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO %</b>
<b>Financeira (RAP de 2007)</b>	177.877,00	177.877,00	100
<b>Física</b>	Não há, pois já foi integralmente executada.		

#### 2.3.2.2. Ação 1778 – Implantação do Sistema de Informática e Telecomunicações da Polícia Federal (PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA)

**Tabela B – Dados gerais da ação**

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Prover a Polícia Federal de sistemas de informação e de modernas ferramentas de tecnologia da informação, visando maior agilidade na troca de informações e eficácia nas operações policiais.
<b>Descrição</b>	Reestruturação e desenvolvimento de sistemas de informação e de telecomunicações; contratação de consultorias e de estudos; aquisição de equipamentos e de tecnologias aplicáveis à atuação policial.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Administração e Logística Policial
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Paulo Martins Beltrão Filho
<b>Unidades executoras</b>	200411
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Divisão de Planejamento e Projetos
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Promover a continuidade do processo de modernização do Departamento de Polícia Federal, por meio de acordo técnico internacional e financiamento externo para aquisição de equipamentos, modelagem de redes informatizadas, contratação de consultorias especializadas, treinamento de pessoal para o manuseio correto do sistema, dentre outros. Promover a continuidade do processo de modernização do Departamento de Polícia Federal, por meio de acordo técnico internacional e financiamento externo para aquisição de equipamentos, modelagem de redes informatizadas, contratação de consultorias especializadas, treinamento de pessoal para o manuseio correto do sistema, dentre outros.

**Tabela 2 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	54.216.000,00	54.215.996,00	100
Física	13,000	6,905	53,12

**2.3.2.3. Ação 3832 – Integração do Sistemas da Polícia Federal com os Sistemas de Proteção à Vigilância da Amazônia (PRÓ-AMAZÔNIA/PROMOTEC)**

**Tabela C – Dados gerais da ação**

Tipo	Projeto
Finalidade	Promover maior agilidade nas ações operacionais da Polícia Federal a partir da integração de sistemas de informações e de órgãos parceiros, no âmbito do Sistemas de Proteção e de Vigilância da Amazônia - SIPAM/SIVAM, visando maior eficiência no combate à criminalidade na Amazônia Legal.
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística Policial
Coordenador nacional da ação	Paulo Martins Beltrão Filho
Unidades executoras	200410 e 200411
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Planejamento e Projetos em articulação com a Divisão de Telecomunicações.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Avaliar os sistemas, promover sua adequação, interligar a comunicação institucional e operacional, promover treinamento de pessoal, dentre outras atividades pertinentes ao projeto.

**Tabela 3 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	44.000,00	0,00	0,00
Física	1,000	0,00	0,00

**2.3.2.4. Ação 1899 – Reaparelhamento das Unidades Operacionais do Segmento Técnico-Científico (PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA)**

**Tabela D – Dados gerais da ação**

Tipo	Projeto
Finalidade	Reaparelhar as unidades da Polícia Federal com equipamentos e tecnologias aplicáveis à atividade policial, visando à modernização da instituição e ao aumento de sua eficiência no combate à criminalidade.
Descrição	Aquisição de equipamentos e sistemas para a área de criminalística, de identificação e de outros sistemas aplicáveis à capacitação e à investigação policial; aquisição de aeronaves, de embarcações, de viaturas e outros itens de uso policial para comporem os diversos sistemas relacionados ao Programa de Modernização da Polícia Federal, provenientes de recursos externos; construção de um banco de dados de DNA; aquisição de materiais permanentes e implantação dos planos de segurança orgânica nas Unidades do Departamento de Polícia Federal - DPF, abrangendo a segurança das instalações, segurança do pessoal, segurança de sistemas e segurança de documentos, provenientes de recursos próprios e do Tesouro Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística Policial
Coordenador nacional da ação	Paulo Martins Beltrão Filho
Unidades executoras	200410 e 200411
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Planejamento e Projetos em articulação com a Diretoria Técnico-Científica, o Instituto Nacional de Criminalística e Setores Técnico-Científicos.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Avaliar os sistemas, promover sua adequação, interligar banco de dados, promover treinamento de pessoal, dentre outras atividades pertinentes ao projeto. Implementar os projetos PRÓ-AMAZÔNIA E PROMOTEC, executados em cumprimento ao Acordo celebrado entre o Brasil e a França, com financiamento externo oriundo de acordos celebrados com bancos franceses e alemães.

**Tabela 4 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	56.740.000,00	50.335.868,00	88,75
Física	11,000	0,808	7,35

**2.3.2.5. Ação 8600 – Manutenção e Atualização do Projeto PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA**

**Tabela E – Dados gerais da ação**

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter e atualizar os equipamentos, sistemas e instalações adquiridos por meio do projeto PROMOTEC/PROAMAZÔNIA.
Descrição	Atualização, substituição e/ou modernização dos equipamentos adquiridos e dos sistemas implantados, no âmbito do Projeto PROMOTEC/PRO-AMAZÔNIA, referente aos seguimentos de Identificação, Criminalística, Transporte,

Tipo	Atividade
	Reequipagem, Inteligência, Tecnologia da Informação, Telecomunicações, entre outros, bem como adequação dos laboratórios e respectivas instalações que possam comportar tais produtos, de modo que haja uma contínua manutenção e atualização tecnológica do Departamento de Polícia Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística Policial
Coordenador nacional da ação	Davi Gomes de Oliveira
Unidades executoras	200410 e 200411
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Planejamento e Projetos em articulação com as Diretorias que demandam equipamentos a serem supridos com recursos do projeto.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Avaliar as necessidades das unidades técnico-científicas da Polícia Federal, bem como de outras unidades em condições de receber equipamentos adquiridos pelo projeto, conhecer das normas aplicáveis, buscar as ferramentas tecnológicas e equipamentos adequados e promover treinamento de pessoal, dentre outras atividades pertinentes ao projeto.

**Tabela 5 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	400.000,00	240.426,00	60,11
Física	2,000	0,000	0,00

### 2.3.2.6. Ação 8979 – Reforma e Modernização das Unidades da Polícia Federal

**Tabela F – Dados gerais da ação**

Tipo	Projeto
Finalidade	Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública.
Descrição	Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infra-estrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística Policial
Coordenador nacional da ação	Maria Cláudia Schiavolini Corrêa
Unidades executoras	200334 e 200335
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Obras e Engenharia em articulação com as unidades da Polícia Federal que apresentam maior demanda para adequação de suas instalações prediais.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento especializado de obras e engenharia, do plano plurianual e da legislação de licitações e contratos.

**Tabela 6 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	8.800.000,00	8.499.521,00	96,59
Física	7,000	1.842,985	26.328,36

### 2.3.2.7. Ação 8980 – Construção e Ampliação de Unidades do DPF

**Tabela G – Dados gerais da ação**

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar a Polícia Federal da infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.
Descrição	Construção e ampliação de bases operacionais, da Academia Nacional de Polícia e das demais unidades do Departamento de Polícia Federal, visando à melhoria da instituição e do desempenho de suas atividades policiais e de formação policial, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística Policial
Coordenador nacional da ação	Maria Cláudia Schiavolini Corrêa
Unidades executoras	200334 e 200335
Áreas (na UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Obras e Engenharia em articulação com as unidades da Polícia Federal que apresentam maior demanda para construção de novas sedes com valores orçamentos até o patamar de R\$ 20.000.000,00.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento especializado de obras e engenharia, do plano plurianual e da legislação de licitações e contratos.

**Tabela 7 – Metas e resultados da ação no exercício**



META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	10.050.000,00	7.687.238,00	76,49
Física	5,000	33,886	677,72

### 2.3.3. PROGRAMA 0662 – PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE:

Pesquisas recentes indicam a criminalidade com um dos principais problemas enfrentados pela população. Segundo estudos do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o custo da violência no Brasil em 2004, foi estimado em R\$ 92,2 bilhões, o que representou 5,09% do PIB, ou um valor per capita de R\$ 519,40. Deste total, R\$ 28,7 bilhões corresponderam a despesas efetuadas pelo setor público e R\$ 60,3 bilhões foram associados aos custos tangíveis e intangíveis arcados pelo setor privado. Embora estes custos incluam acidentes de trânsito e suicídios, boa parte está ligada à criminalidade.

Nos últimos anos, a criminalidade no país aumentou substancialmente em todos os seus níveis e modalidades. Tal quadro se deve, não só devido às questões sociais decorrentes dos problemas enfrentados pela economia brasileira, como, principalmente, pela atuação crescente do crime organizado, com fortes reflexos nas taxas de violência e de corrupção nas três esferas de Poder.

Além dos efeitos diretos sobre as vítimas e seus familiares e de um maior dispêndio do Estado com os sistemas de segurança, justiça, saúde e de previdência social, o aumento da violência e da criminalidade impõe gastos de recursos às famílias e empresas, desvia recursos dos setores produtivos, gera perda de capital, ocasiona mudanças de hábitos, bem como inibe o turismo interno e externo e o consumo de determinados bens e serviços. Além disso, o custo da proteção leva as empresas a aumentarem os preços dos seus bens e serviços, o que gera uma diminuição dos negócios e conseqüentemente da atividade econômica.

Por sua vez, o desvio de dinheiro público, decorrente da corrupção, diminui a capacidade de investimento estatal e das empresas e prejudica o desenvolvimento econômico exacerbando cada vez mais a desigualdade social e conseqüentemente aumentando a criminalidade. A redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, propiciará condições favoráveis ao aumento do crescimento econômico, pois cria oportunidades de emprego e diminui as desigualdades sociais, fortalecendo a democracia, a cidadania e a paz social.

*Tabela II – Dados gerais do programa*

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União.
Objetivos Específicos	
Gerente do programa	Romero Luciano Lucena de Menezes
Gerente executivo	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Romero Luciano Lucena de Menezes
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não possui indicadores
Público-alvo (beneficiários)	A sociedade

**VALOR RECEBIDO DA UNIDADE CENTRAL NESTE PROGRAMA: R\$ 1.869.976,47 (UM MILHÃO, OITOCENTOS E SESENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS).**

### 2.3.4. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

#### 2.3.4.1. Ação 2712 – Treinamento de Pessoal do Sistema de Justiça Criminal

*Tabela H – Dados gerais da ação*

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a formação e atualização de pessoal do Departamento de Polícia Federal para o exercício de suas atribuições e o treinamento de outros servidores que atuem diretamente em atividades do sistema de Justiça Criminal, bem como instituir a Universidade Corporativa da Polícia Federal.
Descrição	Formação e o aperfeiçoamento de policiais federais e servidores administrativos para atender as necessidades de pessoal do Departamento da Polícia Federal; formação de policiais de outras entidades congêneres e do sistema de justiça criminal; formação e treinamento que visem aprimorar as técnicas de combate ao crime no âmbito da Polícia Federal, bem como instituir a Universidade Corporativa da Polícia Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Gestão de Pessoal
Coordenador nacional da ação	Anísio Soares Vieira
Unidades executoras	200340 e 200341
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por	Gabinete, Coordenação de Ensino, Coordenação de Altos Estudos em Segurança

Tipo	Atividade
gerenciamento ou execução da ação	Pública e Divisão de Administração.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento de polícia judiciária e gestão administrativa.

**Tabela 8 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	22.926.678,00	13.950.785,00	60,85
Física	1.500,000	9.769,000	651,27

#### 2.3.4.2. Ação 2720 – Operações de Caráter Sigiloso

**Tabela I – Dados gerais da ação**

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Inteligência Policial
Coordenador nacional da ação	Daniel Lorens de Azevedo
Unidades executoras	200334 e 200335
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Inteligência e Núcleos de Inteligência nas Superintendências e Delegacias de Polícia Federal
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento das atividades de inteligência policial, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação.

**Tabela 9 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	10.000.000,00	6.779.876,00	67,80
Física	750,000	1.223,000	163,07

#### 2.3.4.3. Ação 4679 – Serviço de Proteção a Depoente Especial

**Tabela J – Dados gerais da ação**

Tipo	Atividade
Finalidade	Estabelecer e implantar estrutura logística capaz de atender às necessidades de proteção ao depoente especial, garantindo sua integridade física e de seus familiares.
Descrição	Implementação de ações junto ao Ministério da Justiça no sentido do aperfeiçoamento dos serviços de proteção a depoentes especiais; realização de ações de proteção a depoentes não atendidos pelo programa de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, da Presidência da República, que poderão demandar despesas, como a reforma e ampliação de bases operacionais passíveis de serem utilizadas para esse fim; locação de imóveis; aquisição de passagens; custeio de deslocamento policial, alimentação, assistência médica, odontológica e psicológica, dentre outras.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Executiva
Coordenador nacional da ação	Carolina Thais Patriota da Silva Martins
Unidades executoras	200334 e 200335
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Direitos Humanos em articulação com as Delegacias responsáveis por investigações onde testemunhas esteja na condição de depoente especial.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento das atividades ligadas aos direitos humanos, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação.

**Tabela 10 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	600.000,00	239.897,00	39,98
Física	20,000	162,000	810,00

#### 2.3.4.4. Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União

**Tabela K – Dados gerais da ação**

Tipo	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
	e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.
<b>Descrição</b>	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria Executiva
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Rômulo Berrêdo
<b>Unidades executoras</b>	200334 e 200335
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Diretoria de Combate ao Crime Organizado, Diretoria Técnico-Científica, Coordenação Geral de Repressão aos Crimes Previdenciários, ver outras
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Conhecimento das atividades ligadas à repressão desse tipo de delito, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação.

**Tabela 11 – Metas e resultados da ação no exercício**

<b>META</b>	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO %</b>
Financeira	126.178.022,00	121.019.133,00	95,91
Física	3.175,000	445,000	14,02

#### 2.3.4.5. Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

**Tabela L – Dados gerais da ação**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
<b>Descrição</b>	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria Executiva
<b>Coordenador nacional da ação</b>	José Alberto Maciel Costa
<b>Unidades executoras</b>	200334 e 200335
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Diretoria de Combate ao Crime Organizado em articulação com a Divisão de Produtos Químicos.
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Conhecimento das atividades ligadas à repressão desse tipo de delito, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação.

**Tabela 12 – Metas e resultados da ação no exercício**

<b>META</b>	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO %</b>
Financeira	15.825.757,00	12.014.921,00	75,92
Física	32.000,000	37.374,000	116,79

#### 2.3.4.6. Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

**Tabela M – Dados gerais da ação**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços



Tipo	Atividade
	prestados à sociedade e do crescimento profissional.
<b>Descrição</b>	Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Gestão de Pessoal
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Rodrigo Teixeira Antuña
<b>Unidades executoras</b>	200340 e 200341
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Gabinete, Coordenação de Ensino, Coordenação de Altos Estudos em Segurança Pública, demais Diretorias das Unidades Centrais e Divisão de Administração.
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Conhecimento de polícia judiciária, dos planos e programas de capacitação e gestão administrativa.

**Tabela 13 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.500.000,00	1.359.861,00	90,66
Física	3.000,000	759,000	25,30

### 2.3.4.7. Ação 2586 – Sistema de Emissão de Passaporte e Controle de Tráfego Internacional

**Tabela N – Dados gerais da ação**

Tipo	Atividade
<b>Finalidade</b>	Criar mecanismos de segurança a serem aplicados na confecção de passaportes, visando inviabilizar as ações de falsificação desses documentos.
<b>Descrição</b>	Aparelhamento técnico e operacional da Coordenação-geral de Polícia de Imigração e das Unidades Descentralizadas do Departamento de Polícia Federal DPF, no sentido de implantar novos mecanismos de segurança na confecção de documentos de viagem para evitar falsificações, atendendo às normas da Organização de Aviação Civil Internacional OACI/ONU e modernizar o controle do tráfego internacional por meio de fiscalização mecânica e eletrônica desses documentos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria Executiva
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Gilse Aparecida Landgraf
<b>Unidades executoras</b>	200340 e 200341
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Diretoria Executiva, Diretoria de Logística em coordenação com a Divisão de Passaportes.
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Conhecimento da atividade e normas sobre passaporte, imigração e emigração, bem assim de gestão administrativa.

**Tabela 14 – Metas e resultados da ação no exercício**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	55.549.567,00	55.549.355,00	100
Física	1.500.000,000	1.358.653,000	90,58

### 2.3.5. PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

**Tabela III – Dados gerais do programa**

Tipo de programa	Apoio Administrativo
<b>Objetivo geral</b>	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
<b>Gerente do programa</b>	Informação não disponível
<b>Gerente executivo</b>	Informação não disponível
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Não possui
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Governo

### 2.3.6. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

#### 2.3.6.1. Ação 2000 – Administração da Unidade

**Tabela N – Dados gerais da ação**

Tipo	Atividade
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

<b>Descrição</b>	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Departamento de Polícia Federal
<b>Unidades executoras</b>	Informação não disponível
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Informação não disponível
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Não há coordenador vinculado
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Informação não disponível

**VALOR RECEBIDO DA UNIDADE CENTRAL NESTE PROGRAMA: R\$ 4.982.462,01 (QUATRO MILHÕES, NOVECIENTOS E OITENTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E UM CENTAVO).**



## 2.4. Organograma e Estrutura Organizacional

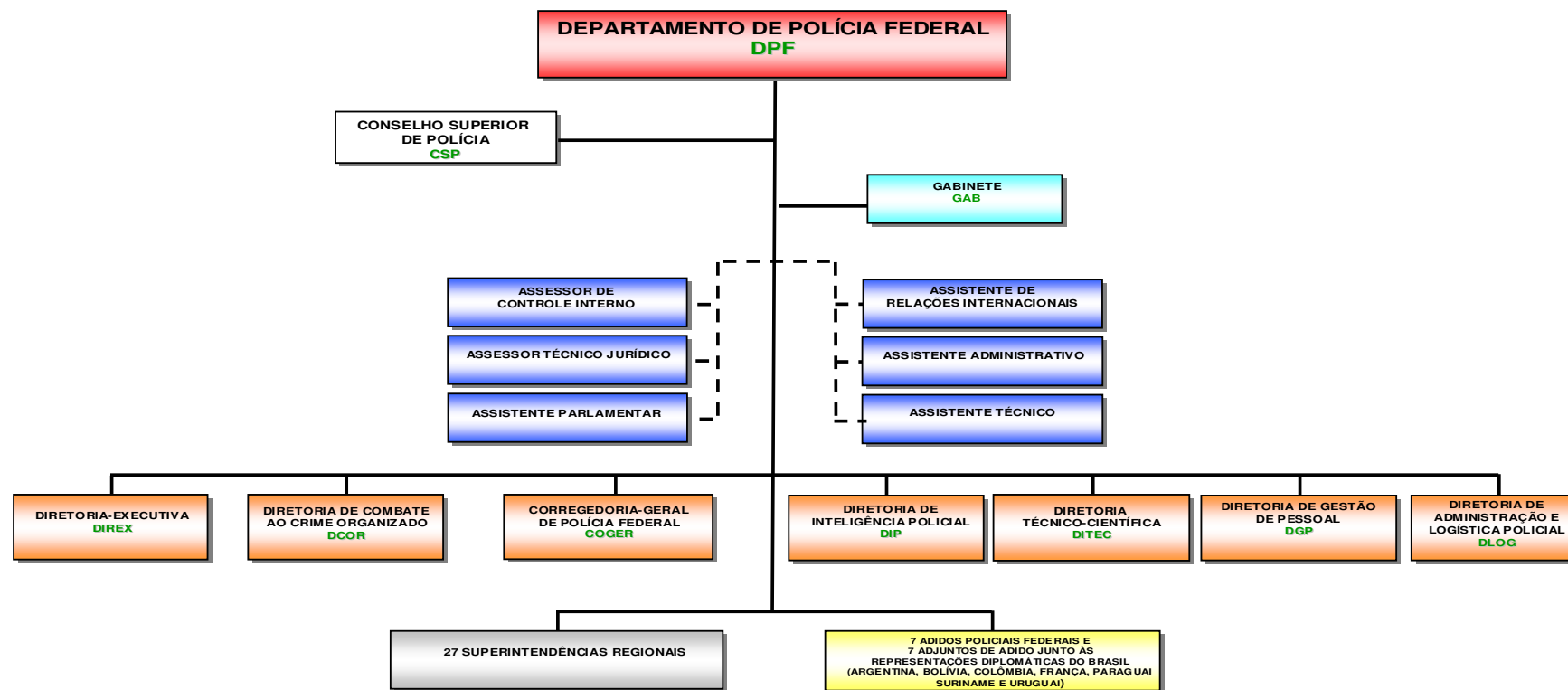
### 2.4.1. UNIDADES CENTRAIS:



## MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



DO&M/CPLAM DO&M/CPLAM DO&M/CPLAM DO&M/CPLAM DO&M/CPLAM DO&M/CPLAM DO&M/CPLAM DO&M/CPLAM DO&M/CPLAM

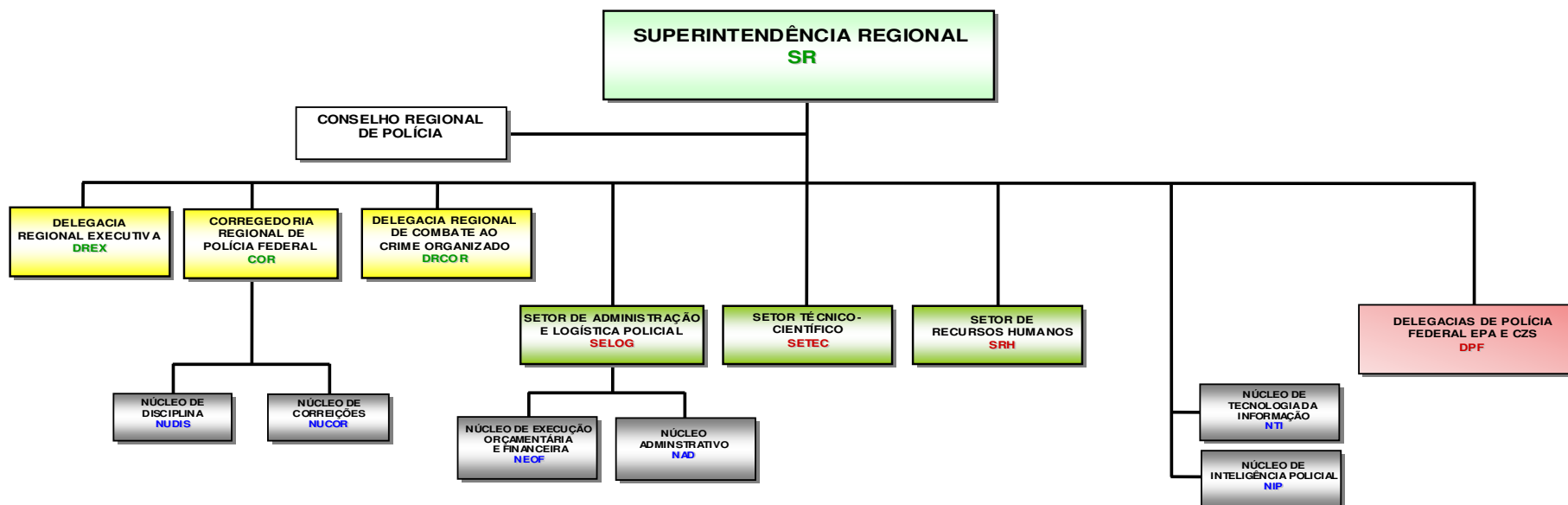




## MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



### SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE



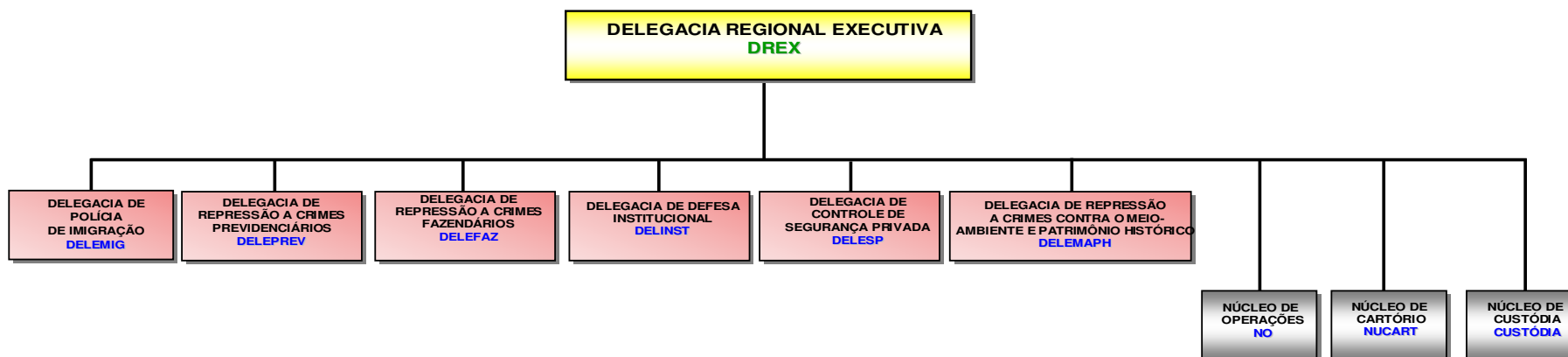


MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL  
NO ESTADO DO ACRE**

**DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA  
DREX**







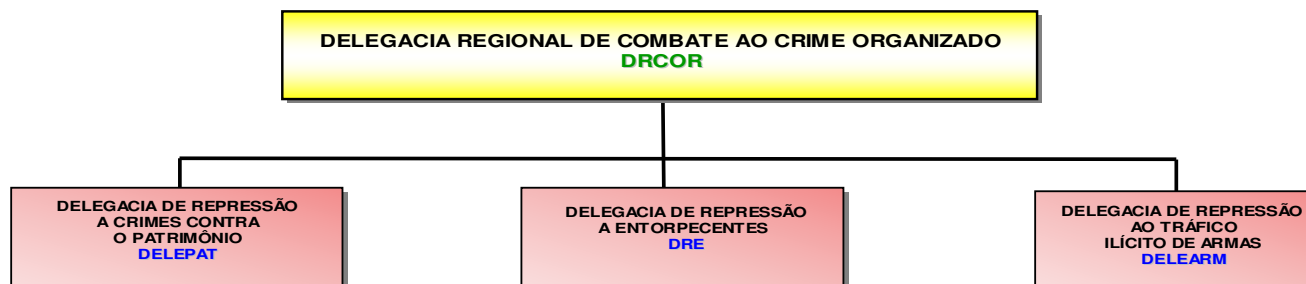
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



DO&M/CPLAM DO&M/CPLAM DO&M/CPLAM DO&M/CPLAM DO&M/CPLAM DO&M/CPLAM DO&M/CPLAM DO&M/CPLAM

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE

### DELEGACIA REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DRCOR



## 2.5. DESEMPENHO OPERACIONAL E PLANO DE METAS

### 2.5.1. DREX/SR/DPF/AC

À Delegacia Regional Executiva compete:

I - propor diretrizes de planejamento operacional referentes à persecução de crimes nas áreas de imigração, previdenciária, fazendária, defesa institucional, controle de segurança privada e de meio ambiente e patrimônio histórico;

II - planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais relativas aos crimes de sua atribuição, na área de atuação da Superintendência, informando o Superintendente sobre seus resultados;

III - controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes da sua atribuição, que se encontram sob responsabilidade de suas unidades subordinadas;

IV - acompanhar, controlar e executar as atividades de segurança física das instalações da Superintendência;

V - articular-se diretamente com o Superintendente sobre os assuntos relacionados ao provimento de recursos humanos, materiais e financeiros, na sua área de atuação;

VI - orientar e fiscalizar a atuação das suas unidades subordinadas descentralizadas;

VII - distribuir o efetivo do pessoal entre suas Delegacias e demais unidades descentralizadas subordinadas, bem como avaliar o desempenho funcional de seus servidores;

VIII - distribuir recursos financeiros e materiais às suas unidades subordinadas, bem como fiscalizar o estado de conservação do material distribuído;

IX - homologar o Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT) e acompanhar a execução do PCDRH, nos assuntos pertinentes a eventos de polícia judiciária, na área de atuação da Superintendência;

X - controlar a guarda, destinação, utilização e conservação de bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;

XI - controlar as autorizações de abastecimento de viaturas;

XII - controlar a utilização e zelar pela manutenção dos armamentos, munições e demais equipamentos e acessórios operacionais sob sua responsabilidade;

XIII - elaborar as escalas, coordenar e controlar o serviço de plantão;

XIV - consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e do Plano de Metas Anual da Superintendência;

XV - controlar a utilização e zelar pela conservação dos bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;

XVI - promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Diretor da DIREX.

#### Evolução dos inquéritos

Período	Instaurados		Relatados		Indiciamentos	
	Quantidade	Evolução	Quantidade	Evolução	Quantidade	Evolução
2006	354		290		442	
2007	360	2%	235	-19%	458	4%
2008	576	60%	349	49%	532	16%
2008 (até 15/04)	114		54			
2009 (até 15/04)	152	33%	90	67%		

A questão da falta de efetivos prejudicou o desempenho das delegacias e setores subordinados à Delegacia Executiva durante todo o ano de 2006 e 2007. Felizmente, pela primeira vez em muitos anos, conseguimos colocar um Delegado de Polícia Federal à frente de cada uma das seis delegacias subordinadas à DREX, o que é essencial para o bom desempenho dessas especializadas, em função da grande quantidade de atividades judiciárias que ali devem ser desenvolvidas.

Além do aumento da quantidade de inquéritos instaurados e relatados, conforme demonstrado no quadro acima, se melhorou sobremaneira a qualidade dos inquéritos e das atividades desenvolvidas nos diversos setores. Não só o aumento de efetivos contribuiu para a melhora do desempenho, temos que destacar ainda que o recebimento de novas viaturas, de equipamentos de inteligência policial, de armamento, munição, computadores, impressoras e mobiliário também têm peso significativo no aumento da qualidade de nossas atividades.

No quadro abaixo se verifica, apenas com exemplo, quantitativos de Ordens de Missão (OM) ou prorrogações que foram cumpridas ao longo de 2008, referentes à área de atuação da DREX, em conjunto com outros órgãos federais ou apenas com policiais federais. Estamos aperfeiçoando um sistema de informática que irá possibilitar a indicação do tipo de OM e finalidade em 100% dos casos, discriminando a quantidade de diárias pagas, duração, emissão de bilhetes de passagens aéreas e se ocorreram prorrogações.

<b>Tipo de atividade</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Quantidade de OM cumpridas</b>
<b>Operações em conjunto com o IBAMA/AC</b>	Combates aos mais diversos tipos de crimes ambientais	147
<b>Operações em conjunto com o INCRA/AC</b>	Solução de questões agrárias ou diligências para instruir inquéritos	12
<b>Operação UPATAKON III</b>	Resolver conflitos de terra em indígenas e arroteiros no estado de Roraima	14
<b>Operação Arco de Fogo</b>	Combater crimes ambientais nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará.	26
<b>Operação Caça Legal I a IV</b>	Realizar o cadastramento de armas de fogo de pessoas residentes em locais remotos	04
<b>Operações com o Ministério do Trabalho</b>	Combate ao Trabalho Escravo	03
<b>Operação permanente BRABO/PEBRA</b>	Combate aos mais diversos tipos de delito que ocorrem na região de fronteira entre Brasil, Bolívia e Peru	180
<b>Barreiras policiais ao longo das BR 364 e 317</b>	Combate aos crimes ambientais, contrabando e descaminho.	15
<b>Operações deflagradas pela Polícia Federal em todo o país</b>	Envio de efetivos para cumprimento de mandados de busca e apreensão, prisão, além de levantamentos preliminares de inteligência policial.	63
<b>Convocação para realização de cursos ou seminários nas mais diversas áreas</b>	Promover o constante aperfeiçoamento de nossos quadros	77

Além das atividades rotineiras de cada delegacia especializada subordinada à DREX e das operações acima mencionadas podemos destacar ainda a realização da OPERAÇÃO HOUDINI, que combateu fraudes contra concessionárias e financeiras de automóveis em cinco estados da federação, em montantes que chegaram a mais de R\$ 20.000.000; OPERAÇÃO CONTRA FALSIFICAÇÃO DE MEDICAMENTOS, desencadeada em conjunto com a ANVISA; OPERAÇÕES BLADE RUNNER E CORUJA, desencadeadas pela DELEMIG, que tem por escopo fiscalizar a permanência de estrangeiros em hotéis e pousadas, além de diligenciar em locais de grande movimentação de estrangeiros, como rodoviárias, aeroportos; por fim, destacamos o excelente desempenho da SR/AC, como um todo, durante a OPERAÇÃO ELEIÇÕES 2008, que permitiu a realização do pleito em todo o estado do Acre na mais perfeita normalidade.

Dentre outras ações necessárias para um melhor desempenho dos setores subordinados à DREX está em fase de conclusão a descentralização do Núcleo de Operações, que agora existirá em todas as especializadas, proporcionando mais agilidade no cumprimento das diligências de cada delegacia e uma melhor especialização dos policiais.

Em relação ao Núcleo de Cartório, que também necessitava melhorar seu desempenho, está sendo implementado um novo sistema de gerenciamento de atividades dos escrivães, como ocorre hoje na Superintendência da PF em Roraima, que irá proporcionar mais eficiência dos setores e das qualidades dos inquéritos policiais.

À Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado compete:

I - propor diretrizes de planejamento operacional referentes à persecução de crimes nas áreas financeira, patrimonial, tráfico e comércio ilícito de armas, tráfico e comércio ilícito de entorpecentes e drogas afins, e de ações relacionadas ao controle e à fiscalização de produtos e insumos químicos;

II - planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais relativas às suas atribuições, na área de atuação da circunscrição da Superintendência, informando ao Superintendente sobre seus resultados;

III - controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes da sua atribuição, que se encontram sob responsabilidade de suas unidades subordinadas;

IV - articular-se diretamente com o Superintendente sobre os assuntos relacionados ao provimento de recursos humanos, materiais e financeiros, na sua área de atuação;

V - orientar e fiscalizar a atuação das suas unidades subordinadas descentralizadas;

VI - distribuir o efetivo do pessoal entre suas Delegacias e demais unidades subordinadas descentralizadas, bem como avaliar o desempenho funcional de seus servidores;

VII - distribuir recursos financeiros e materiais às suas unidades subordinadas, bem como fiscalizar o estado de conservação do material distribuído;

VIII - controlar a guarda, a destinação, a utilização e a conservação de bens apreendidos nas operações policiais de sua atribuição, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;

IX - consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e o Plano de Metas Anual da Superintendência;

X - homologar o Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT) e acompanhar a execução do PCDRH, nos assuntos pertinentes a eventos de polícia judiciária, na área de atuação da Superintendência;

XI - controlar a utilização e zelar pela conservação dos bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;

XII - controlar as autorizações de abastecimento de viaturas;

XIII - controlar a utilização e zelar pela manutenção dos armamentos, munições e demais equipamentos e acessórios operacionais sob sua responsabilidade;

XIV - consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e do Plano de Metas Anual da Superintendência;

XV - promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Diretor da DCOR.

A Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado tem passado por uma estruturação nos últimos anos, sobretudo em 2008, possibilitando uma atuação mais eficaz por parte das delegacias subordinadas.

Diversos materiais foram adquiridos para a área de investigação policial, o que possibilitou um aumento significativo de produção, sobretudo na repressão aos ilícitos envolvendo entorpecentes.

Na tabela a seguir, visualizamos um histórico de apreensões de entorpecentes no Acre pela DRE, sendo relevante ressaltar que do ano de 2006 em diante foi possível dobrar a quantidade de drogas apreendidas e, em 2008, superou-se a quantia de 2007 em 100 quilogramas, na capital do Estado.

### 2.5.2.1. DADOS ESTATÍSTICOS DE ENTORPECENTES APREENDIDOS

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
DPF/EPA/AC	73,000	131,746	16,080	46,082	55,451	159,130	106,666	124,622	96,872
DPF/CZS/AC	4,000	33,060	550,000	2,960	31,287	133,585	16,400	163,649	128,241
SR/DPF/AC	116,737	216,125	113,155	179,756	74,643	159,130	237,406	409,359	502,690
<b>TOTAL</b>	<b>193,737</b>	<b>380,931</b>	<b>679,235</b>	<b>228,798</b>	<b>161,381</b>	<b>451,845</b>	<b>360,472</b>	<b>697,630</b>	<b>727,803</b>

Em que pese as apreensões aludidas, também foi possível fazer um bom trabalho de dismantelamento de quadrilhas especializadas no tráfico, por meio da deflagração de 03 (três) Operações Policiais e inicialização de outras 02 (duas) ainda no ano de 2008, as quais estão em curso no ano de 2009. Acrescente-se à contagem, outrossim, a Operação de Fiscalização de desvio de Produtos Químicos Seis Fronteiras, permitindo uma atuação tanto na frente de prevenção como na de repressão aos ilícitos.

Esse incremento da atuação da DRCOR no Estado, principalmente no âmbito de repressão a entorpecentes, se deu basicamente em função da melhora do número de policiais na Unidade e da aquisição de material de suporte à investigação, fatores estes que estão bem próximos do ideal.

Da mesma forma que a DRE, a DELEARM recebeu da DELINST no ano de 2008 a migração da gestão regional do SINARM, o que possibilitou investir em um número próprio de policiais para si, atualmente discriminados em 01(um) Delegado, 6 (seis) Agentes e 01 (um) Contratado Digitador, os quais proporcionaram um número significativo de registros de armas de fogo no SINARM, incluindo as regiões mais remotas do Estado.

Quanto à DELEPAT, falta demanda para a Delegacia, estando atualmente cumprindo a função de investigar crimes de atribuição genérica da Polícia Federal. Recentemente teve seu chefe substituído pelo Delegado Flávio Augusto, que cumprirá sua função primária dentro do rol de atribuições ordinárias da mesma, mas também prestará apoio direto em todas as investigações de repressão a entorpecentes.

Devido à falta de efetivo disponível não foi possível criar um Núcleo de Repressão a Crimes Financeiros, o que esperamos fazê-lo em breve. Toda demanda destes crimes está sendo suprida subsidiariamente dentro da Delegacia de Repressão a Entorpecentes, principalmente quando o delito é praticado por organização criminosa especializada no tráfico de drogas e que tenha movimentado e ocultado valores.

### 2.5.3. DELEFIN/SR/DPF/AC

À Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas em Regulamento, informando o Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - articular-se com instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas em desvios ilícitos de ativos financeiros nacionais para o exterior, bem como em lesar o Sistema Financeiro e a ordem econômica nacional;

III - apurar os atos ilícitos de natureza patrimonial praticados em desfavor do Sistema Financeiro Nacional, os crimes de lavagem de dinheiro, ocultação de bens e valores e outros correlatos, observada a atribuição da DELEFAZ/DREX, definida em Regulamento;

IV - identificar a ação de criminosos, levantando o seu *modus operandi*, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir os crimes objeto de sua atribuição;

V - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado e ao Chefe da DFIN/DCOR.

Pela estrutura organizacional do DPF, no âmbito da Superintendência Regional do Acre, não existe previsão de criação de uma Delegacia de repressão a crimes financeiros. Referida atividade se desenvolve como coadjuvante em todas as outras frentes de atuação da PF no Estado, não havendo qualquer tipo de dotação orçamentária específica para tal.

O procedimento investigativo atinente à matéria na Unidade é o IPL 165/2008 – SR/DPF/AC – retornado de instaurado em 2004, proveniente da Delegacia de Polícia Federal em Epiplaciolândia/AC.

#### 2.5.4. DELEARM/SR/DPF/AC

À Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas em Regulamento, informando o Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - articular-se com instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas no contrabando e comércio ilícito de armas de fogo, explosivos, acessórios e munições;

III - apurar os crimes de tráfico de armas de fogo, explosivos, acessórios e munições e outros correlatos de atribuição do DPF;

IV - identificar a ação de criminosos, levantando o seu *modus operandi*, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir os crimes objeto de sua atribuição;

V - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado e ao Chefe da DARM/DCOR.

A atividade a cargo da DELEARM – Delegacia Especializada na Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas está prevista no **Plano de Ação Governamental nº 2680 - Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro**, a qual tem a finalidade de combater o crime organizado em todas as suas modalidades, notadamente **O TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS E DE ENTORPECENTES**, o roubo de cargas e a lavagem de dinheiro, atuando de forma integrada com outros órgãos, como Forças Armadas, Receita Federal, Banco Central, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Estaduais e outros. Por sua vez, o mencionado Plano de Ação está inserido no **Programa 0662 - Combate à Criminalidade**, que tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

Embora os índices abaixo tenham sido alcançados ao longo do ano de 2008, os resultados não decorrem de ações diretas da DELEARM, mas como reflexo de outras ações realizadas pelas demais Especializadas e Descentralizadas. Essa situação decorre da atual inexistência de estruturas formais da DELEARM em Rio Branco, reflexo direto da escassez de efetivo policial na SR/DPF/AC e demais unidades do DPF no interior.

Na tentativa de corrigir essa disfunção estrutural que não permite a obtenção de um indicador real das atividades sob a responsabilidade da DELEARM, um esforço está sendo realizado para tentar estruturar e garantir um efetivo mínimo para a especializada. Contudo, deve ser ressaltado que essa reestruturação depende da lotação de policiais federais, notadamente Agentes e Escrivães de Polícia Federal no Estado, ação que não compete exclusivamente à SR/DPF/AC.

O combate ao tráfico de armas durante o ano de 2008 foi satisfatório. A DELEARM/AC cumpriu bem seu trabalho de combater o crime organizado, notadamente o tráfico ilícito de armas, realizando barreiras policiais e trocando informações com outros Órgãos.

Em relação ao tráfico de armas, munições e explosivos, não há registros na Secretaria de Segurança Pública de crimes praticados por quadrilhas especializadas. Tampouco há nesta SR/DPF/AC registros de quadrilhas especializadas, com ramificações externas.

Recentemente o SINARM passou a ser administrado pela DELEARM, em decorrência do SENARM passar para a DARM, aumentando significativamente o trabalho desta Delegacia.

Em conformidade com a Lei nº. 10.826/03, a SR/DPF/AC, instituiu a Operação Caça Legal com o objetivo de recadastrar as armas dos moradores em áreas inóspitas do Acre, tendo em vista as dificuldades de acesso desses moradores aos locais onde exista representação da Polícia Federal, no intuito de regularizarem a situação de suas armas. A Operação Caça Legal foi dividida em 04 (quatro) fases. A 1ª fase ocorreu no vale do Juruá, atendendo as populações ribeirinhas dos rios Moa e Juruá. A 2ª fase desenvolveu-se no rio Purus, a partir de Boca do Acre/AM até Santa Rosa do Purus/AC. A 3ª fase aconteceu na região do Município de Jordão e estendeu-se aos moradores do rio Gregório e moradores da aldeia Nova Esperança, na reserva indígena Yawanawa. A 4ª fase ocorreu ao longo do Rio Juruá, tendo iniciado em Cruzeiro do Sul/AC e foi até o município de Carauari/AM.

#### 2.5.4.1. IPL INSTAURADOS NO ANO DE 2008

OPERAÇÃO /ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
IPL 154/2007	Acre	Apurar possível tráfico internacional de armas e munições, haja vista a informação obtida no IPL 143/07, onde fora conhecido que provavelmente o PM LEUCEMIR "Semir" lotado em Sena Madureira, estaria praticando o tráfico internacional de armas e munições, tendo adquirido inclusive um status financeiro acima do real.	IPL em andamento
IPL 230/2007	Acre, São Paulo, Bahia e Goiás	Apurar a possível prática de crime de comércio ilegal de armas de fogo, praticadas em tese pelo usuário de email daniel.kizzy@hotmail.com	Em andamento
IPL 007/2008	Rio Branco/AC e Goiânia/GO	Apreensão de produtos de fabricação estrangeira sem comprovação de origem (Nota fiscal) e transporte de artefato explosivo (espoleta). Apreensão de 6000 (seis mil) espoletas.	Em andamento
IPL 018/2008	Rio Branco/AC	Auto de Prisão em Flagrante onde fora verificado na casa da pessoa que iria receber a droga, que havia, além de substância entorpecente, munições e demais equipamentos relacionados a armas de fogo. Apreensão de solução de bateria, 03 cartuchos - calibre 36 deflagrados, 05 espoletas, 01 saco com chumbo, 0,38 gramas de maconha, 737 gramas de cocaína.	IPL relatado com três indivíduos presos.
IPL 027/2008	Boca do Acre/AM	Inquérito instaurado com o fim de apurar autoria e posse de munição e pólvora pelo fato de serem localizados na região de Boca do Acre, em região de desmate, em meio a mata fechada, cartucho, munição e equipamentos para recarga. Apreensão de 01 Pedra Breu, 200 gramas de chumbo, pólvora tupã, espoletas, 01 cartucho CBC cal. 16 remanufaturado, utensílios para recarga.	IPL relatado, sem prisões ou indiciamentos
IPL 022/2008	Rio Branco/AC	Apurar autoria do crime de posse de arma encontrada em operação do IBAMA com a Polícia Federal. Apreensão de pistola 380 e espingarda cal 22	IPL relatado, sem prisões ou indiciamentos
IPL 161/2008	Rio Branco/AC	Furto qualificado na residência de APF lotado nesta SR/DPF/AC. Apreensão de pistola 9 mm, munições e carregador.	IPL relatado. Operação desencadeada em detrimento da autorização judicial pelas buscas, sendo que foram cumpridos três mandados de busca e apreensão, sendo dois mandados previamente autorizados judicialmente e um realizado com consentimento de morador, fora realizada prisão em flagrante de um indivíduo pelo crime de receptação e diversas diligências na tentativa de serem localizados os telefones celulares e a arma furtada. Todas tentativas lograram Êxito, sendo que os bens foram localizados e as equipes policiais se mantiveram em constante movimentação até o final da operação, que se encerrou com a prisão dos envolvidos e arrecadação dos bens

OPERAÇÃO /ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
			roubados. Foram presos e indiciados RADSON FREITAS DA SILVA, FRANCISCO MARQUES TORREJON, ANTONIO ARIVALDO DE OLIVERIA RIOS e um PMAC por prevaricação.
IPL 156/2008	Rio Branco/AC	Inquérito instaurado para verificar crime de comércio ilegal de armas, cometido por um indivíduo conhecido por "SANTIAGO", o qual estaria vendendo armas e munições em Rio Branco, contando, inclusive, com o apoio de policiais militares.	Em andamento
IPL 157/2008	Rio Branco/AC	IPL instaurado para verificar práticas de roubo e furto, cometido por quadrilha no Acre que também podem estar envolvidas em tráfico de armas e/ou drogas.	Em andamento
IPL 147/2008	Rio Branco/AC	IPL instaurado para se apurar crime de Tráfico de armas, supostamente praticado por indivíduo conhecido por "JACARE - O PERIGOSO", o qual estaria vendendo armas e munições mediante encomenda, inclusive com o apoio de policiais.	Houve representação, porém não atendida.
Operação Caça Legal	Rio Branco/AC e demais Municípios do Estado do Acre e Boca do acre/AM	Recadastramento de armas, para os moradores que residem em áreas de difícil acesso, distante das unidades do DPF.	Foram expedidos mais de 6 mil registros

#### 2.5.4.2. QUANTIDADE DE ARMAS APREENDIDAS

TIPO (pistola, revolver, fuzil, etc)	CALIBRE	QUANTIDADE
Revólver	38	18
Pistola	9mm	03
Pistola	45	01
Espingarda	12	03
Espingarda	20	04
Espingarda	28	03
Espingarda	36	02
Espingarda	32	03
Rifle	22	02
Carabina	38	04
Fuzil	223 (ou 5,56mm)	01

#### 2.5.5. COR/SR/DPF/AC

À Corregedoria Regional de Polícia Federal compete:

I - distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial contra servidores do DPF, comunicando tal ato à COAIN/COGER;

II - planejar e executar o Plano de Correições;

III - decidir sobre conflitos de competência, suscitados pelas autoridades policiais;

IV - promover estudos sobre assuntos relacionados a pedidos de instauração de inquérito policial;

V - determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas;

VI - controlar a tramitação de inquéritos policiais e de termo circunstanciado, bem como seus desfechos em Juízo;

VII - decidir sobre a competência da instauração e presidência de expedientes de polícia judiciária que envolvam infrações penais de natureza diversa perpetradas em conexão, ou em continência;





VIII - submeter o Relatório de Correições e de estatísticas mensais à CGCOR/COGER;

IX - promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Corregedor-Geral.

A Corregedoria-Regional de Polícia Federal no Estado do Acre tem procurado atingir anualmente suas metas. Contudo, de uma forma geral, a indisponibilidade de servidores para a Corregedoria-Regional tem sido fator dominante quanto ao não alcance alguns objetivos. A CORREGEDORIA-REGIONAL, além de funcionar autonomamente, possui dois núcleos subordinados a si, quais sejam, o NÚCLEO DE DISCIPLINA (NUDIS) e o NÚCLEO DE CORREIÇÕES (NUCOR). Contudo, estes dois setores contam respectivamente com apenas 01 (um) servidor, ou seja, o seu próprio titular, o que tem impossibilitado o desenvolvimento de um trabalho satisfatório, haja vista a imensa gama de trabalho a cargo apenas destes policiais.

A Corregedoria-Regional conta com 01 (um) Delegado de Polícia Federal e 01 (um) Escrivão de Polícia Federal, o que não é suficiente para atender a necessidade do serviço. Isto se deve ao fato de existir uma grande quantidade de procedimentos administrativos disciplinares, sindicâncias e outras atribuições específicas da Corregedoria Regional. Somado estes servidores ainda desempenham suas respectivas funções policiais.

Houve avanço na estruturação da Corregedoria Regional no ano de 2008, no entanto ainda se faz necessário um reforço de pessoal, ou seja, um servidor administrativo, contratado ou estagiário e um servidor policial para assim conseguir atender a demanda de serviço que existe nesta Corregedoria Regional.

A questão material da Corregedoria-Regional está sendo gradativamente solucionada junto ao SELOG, não sendo este um problema que venha atrapalhar o andamento de suas atividades.

No que concerne aos recursos tecnológicos, o Núcleo de Disciplina tem utilizado o Sistema de Acompanhamento Disciplinar (SAD) para registrar as ocorrências e controlar os andamentos dos processos disciplinares e sindicância. Contudo, o Núcleo de Correições não dispõe de qualquer sistema informatizado, o que normalmente contribui para que o trabalho desenvolvido em cada inquérito seja lento. No caso, a Corregedoria-Regional irá consultar o NTI acerca da viabilidade de se elaborar um software que registre as impropriedades localizadas nos inquéritos policiais, elaborando-se, mensalmente, um relatório de correições parciais, o qual será dado vista a todos os Delegados de Polícia Federal.

#### 2.5.5.1. ATIVIDADES REFERENTES AO ANO DE 2008

ATIVIDADES	Instauração	Andamento	Conclusão	Decisão
Sindicância Investigativa	16	15	01	02
Processo Administrativo Disciplinar	07	03	04	01

#### 2.5.6. DELEFAZ/SR/DPF/AC

À Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas em Regulamento, informando o Delegado Regional Executivo sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - articular-se com instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas em lesar a fazenda pública;

III - apurar os atos ilícitos de natureza patrimonial praticados em detrimento de pessoas, em razão de sua função pública, da ordem fazendária e tributária, contra interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, e outros correlatos, observadas as atribuições da DELEFIN e DELEPAT, definidas em Regulamento;

IV - identificar a ação de falsários, levantando o seu *modus operandi*, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir os crimes de moeda e documentos falsos e outros crimes objeto de sua atribuição;

V - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional Executivo e ao Chefe da DFAZ/CGPFAZ/DIREX.



### 2.5.6.1. ATIVIDADES REFERENTES AO ANO DE 2008

ITEM	TIPO	CRIME	QUANTIDADE	PERCENTUAL
1.	334		40	9,90%
2.	171		49	12,13%
3.	289		10	2,48%
4.	8.137/90		09	2,23%
5.	157		04	0,99%
6.	7.492/86		01	0,25%
7.	155		26	6,44%
8.	9605/98		79	19,55%
9.	299		15	3,71%
10.	304		13	3,22%
11.	9472/97		05	1,24%
12.	312		25	6,19%
13.	297		11	2,72%
14.	168		05	1,24%
15.	4117/62		00	0,00%
16.	342		02	0,49%
17.	293		00	0,00%
18.	OUTROS	DIVERSOS	10	2,48%
19.	TOTAL		404	100%

### 2.5.7. DELESP/SR/DPF/AC

À Delegacia de Controle de Segurança Privada compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas em Regulamento, informando o Delegado Regional Executivo sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - exercer o controle operacional de fiscalização, apurando as infrações verificadas no processo de formação e aperfeiçoamento de vigilantes e no de habilitação e funcionamento de empresas especializadas em serviços de segurança privada;

III - receber, instruir, sanear expedientes protocolizados pelas empresas de segurança privada e, no que couber, pelas executantes de serviços orgânicos de segurança, encaminhando-os com parecer conclusivo à CGCSP/DIREX;

IV - promover a triagem de candidatos selecionados para prestação de serviço de guarda e vigilância bancária;

V - autorizar a abertura de escritório operacional vinculado à filial da empresa que esteja autorizada, na circunscrição da Superintendência;

VI - autorizar a mudança de endereço da empresa, no âmbito da circunscrição da Superintendência;

VII - instruir o pedido de autorização de funcionamento das empresas executantes de serviços orgânicos de segurança, no âmbito da circunscrição da Superintendência, bem como renovar a sua autorização de funcionamento, por meio de revisão anual;

VIII - realizar vistorias e aprovar os planos de segurança dos estabelecimentos financeiros;

IX - promover e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do SISVIP, na área de atuação da Superintendência;

X - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional Executivo e aos Chefes da DICOE e DAPEX/CGCSP/DIREX.

A Delegacia de Controle de Segurança Privada sofreu uma verdadeira transformação no ano de 2008, foi acrescido em 03 (três) Agentes em seu efetivo, além da designação de um Delegado para chefiá-la.

Diante de tal transformação, a DELESP/DREX/SR/AC passou a atuar de forma muito mais efetiva no que tange à fiscalização das empresas especializadas e agências bancárias. Merece especial destaque o fato de a DELESP fazer mais de uma vistoria anual nas agências bancárias, ou seja, além da vistoria para a aprovação do plano de segurança, fazemos uma segunda fiscalização com o fito de verificar a regular execução do plano aprovado. Outro ponto a ser destacado é o efetivo controle dos cursos de formação e reciclagem de vigilantes, a DELESP no ano de 2008 efetivou um controle rigoroso de armas e munições desse segmento, ademais várias aulas de tiro foram acompanhadas presencialmente por Agentes dessa especializada com o objetivo de se verificar se a carga de tiros mínima exigida estava efetivamente sendo ministrada aos alunos.

Finalmente, o ano de 2008 serviu à DELESP para uma modificação no paradigma da Segurança Privada no Estado do Acre, assim, busca-se estabelecer a excelência na área através de planejamento, educação e fiscalização, todos exercidos de forma a preservar os princípios constitucionais que norteiam a atuação da administração pública.

### 2.5.7.1. ÍNDICES

Índices	2003	2004	2005	2006	2007
Aplicação de multas ano	2	1	1	2	1
Certificados emitidos ano	23	23	25	25	25
Carteiras de vigilantes expedidas	47	41	321	575	492
Vistorias realizadas	72	73	76	76	78

### 2.5.8. DELINST/SR/DPF/AC

À Delegacia de Defesa Institucional compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas em Regulamento, informando o Delegado Regional Executivo sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - articular-se com instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas na violação da ordem política e social do País;

III - apurar os atos ilícitos previstos nos acordos e tratados sobre Direitos Humanos dos quais o País é signatário, na Lei de Segurança Nacional, contra a organização do trabalho e dos direitos dos trabalhadores, contra os direitos, patrimônio e vida dos povos e comunidades indígenas, os crimes eleitorais, de Imprensa e os previstos no art. 7o. do CPB, aqueles cometidos a bordo de navios e aeronaves, exceto os de atribuição da Justiça Militar, e outros correlatos de atribuição do DPF;

IV - identificar a ação de criminosos, levantando o seu *modus operandi*, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir os crimes objeto de sua atribuição;

V - expedir, implementar e controlar medidas administrativas relacionadas ao registro, controle, fiscalização e recolhimento de armas de fogo, explosivos, acessórios e munições, bem como à concessão de autorização para compra de munição;

VI - executar e fiscalizar as atividades relativas ao Plano de Segurança Física das instalações da Superintendência;

VII - executar as ações para a gestão, implementação e articulação do SINARM, no âmbito da circunscrição da Superintendência;

VIII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional Executivo e ao Chefe da DSD/CGDI/DIREX.

### 2.5.8.1. ATIVIDADES REFERENTES AO ANO DE 2008

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Operação Eleições	Estado do Acre e Município de Boca do Acre/AM	Suporte técnico operacional nas eleições	Apuração das ocorrências eleitorais, bem como da garantia da integridade física dos juízes e membros do MP.

### 2.5.8.2. ÍNDICES

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Segurança de Dignitários	02	02	04	03	04
Proteção de testemunhas ameaçadas	03	01	03	02	03
Registros de arma expedidos	15	80	10.412	2.752	--
Portes de arma expedidos	01	06	30	27	--

Obs.: a expedição de registros e portes de armas passaram para as atribuições da DELEARM.

### 2.5.9. DELEMIG/SR/DPF/AC

À Delegacia de Polícia de Imigração compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas em Regulamento, informando ao Delegado Regional Executivo sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - articular-se com instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas em práticas de entrada, trânsito, estada e saída irregular ou ilegal de estrangeiros;

III - apurar os atos ilícitos praticados por estrangeiros que almejam permanecer/sair irregularmente no/do País, levantando o seu *modus operandi*, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir as infrações objeto de sua atribuição;

IV - fiscalizar os meios de transporte de curso internacional e da documentação de viagem de pessoas que entrem/saiam no/do País;

V - efetuar visitas às embarcações de curso internacional, bem como fiscalizar os respectivos tripulantes;

VI - conceder passaportes, *laissez-passer* e vistos de saída;

VII - efetuar gestões junto às unidades descentralizadas da INTERPOL, tendo em vista a colaboração de esforços na localização de estrangeiros para fins de extradição;

VIII - fiscalizar a orla marítima, lagos e rios navegáveis de curso internacional;

IX - adotar medidas preliminares relativas à deportação e expulsão, bem como efetuar o embarque e desembarque de deportandos e expulsandos e a repatriação de clandestinos e impedidos;

X - promover ações para a gestão, implementação e articulação do SINPI, no âmbito da circunscrição da Superintendência;

XI - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional Executivo e aos Chefes da DCIM, DICRE, DPREC e DPAS/CGPI/DIREX.

Considerando o amplo leque de atribuições desta Delegacia Especializada que envolve, em especial, a emissão de passaportes, a fiscalização de estrangeiros, os procedimentos de naturalização, permanência, prorrogação e transformação de vistos, a fiscalização do tráfego de estrangeiros (via terrestre, fluvial e aérea), e ainda considerando as significativas limitações de viaturas e de pessoal com domínio adequado das temáticas relacionadas a esta DELEMIG, a mesma foi eficiente ao conseguir transformar os limitados recursos em resultados plausíveis.

Os índices de produtividade foram parcialmente alcançados, salientando que dois fatores interferiram no alcance absoluto dos resultados planejados: a renovação dos quadros da delegacia (com conseqüente período de adaptação dos novos policiais e terceirizados) e a mudança de sede da DELEMIG, desmembrando da SR (com implicações no que se refere à dinâmica das atividades policiais e na adaptação do público com um novo endereço).

Desta feita, entendemos que o ano de 2008 foi de reestruturação da DELEMIG, portanto não foi possível alcançar um excelente índice de efetividade.

Para ampliar a capacidade de atuação desta DELEMIG, seriam necessários: mais viaturas de uso exclusivo; que o Delegado titular se abstinhasse de presidir inquéritos de outras áreas de atuação, dedicando-se exclusivamente ao serviço interno e aos Inquéritos policiais de Expulsão, o oferecimento de treinamentos e cursos nos assuntos peculiares afetos a esta especializada, além da reposição do kit para confecção de passaportes que foi redistribuído para outra Unidade da Federação.

### 2.5.9.1. ATIVIDADES REFERENTES AO ANO DE 2008

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Operação Blade Runner	Rio Branco e demais Municípios sob circunscrição da DELEMIG/DREX/SR/DPF/AC.	Fiscalização de hotéis e de estrangeiros nos principais municípios que integram a circunscrição desta Superintendência Regional.	Diversas autuações de estrangeiros irregulares e cumprimento do mandado de prisão contra o camaronês Signei Máxime Nicaise.
Operação Coruja	Rio Branco	Aumento da presença da equipe de campo em locais estratégicos como: terminal urbano, rodoviária, calçadão etc.	Diversas autuações e deportações de estrangeiros irregulares.

### 2.5.9.2. ÍNDICES

ÍNDICES DO ANO DE 2008	QUANTIDADE
Passaportes expedidos	1508
Extradições realizadas	-
Carteiras de estrangeiros expedidas	50
Deportações realizadas	21
Expulsões realizadas	24
Repatriações realizadas	5

### 2.5.9.3. OUTROS DADOS ESTATÍSTICOS, ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA UNIDADE E DOS RESULTADOS OBTIDOS

O Aeroporto Internacional de Rio Branco ainda não dispõe, em sua grade, de vôo internacional regular, sendo que, esporadicamente, são atendidos pela DELEMIG vôos internacionais neste aeroporto. Saliente-se uma oportunidade em que, no primeiro trimestre, a Rio Branco Táxi Aéreo ofereceu com frequência regular vôos para a cidade peruana de Porto Maldonado, ocasiões em que uma equipe de policiais federais desta DELEMIG sempre realizou o desembarço migratório e a vistoria de bagagens e aeronave. Os equipamentos de controle de tráfego internacional desta unidade aeroportuária ainda não foram disponibilizados pela Coordenação Geral. A escala de plantão no Aeroporto de Rio Branco ocorre diariamente, sendo que, desde o segundo semestre, encontra-se sob a coordenação da DRE- Delegacia de Repressão a Entorpecentes desta Superintendência.

Durante 2008 foram realizadas diversas operações e atividades de campo com o intuito de cumprir as normas instituídas pela Lei 6.815/80 e seu Decreto Regulamentador. Da mesma forma, foram realizadas diversas diligências em hotéis, pousadas, terminal rodoviário e no comércio informal local, obtendo um considerável número de autuações (106 AIN) e notificações (71 TN). O Núcleo de Operações da DELEMIG realizou ainda: 09 Sindicâncias de Permanência; 05 Sindicâncias de Naturalização; 03 Missões de Apoio à Coordenação de Operações Especiais de Fronteira; Fiscalização de, aproximadamente, 50 hotéis em Rio Branco e outros 75 nos municípios da circunscrição desta Superintendência Regional.

No período considerado foram emitidos 1482 passaportes comuns no padrão ICAO, outros 25 passaportes de emergência (padrão antigo não-ICAO), além de 01 passaporte de estrangeiro (padrão não-ICAO), perfazendo um total arrecadado de R\$ 239.333,32. Ressalte-se o reduzido índice de emissão de passaportes no padrão não-ICAO (1,72%), fator positivo quando se compara a segurança contra falsificações do novo passaporte (padrão-ICAO).

Foram relatados 11 Inquéritos Policiais de Expulsão que foram autorizados pelo Ministério da Justiça. Não obstante, foram instaurados outros 12 IPE's.

Na quadra de 2008 instaurou-se e instruiu-se 21 procedimentos de deportações, efetivando-as na forma e disposição da Lei 6.815/80, do Decreto 86.715/81 e demais disposições referentes ao assunto. Ao mesmo tempo, 24 alienígenas foram expulsos do território brasileiro no decorrer do ano.

No que se refere ao trabalho formal e informal de estrangeiros foram realizadas diversas diligências com a finalidade de reprimir a concorrência desleal com os nacionais. Dentre essas diligências foram obtidos resultados satisfatórios, aplicando multas aos empregadores e notificando os alienígenas que se encontravam em situação irregular e nos casos de não cumprimento, realizando a retirada compulsória por meio do instituto da deportação.

Além das sindicâncias realizadas sobre o assunto, diversas diligências e informações foram prestadas para melhor instruir os processos administrativos de naturalização, permanência e prorrogações ou transformações de visto.

Esta delegacia realizou, ainda, outros serviços, como a inclusão no SINPI (Sistema Nacional de Procurados e Impedidos) de todos os mandados de prisão expedidos no Estado do Acre, encaminhados, tanto pela Justiça Federal quanto pela Justiça Estadual; o assessoramento técnico às Delegacias de Polícia Federal e aos postos do interior do Estado, no tocante aos assuntos de sua atribuição (emigração/imigração, expedição de passaporte, medidas compulsórias, cadastramento e vistoria de empresas de transporte internacional de pessoas e cargas etc.); orientação a brasileiros que viajaram ao exterior, quanto ao modo como providenciar vistos e demais documentações necessárias.

Diante do acima exposto e com base nas condições e possibilidades de nosso pessoal, colige-se que os resultados obtidos foram plenamente satisfatórios.

#### 2.5.9.4. NÚMERO DE SERVIDORES EXISTENTES E EFETIVO IDEAL

EFETIVO EXISTENTE	EFETIVO IDEAL
01 – DPF	01 – DPF
04 – APF's	06 – APF's
00 – AADM	02 – AADM'S
01 – DIGITADOR (1 em cada turno)	02 – DIGITADORES (1 em cada turno)

Mesmo diante de limitações, o efetivo aqui existente não mediu esforços no sentido de melhor atender ao público alvo e proporcionar um atendimento padrão e célere aos que desta especializada necessita. Destarte, com vistas ao mínimo funcionamento deste setor, faz-se necessário a lotação de 01 (um) servidor administrativo para realização dos serviços burocráticos, mais especificamente para efetuar os lançamentos nos sistemas corporativos e confeccionar os processos de permanência, naturalização e registros.

#### 2.5.10. DELEPREV/SR/DPF/AC

À Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas em Regulamento, informando o Delegado Regional Executivo sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - articular-se com instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas em lesar a previdência pública;

III - apurar as fraudes praticadas em detrimento da Previdência Social e outros atos ilícitos correlatos de atribuição do DPF;

IV - identificar a ação de falsários, levantando o seu modus operandi, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir a falsificação documental, bem como outros crimes objeto de sua atribuição;

V - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional Executivo e ao Chefe da DPREV/CGPFAZ/DIREX.

A partir de 2008 os Inquéritos Policiais acerca dos crimes previdenciários passaram, em sua grande maioria, ser presididos pelo delegado chefe da Delegacia de Repressão aos crimes Previdenciários.

Esta postura veio no sentido de cumprir determinação do Superintendente Regional no sentido de Especializar as Delegacias, mormente em razão de a SR/AC possuir atualmente um corpo de Delegados suficiente para distribuir os inquéritos através de delegacias especializadas.

O efeito mais imediato da especialização é a eficiência com que os inquéritos são conduzidos gerando maior celeridade nas investigações, com a implementação de métodos e técnicas que contribuem para uma rápida e objetiva solução dos crimes afetos à matéria previdenciária.

Como o processo de especialização está em fase de execução, tendo em vista que parte mínima dos Inquéritos previdenciários ainda estão com outras autoridades policiais, o resultado alcançado foi satisfatório.

Houve aumento do número de IPL's relatados com relação a 2007, demonstrando evidente melhora no quadro estatístico. Ainda considerando dados estatísticos, houve considerável aumento de instaurações de Inquéritos Previdenciários. (quadro abaixo)

IPL	2007	2008	Incremento
Instaurados	03	25	733%
Relatados	05	22	340%

Ressalte-se que o chefe da DELEPREV possui sob sua presidência cerca de 75 IPL's de matérias diversas, incluídos aí os IPL's que apuram crimes previdenciários.

Entretanto pela pequena dimensão dos IPL's investigados o resultado teve impacto regional relativo, pois não houve a implementação de Força Tarefa com os órgãos de inteligência da Previdência Social, projeto que atualmente encontra-se em fase de implantação com a nova gestão da DELEPREV no corrente ano.

#### 2.5.10.1. OBJETIVOS PROPOSTOS PARA 2009

- 1) Implementação da Força Tarefa (que significa ação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Federal e Previdência Social);
- 2) Criação de uma APE (Agência de Pesquisa Estratégica) do Ministério da previdência Social junto a esta Delegacia
- 3) Em razão do natural aumento da demanda com a implementação dos itens 1 e 2, necessário se faz com que a DELEPREV apure exclusivamente crimes em matéria previdenciária;

Acreditamos que para 2009, com a implementação dos objetivos propostos, haverá sensível melhora, especialmente se houver a criação da Força Tarefa Previdenciária, que considero primordial para que se consiga um resultado expressivo no tocante ao combate aos crimes contra a previdência social neste Estado.

Desenvolvimento de atividades que geraram despesas ao Erário no ano de 2008:

- Gasto de combustível no cumprimento de inúmeras diligências e cumprimento de mandados de intimação;
- Gastos com passagens aéreas e diárias em razão de cursos realizados em outras unidades do DPF;
- Ressalte-se que as despesas foram arcadas pela SR/AC em razão desta DELEPREV não possuir verba específica.

### 2.5.10.2. MELHORIA DE RECURSOS HUMANOS

A DELEPREV passou a contar a partir de março de 2009 com um Agente de Polícia Federal lotado exclusivamente na repressão aos Crimes Previdenciários.

### 2.5.10.3. NECESSIDADES:

- Viatura destinada ao cumprimento das diligências afeta aos crimes previdenciários;
- Lotação de mais um agente de polícia federal;
- Execução de cursos para a capacitação profissional dos policiais lotados na DELEPREV.

### 2.5.11. SETEC/SR/DPF/AC E NID/SR/DPF/AC

Ao Setor Técnico-Científico compete:

I - planejar, controlar, orientar e avaliar a execução das ações periciais;

II - remeter ao Diretor da DITEC os resultados das atividades descritas no inciso anterior, propondo medidas para o seu aperfeiçoamento;

III - colaborar com os Institutos locais de Criminalística e de Identificação, tendo em vista o aprimoramento e a racionalização das atividades técnico-científicas;

IV - promover o desenvolvimento de projetos, atividades de estudos e pesquisas no campo da criminalística e da identificação papiloscópica;

V - propor, participar da elaboração e fiscalizar a execução de convênios e contratos com órgãos e entidades congêneres;

VI - promover a publicação e a divulgação de informativos relacionados com sua área de atuação, nas unidades descentralizadas;

VII - organizar, controlar e manter registros de dados e impressões digitais de pessoas indiciadas em inquéritos policiais ou acusadas em processos criminais no território nacional e de estrangeiros sujeitos ao registro no País, bem como os registros dos servidores lotados na Superintendência;

VIII - expedir, organizar e manter o acervo de laudos e outros documentos;

IX - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e aos Diretores do INC/DITEC e do INI/DITEC.

Há a Necessidade de mais 01 (um) AADM permanentemente lotado no SETEC, além da que já temos. Ainda há a necessitaremos de lotação de mais peritos neste SETEC, entre eles mais 02 (dois) Engenheiros Cívicos, 01 (um) Engenheiro Eletricista, 01 (um) Engenheiro Agrônomo, 01 (um) Engenheiro Florestal, 01 (um) Químico, 01 (um) Farmacêutico, 02 (dois) de Informática, 01 (um) Engenheiro Mecânico, 01 (um) Econômico-Financeiro, 01 (um) Contador, e mais 03 (três) papiloscopistas, devido à demanda dos serviços desta região que é fronteira com dois países, Bolívia e Peru, além daqueles peritos que já se encontram aqui lotados, tendo em vista a alta rotatividade de pessoal, inclusive neste SETEC, e o risco permanente de perda de pessoal devido a remoções. Estimamos que uma lotação razoável de peritos neste SETEC seria de cerca de 20 profissionais, acima da lotação máxima atual estipulada que é de 14 profissionais.

Aponta-se que o Estado do Acre tem um instituto de perícias com um número em torno de cem pessoas ali lotadas e que é um Estado em fase de crescimento acelerado e por isso apresenta um aumento considerável na demanda por perícias, e precisamos considerar muito que os peritos desempenham várias atividades na superintendência que vão além das perícias, como obras projetos, planejamentos de segurança, inspeções em veículos avariados, inspeções em compras de licitações, trabalhos no telecentro, eventuais membros de comissões, ensino na ANP, e outras atividades que não são exatamente suas atribuições, mas que as executam, pois se vislumbra não haverem outros que as pudessem executar, devido à sua formação e preparo. Some-se a isso as solicitações de perícias oriundas dos poderes judiciários Federais e Estaduais, além das regularmente solicitadas pelos delegados federais e considere-se que os peritos devem atender as delegacias federais de Cruzeiro do Sul e Epitaciolândia. Some-se ainda o deslocamento de peritos em viagens em serviço e em eventuais operações nacionais, além de terem de viajar para fins de cursos de capacitação em calendário anual, sendo que se não vão, ficam prejudicados e a própria Superintendência também, pois perderia os contatos e as atualizações. Considere-se a inferioridade numérica dos peritos em relação aos delegados



lotados nesta circunscrição e o número de demandas oriundas de cada delegado. Alertamos que no prazo de cerca de dois anos iniciar-se-ão as remoções dos peritos do concurso nacional que recentemente tomaram posse nesta unidade. Destacamos como de alto valor todos os treinamentos e capacitações realizados durante o ano, especialmente o realizado pelo Infraero relativo à tomada de aeronave e bomba no aeroporto, para os PCFs e a operação Houdini, além das outras realizadas nesta SR/DPF/AC e extras, como o evento “I Jornada Científica - A ciência ajudando a desvendar crimes”, realizado na UFAC. Pretendemos construir uma rampa externa para perícias de veículos no pátio interno da SR/AC em 2009 e ampliar os equipamentos, atuação e espaços do NID e SETEC, especialmente com a projeção e continuidade do projeto de construção da nova sede da SR/DPF/AC, e a implementação de “link” nacional do NID e convênios com Judiciário estadual e federal para utilização do SINIC.

### 2.5.11.1. QUADRO DE DOCUMENTOS EMITIDOS

TIPO DE LAUDO	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Contábil Econômico Financeiro	1		5	24	4
Arma e Balística	35	66	25	26	26
Documentoscopia (papel-moeda e outros)	40		95	53	53
Merceológico	57	13	21	59	44
Entorpecentes e Psicotrópicos *	21	41	120	178	216
Laboratório (Explosivos e Outros)	-		01	04	3
Exames técnicos em obras	1		01	02	3
Aparelhos eletroeletrônicos	3	5	5	02	-
Local	15	3	12	15	9
Material de Informática	-		15	44	90
Material audiovisual e eletroeletrônicos	8	3	03	11	5
Constatação de Dano ambiental	3		02	9	19
Veículos	13	6	10	20	56
Outros (Informações Técnicas e pareceres)			25	8	140
Contra o Patrimônio	2				-
Papiloscópicas	4				18
<b>TOTAL</b>	<b>203</b>	<b>137</b>	<b>340</b>	<b>455</b>	<b>586</b>

\* Relativo à ação de combate ao crime organizado.

### 2.5.11.2. NID/SR/DPF/AC

Ao Núcleo de Identificação compete:

I - executar as atividades de identificação papiloscópica em procedimentos pré-processuais e judiciais, em atendimento à solicitação de autoridade competente;

II - manter o registro de informações e impressões digitais de pessoas indiciadas em inquéritos policiais ou acusadas em processos criminais no território nacional e de estrangeiros sujeitos ao registro no País, bem como os registros dos servidores das unidades descentralizadas;

III - promover estudos técnico-científicos relacionados à identificação papiloscópica;

IV - propor a substituição ou aquisição de equipamentos específicos;

V - elaborar relatórios periódicos sobre os resultados das atividades de identificação papiloscópica;

VI - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Chefe do SETEC.

### 2.5.11.3. ATIVIDADES DE 2008

- Inclusão de 5000 BIC;
- Inclusão de 2658 BDI;
- Inclusão de 2419 BDJ;
- Confecção de 82 informações técnicas de levantamento de impressões papilares, sendo 16 laudos.
- Produção 15 reconhecimentos fotográficos e representação facial humana;

Ao Núcleo de Inteligência Policial compete:

I - executar as ações de inteligência, no âmbito da circunscrição da Superintendência, bem como apoiar as demais unidades na execução de suas ações de inteligência remetendo relatório circunstanciado ao Diretor da DIP;

II - produzir conhecimentos de inteligência policial, bem como efetivar seu aproveitamento, tendo em vista subsidiar as decisões do Superintendente;

III - manter, com exclusividade, canal de comunicação institucional com os órgãos regionais do Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;

IV - centralizar e controlar o recebimento e a expedição de documentos sigilosos junto aos órgãos regionais do SISBIN e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;

V - elaborar análises sobre a criminalidade, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente;

VI - coordenar o Centro Regional de Inteligência de Sinais – CRIS, fiscalizando o cumprimento das normas e diretrizes correlatas;

VII - compor a Comissão Regional de Segurança (CSR) e efetuar o credenciamento dos demais membros;

VIII - manifestar-se sobre as demandas de suprimento de fundos de caráter sigiloso – verba secreta, bem como controlar o emprego dessas verbas, efetuando o arquivamento das respectivas prestações de contas;

IX - executar medidas referentes às atividades de contra-inteligência policial, em sua área de atuação, bem como orientar as de análise de dados de inteligência executadas pelas demais unidades descentralizadas;

X - cumprir as determinações contidas nos Planos de Inteligência e de Contra-Inteligência Policiais do DPF;

XI - produzir os conhecimentos de inteligência policial decorrentes do Plano de Inteligência e Contra-Inteligência Policiais;

XII - registrar o recebimento e a expedição, bem como processar os documentos sigilosos ou de interesse da Superintendência, mantendo um protocolo específico para controlá-los;

XIII - manter materiais e equipamentos de uso e emprego controlados;

XIV - ordenar, arquivar e recuperar documentos antes de seu processamento;

XV - cumprir as normas e diretrizes emanadas das unidades centrais, referentes às atividades de criptografia;

XVI - controlar a concessão, revalidação e cancelamento da Credencial de Segurança dos servidores lotados na Superintendência;

XVII - proceder às investigações de segurança de servidores designados para a atividade de inteligência, bem como dos prestadores de serviços contratados a qualquer título;

XVIII - proceder à investigação social de candidatos, por ocasião da realização de concursos públicos para ingresso nas categorias funcionais da Carreira Policial Federal e do Plano Especial de Cargos;

XIX - selecionar e submeter à apreciação da DIP os nomes dos servidores a serem lotados na unidade e solicitar autorização em caso de dispensa;

XX - indicar ao Superintendente servidores para estágios e cursos na área de inteligência;

XXI - elaborar, controlar e fiscalizar o cumprimento do Plano de Segurança Orgânica, na sua área de atuação;

XXII - implementar e consolidar o Manual de Inteligência e o Manual de Segurança da Informação da Atividade Inteligência Policial, na área de atuação da Superintendência;

XXIII - expedir, registrar e controlar ordens e relatórios de missão policial sobre as operações policiais de sua atribuição;

XXIV - enviar ao Diretor da DIP o Relatório Anual e Estatístico das ações de inteligência e o termo de transferência e inventário dos documentos sigilosos, materiais e equipamentos controlados sob sua responsabilidade.

As Operações de Inteligência Policial foram desenvolvidas com objetivo de auxiliar as Delegacias Especializadas e Descentralizadas nas investigações que desenvolveram.

O apoio fornecido com dados e informações aos órgãos empenhados na atividade fim do DPF, foi previamente planejado e executado, culminando com a repressão a diversos ilícitos de competência do DPF.

Resultados satisfatórios também foram obtidos com o monitoramento da fronteira Brasil/Bolívia, no trecho correspondente ao território Acreano, por ocasião da grave crise política e institucional ocorrida naquele país e cujo ápice ocorreu no período de agosto a setembro do ano de 2008.

Como aspecto negativo podemos apontar o baixíssimo número de servidores lotados no NIP/SR/DPF/AC (apenas 02 servidores), bem como o exíguo espaço físico das instalações do Núcleo de Inteligência Policial.

### 2.5.12.1. ATIVIDADES REALIZADAS NO ANO DE 2008

OPERAÇÃO/ ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Houdini	Acre – Paraná – Goiás, São Paulo	Reprimir e neutralizar as ações de uma quadrilha especializada na prática de estelionato na aquisição de veículos automotores.	Prisão de quinze (15) acusados e apreensão de cerca de quarenta e cinco (45) veículos automotores.
Cobja	Brasília/AC, Epitaciolândia/AC	Monitorar a fronteira com a Bolívia e produzir conhecimento sobre a crise política e institucional ocorrida naquele país no período de set/dez/2008.	Produção de conhecimento para assessorar o processo decisório da Regional, com relação.
Voto Livre	Acre	Produzir conhecimento com o objetivo de salvaguardar a lisura das eleições municipais/2008, no Estado do Acre	Instauração de Inquéritos Policiais e prisões de suspeitos.
Outras ações de Inteligência Policial	Acre	Produzir e difundir conhecimentos Especializadas e Descentralizadas da Circunscrição da SR/DPF/AC, para auxiliá-las a atingir suas atividades fins.	Positivo, com a produção de informações úteis as investigações que estavam em curso.

### 2.5.13. DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM EPITACIOLÂNDIA

À Delegacia de Polícia Federal descentralizada compete:

I - planejar, controlar, apoiar e executar as operações policiais relacionadas aos crimes de competência do DPF, no âmbito da sua circunscrição, informando o Superintendente sobre seus resultados tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - elaborar estudos sobre a incidência criminal, no âmbito da sua circunscrição, tendo em vista fixar prioridades e adotar medidas para o aperfeiçoamento do desempenho de sua logística operacional;

III - administrar os recursos humanos e logísticos, abrangendo equipamentos policiais, armamentos, munições e viaturas e os recursos de informática e de telecomunicações colocados à sua disposição, em consonância com as normas e diretrizes emanadas pelas unidades centrais;

IV - apoiar as unidades centrais nas atividades de inspeção, dispondo de normas, jurisprudências e outros meios facilitadores de suas ações;

V - cumprir as diretrizes específicas emanadas das unidades centrais, no âmbito da sua circunscrição, relativas às atividades de investigação, prevenção e persecução aos crimes de atribuição do DPF que exijam repressão uniforme;

VI - propor ao Superintendente a adoção de medidas para a melhoria da eficiência e da eficácia da gestão policial;

VII - consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e o Plano de Metas Anual;

VIII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal, no âmbito da sua circunscrição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente.

No final de 2008 foi instalado e começou a funcionar um moderno sistema de monitoramento telefônico Versão Sombra com cinco estações de trabalho para os analistas de inteligência. Assim, está praticamente concluída a estrutura técnica do escritório de inteligência desta delegacia, inclusive com cinco policiais analistas em operação, restando implementar totalmente os recursos informatizados e de dados do sistema CINTEPOL, por exemplo as ferramentas I2.

Durante o ano de 2008 houve dificuldades relativas a recursos humanos que, espera-se, seja solucionado com a lotação de novos policiais em janeiro/2009. Outra deficiência recentemente suprida diz respeito à aquisição de duas novas viaturas traçadas e também mais duas viaturas GM ASTRA para as intensas viagens, visto que a região é longínqua.

Duas atividades que tiveram um grande implemento foram nas áreas de meio ambiente que saltou de 01 inquérito em 2007 para 43 inquéritos instaurados em 2008, e também na área de polícia de imigração que atuou intensamente diante de mais de 250 pedidos de refúgio oriundos de cidadãos bolivianos que se viram perseguidos em razão de conflitos aparentemente políticos no departamento de Pando/BO.

#### 2.5.14. DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CRUZEIRO DO SUL

À Delegacia de Polícia Federal descentralizada compete:

I - planejar, controlar, apoiar e executar as operações policiais relacionadas aos crimes de competência do DPF, no âmbito da sua circunscrição, informando o Superintendente sobre seus resultados tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - elaborar estudos sobre a incidência criminal, no âmbito da sua circunscrição, tendo em vista fixar prioridades e adotar medidas para o aperfeiçoamento do desempenho de sua logística operacional;

III - administrar os recursos humanos e logísticos, abrangendo equipamentos policiais, armamentos, munições e viaturas e os recursos de informática e de telecomunicações colocados à sua disposição, em consonância com as normas e diretrizes emanadas pelas unidades centrais;

IV - apoiar as unidades centrais nas atividades de inspeção, dispondo de normas, jurisprudências e outros meios facilitadores de suas ações;

V - cumprir as diretrizes específicas emanadas das unidades centrais, no âmbito da sua circunscrição, relativas às atividades de investigação, prevenção e persecução aos crimes de atribuição do DPF que exijam repressão uniforme;

VI - propor ao Superintendente a adoção de medidas para a melhoria da eficiência e da eficácia da gestão policial;

VII - consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e o Plano de Metas Anual;

VIII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal, no âmbito da sua circunscrição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente.

##### 2.5.14.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA AÇÃO

###### 2.5.14.1.1. Polícia Judiciária

INQUÉRITOS POLICIAIS	QUANTIDADE
Instaurados	116
Relatados	101
Em andamento	103
Estrangeiros Presos	05
Estrangeiro Indiciado	05
Brasileiros Presos	30
Brasileiros Indiciados	30

OBJETOS APREENDIDOS	QUANTIDADE (aproximadamente)
Cocaína	80 kg
Arma	03
Veículo	-
Moto	01
Dinheiro	R\$ 5.000,00
Dólares	-
Bolivianos	-
<b>Munição</b>	
Calibre 28	01 unidade
Munição não classificada	04 unidades

#### 2.5.14.1.2. Repressão a Crimes Fazendários

ITEM	TIPO	CRIME	QUANT IPL
001	Art. 334 (CPB)	Contrabando/Descaminho	-
002	Art. 171 (CPB)	Estelionatário	09
003	Art. 289 (CPB)	Moeda falsa	-
004	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	-
005	Art. 157 (CPB)	Roubo	02
006	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	-
007	Art. 155 (CPB)	Furto	02
008	Lei nº 9.605/98	Meio ambiente	25
009	Art. 299 (CPB)	Falsidade Ideológica	06
010	Art. 304 (CPB)	Uso de Documento Falso	-
011	Lei 9.472/97	Serviço de Telecomunicações	01
012	Art. 312 (CPB)	Peculato	02
013	Art. 297 (CPB)	Falsidade de Documento Público	01
014	Art. 168 (CPB)	Apropriação Indébita	01
015	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	-
016	Art. 342 (CPB)	Falso Testemunho	02
017	Art. 293 (CPB)	Falsidade de Papel Público	-
018	Outros	Diverso	72
		TOTAL DE IPL	123

#### 2.5.14.1.3. IPL Instaurado por Portaria

ITEM	TIPO	CRIME	QUANT IPL
001	Art. 299 Lei nº 4737/65	Crime Eleitoral	21
002	Art. 33 c/c Art. 40 inc. I Lei nº 11.343/2006	Tóxico	14
003	Art. 18 Lei nº 10.826/2003	Desarmamento	-
004	Art. 231 do CPB	Tráfico Internacional de Pessoas	-
005	Art. 330 do CPB	Desobediência	-
		TOTAL IPL	

#### 2.5.14.1.4. Controle de Imigração

ÍNDICES	QUANTIDADE
Passaporte expedido por ano	120
Extradições realizadas por ano	-
Carteiras de identidade expedidas por ano	10
Deportações realizadas por ano	-
Expulsões realizadas por ano	-
Repatriações realizadas por ano	04
Estrangeiros autuados	12
Estrangeiros notificados a deixar o país	01
Inquéritos policiais de expulsão instaurados	-
Registros de estrangeiros	06
Prorrogação de prazo de turista	18
Pedido de permanência de prole/cônjuge	04
Pedido de permanência por reunião familiar	01
Pedido de naturalização	02
Pedido de refúgio	-

## 2.5.15. COESF/SR/DPF/AC

Ao Serviço Regional da Amazônia/COESF compete:

I - planejar, controlar, orientar e executar as ações táticas na faixa de fronteira do Brasil com os países: Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela;

II - manter o Coordenador da COESF/DIREX informado sobre as operações policiais desenvolvidas;

III - promover, no âmbito da sua circunscrição, ações de cooperação com os representantes dos governos dos países fronteiriços;

IV - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, aos resultados das operações policiais desenvolvidas na sua circunscrição, consolidando-os e encaminhando-os ao Coordenador da COESF/DIREX.

A Polícia Federal, por ser uma Instituição de âmbito Nacional, tem suas ações e conseqüentes resultados efetuados de forma integrada, onde, na maioria dos trabalhos, há atuação de setores ligados às unidades centrais e a esta SR/DPF/AC. Para atingimento deste objetivo, são utilizados recursos atrelados às ações dos programas de Prevenção e Repressão à Criminalidade, bem como do Programa de Modernização da Polícia Federal.

Nesse contexto é que a Diretoria Executiva, responsável por planejar, coordenar, dirigir e executar operações policiais que tenham repercussão interestadual ou internacional, mantém no Estado do Acre um núcleo ligado à COORDENAÇÃO ESPECIAL DE FRONTEIRAS – COESF que tem como missão proteger o cidadão e a sociedade, em conjunto com as Forças Armadas, das ações das organizações criminosas transnacionais dedicadas ao tráfico de entorpecentes e crimes conexos, em toda a extensão da fronteira do Brasil com os países da América do Sul.

Para cumprimento da missão atribuída à COESF/DPF foram deflagradas as seguintes operações:

OPERAÇÃO	AÇÕES
OPERAÇÃO BRABO	Ações voltadas para proteger o cidadão e a sociedade, em toda a extensão da fronteira do Brasil – Bolívia, visando a identificar e desarticular organizações criminosas transnacionais dedicadas ao tráfico de entorpecentes e crimes conexos, reforçar a presença do poder público para impedir o trânsito e o homizio de criminosos internacionais, coibir o desvio e o contrabando de produtos químicos destinados a produção de entorpecentes, resguardar a faixa de fronteira de imigrações clandestinas, evitar confrontos com a população indígena e a violação de suas áreas protegidas, precaver danos ao meio ambiente e a transferência de centros de apoio à criminalidade organizada;
OPERAÇÃO PEBRA	Ações voltadas para proteger o cidadão e a sociedade, em toda a extensão da fronteira do Brasil – Peru, visando a identificar e desarticular organizações criminosas transnacionais dedicadas ao tráfico de entorpecentes e crimes conexos, reforçar a presença do poder público para impedir o trânsito e o homizio de criminosos internacionais, coibir o desvio e o contrabando de produtos químicos destinados a produção de entorpecentes, resguardar a faixa de fronteira de imigrações clandestinas, evitar confrontos com a população indígena e a violação de suas áreas protegidas, precaver danos ao meio ambiente e a transferência de centros de apoio à criminalidade organizada;

No estado do Acre existem 05 (cinco) postos da PEBRA, sendo um deles um centro regional de inteligência, além de um posto da BRABO.

Ficam localizados:

1- ASSIS BRASIL - PEBRA = ocupado por 4 policiais;

2- SANTA ROSA - PEBRA = ocupado por 2 policiais;

3- MARECHAL THAUMATURGO = ocupado por 2 policiais;

4- EPITACIOLÂNDIA - PEBRA (CRI) = ocupado por 1 policial Brasileiro, 1 Peruano e 1 Boliviano;

5- PLÁCIDO DE CASTRO - BRABO = ocupado por 3 policiais.

6- CRUZEIRO DO SUL - PEBRA = sala no porto sem nenhum policial

## 2.5.16. SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/DPF/AC

Ao Setor de Administração e Logística Policial compete:

- I - elaborar a proposta orçamentária, na área de atuação da Superintendência;
- II - acompanhar e promover a execução orçamentária e financeira, bem como fiscalizar seus atos, de acordo com a programação estabelecida e os cronogramas propostos;
- III - promover estudos e proposições de pedidos de recursos orçamentários;
- IV - planejar, controlar e promover a execução das atividades administrativas e de apoio logístico;
- V - orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes emanadas das unidades centrais;
- VI - propor e implementar a melhoria de métodos e técnicas administrativas, objetivando a previsão de despesas, estimativa e atualização de custos, bem como a racionalização e simplificação de rotinas e processos de trabalho;
- VII - elaborar propostas e subsidiar estudos tendo em vista a instalação, transferência, ativação e desativação de unidades, na área de atuação da Superintendência;
- VIII - adequar os diversos relatórios administrativos setoriais, tendo em vista a consolidação do Relatório Anual de Atividades da Superintendência;
- IX - dispor dos dados para a elaboração do Plano de Metas Anual, do Relatório Anual de Atividades e da Tomada de Contas Anual;
- X - propor a suplementação de créditos;
- XI - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e ao Coordenador da COAD/DLOG.

Como demonstrado, esta Regional necessita urgentemente da ampliação do espaço físico (construção da nova sede) para que seus servidores possam desempenhar suas atribuições, já que o espaço físico não mais comporta o efetivo destinado a esta Superintendência, sendo o mesmo inadequado ao incremento saudável das pertinências intrínsecas às atividades fim e meio da SR/DPF/AC. Espera-se que no ano em exercício haja a liberação dos recursos para o início do empreendimento inicial da construção da sede, com previsão mediata para conclusão da obra.

Hodiernamente, o quadro de servidores administrativos encontra-se muito aquém do ideal, causando diversos transtornos para a atividade meio da SR/DPF/AC e conseqüentemente, na atividade fim do Departamento. Diante desta deficiência, diversas atividades foram prejudicadas, tendo a Administração a ser forçada a realizar um criterioso preceito de seleção para estabelecer quais as atividades mais prioritárias a serem atendidas, levando em consideração as indigências mais imperiosas e relevantes, visando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Desta feita, tornou-se imperativo a recomposição e o acréscimo no quadro de servidores administrativos da SR/AC e suas descentralizadas, pois, caso contrário, as atividades de caráter policial não serão desempenhadas satisfatoriamente em decorrência da inexecução das atividades administrativas que dão arrimo a consecução das atividades policiais.

Com a chegada do considerável número de novos policiais e o sucateamento dos equipamentos existentes na SR/DPF/AC e suas descentralizadas, tornou-se impossível o bom desempenho das funções dos servidores lotados sob nossa circunscrição com a estrutura que ora apresentava. Surgiu então, a necessidade de buscar recursos e materiais para suprir a real necessidade apresentada no ano de 2008. O SELOG conseguiu grande êxito no elevado número de materiais e equipamentos adquiridos e recebidos por transferência, fazendo a distribuição diante das maiores premências e de acordo com os pedidos feitos com seus respectivos projetos básicos. Desta feita, o quadro demonstrativo apresenta os materiais adquiridos e recebidos no ano de 2008, ressaltando que apenas foram listados os matérias mais importantes e que outros materiais foram adquiridos em 2008, como também, outros matérias mesmo adquiridos em 2008, só foram liquidados no ano de 2009, motivo pelo qual não se faz constar no quadro de distribuição. A aquisição destes materiais permanentes e sua distribuição durante o ano de 2008 visou amainar as necessidades da Superintendência e suas descentralizadas, não atendendo em sua plenitude, fato este que se deu em razão da não disponibilização dos recursos, o que nos obrigou a tomar decisões cirúrgicas no tocante aquilo que seria mais urgente, necessário e dentro das disponibilidades orçamentárias.

### 2.5.16.1. EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS PELA SR/DPF/AC

CONTA CONTÁBIL 34490.52.06 – APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Ordem	Material	Qtd	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	APARELHO FAC-SIMILE	05	1.000,00	5.000,00	SERV SOCIAL, GA, DELEMIG, NO E PASSAGENS
02	APARELHO DE TELEFONE CELULAR	24	79,00	1.896,00	DPF CZS/AC
03	APARELHO TELEFONICO	01	48,75	48,75	SAD
04	APARELHO TELEFONICO DIGITAL	08	400,00	3.200,00	NAD, NRH, NEOF, NTI, SRA, NUENG

Ordem	Material	Qty	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
05	APARELHO FAC-SIMILE SEM FIO	01	2.200,00	2.200,00	NID
06	CENTRAL DE COMUTAÇÃO TELEFONICA	04	13.533,00	13.533,00	DPF/CZS
07	CENTRAL DE COMUTAÇÃO TELEFONICA	03	13.531,55	40.594,65	DPF/EPA, DELEMIG, NTI
08	CENTRAL DE COMUTAÇÃO TELEFONICA	01	29.203,14	29.203,14	NTI
08	APARELHO TELEFONICO	41	39,96	1.638,36	NAD, NMRAA, SRA, NO, NUTRAN, NEOF, NID, DRE, NUCART, NRH,
TOTAL NA CC				<b>97.313,90</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.08 – APARELHOS E EQUIPAMENTOS UTENS, MED, ODONT, LABOR, HOSPIT.

Ordem	Material	Qty	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	MICROSCOPIO	01	850,00	850,00	SETEC
TOTAL NA CC				<b>850,00</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.12 – APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS.

Ordem	Material	Qty	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	REFRIGERADOR DOMÉSTICO	01	1.963,00	1.963,00	SELOG
02	CAFETERIA ELÉTRICA	02	924,24	1.848,48	SELOG, DELEMIG
03	APARELHO DE AR CONDICIONADO 30.000	04	2.430,00	9.720,00	DRE, DELEARM, DPF EPA,
04	APARELHO DE AR CONDICIONADO JANELA	01	960,00	960,00	TETRAPOL
05	APARELHO DE AR CONDICIONADO 12.000	04	1.135,00	4.540,00	NO, DRE, DELEARM, NTI
06	APARELHO DE AR CONDICIONADO 24.000	02	2.236,00	4.472,00	SETEC
07	APARELHO DE AR CONDICIONADO 12.000	03	1.135,00	3.405,00	NMRAA
08	APARELHO DE AR CONDICIONADO 18.000	02	1.775,00	3.550,00	NMRAA
09	APARELHO DE AR CONDICIONADO 24.000	02	2.236,00	4.472,00	NMRAA
10	REFRIGERADOR DOMÉSTICO	04	749,00	2.996,00	NO, NUTRAN, DRE, SPER, PT MARECHAL THAUMARTURGO
11	VENTILADOR DE COLUNA	01	100,00	100,00	PT MARECHAL THAUMARTURGO
TOTAL NA CC				<b>38.026,48</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.20 – EMBARCAÇÕES

Ordem	Material	Qty	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	BARCO DE ALUMINIO	01	4.650,00	4.650,00	DPF CZS
TOTAL NA CC				<b>4.650,00</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.22 – EQUIPAMENTO DE MANOBRA E PATRULAMENTO.

Ordem	Material	Qty	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO MOVEI TERRESTRE (GPS)	05	1.080,00	5.400,00	SETEC, DPF EPA, DPF CZS, DRE, DREX
02	BINÓCULO	08	1.367,00	10.936,00	DPF EPA, DPF CZS, DRCOR, DREX
03	MOTOR DE POPA	01	5.600,00	5.600,00	DPF CZS
TOTAL NA CC				<b>21.936,00</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.24 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

Ordem	Material	Qty	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	COFRE DE AÇO	01	1.500,00	1.500,00	DPF EPA
02	COFRE DE AÇO	01	820,00	820,00	DPF EPA
TOTAL NA CC				<b>2.320,00</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.30 – MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS

Ordem	Material	Qty	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	SISTEMA NO-BREAK 15 KVA	01	24.489,99	24.489,99	SETEC
02	SISTEMA NO-BREAK 5 KVA	01	8.600,00	8.600,00	SETEC
TOTAL NA CC				<b>33.089,99</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.32 – MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS

Ordem	Material	Qty	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	MAQUINA DE PLASTIFICAR	03	2.480,00	7.440,00	DPF CZS, DPF EPA
02	GUILHOTINA PARA ESCRITORIO	01	365,00	365,00	SETEC
TOTAL NA CC				<b>7.805,00</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.33 – EQUIPAMENTOS PARA AUDIO VIDEO E FOTO.

Ordem	Material	Qty	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	FILMADORA PORTÁTIL	16	1.161,00	18.576,00	DRE, DRCOR, DPF CZS, DREX, NO, DPF EPA, OP BOLPEBRA,
02	MAQUINA FOTOGRAFICA	01	5.417,00	5.417,00	SETEC
03	MAQUINA FOTOGRAFICA	06	840,00	5.040,00	DRE, DREX, NUTRAN, OP BOLPEBRA,
04	MAQUINA FOTOGRAFICA	10	787,99	7.879,90	NID, DPF EPA, DPF CZS, NO, DREX, DRE
05	CAMERA DE VIDEO DE SEGURANÇA (SISTEMA)	01	6.038,00	6.038,00	DREX
06	TRIPE	01	521,00	521,00	SETEC



Ordem	Material	Qtd	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
07	MINI GRAVADOR E REPRODUTOR DE SOM	02	984,00	1.968,00	DRE
08	DVD UNIDADE GRAVADORA	05	640,00	3.200,00	DRE, PT MAL THAUMATURGO, DREX, SETEC
09	PROJETOR DE IMAGEM MULTIMIDIA	04	2.075,00	8.300,00	DPF CZS, DPF EPA, DREX, COM SOCIAL,
10	FILMA DORA PORTÁTIL	01	1.255,00	1.255,00	SETEC
TOTAL NA CC				<b>58.194,90</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.34 – MÁQUINAS UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS.

Ordem	Material	Qtd	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	BEBEDOURO DE AGUA REFRIGERADA	02	454,99	909,98	SELOG, SPER
02	ESCADA TIPO CAVALETE	01	260,00	260,00	NUCART
03	RELOGIO DE PONTO DIGITAL	04	1.796,24	7.184,96	DPF CZS, NAD, NTI,
04	BEBEDOURO DE AGUA REFRIGERADA	02	454,99	909,98	PT MAL THAUMATURGO
TOTAL NA CC				<b>9.264,92</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.35 – EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS.

Ordem	Material	Qtd	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	IMPRESSORA LASER	20	385,55	7.711,00	SCDP, DPF EPA, DPF CZS, NRH, NAD, NUCART, DELEARM, COR, NIP, DELEMIG, GAB, NUTRAN, GA, DELESP, NTI
02	MICROCOMPUTADOR	31	2.180,00	67.580,00	NMRAA, SRA, DELINST, NTI, NUCART, DELEMIG, CPL, DRE, DELEARM, NID, DPF EPA, DPF CZS,
03	MICROCOMPUTADOR PESSOAL	06	4.139,00	24.834,00	NMRAA, DPF CZS
04	SERVIDOR ARQUIVO	12	15.472,95	185.675,40	NTI, DPF EPA, DPF CZS, GA, DELEMIG
05	GABINETE PARA MICROCOMPUTADOR REDE	06	19.709,79	118.258,74	NTI, GA, DELEMIG
06	MICROCOMPUTADOR PESSOAL	09	4.139,00	37.251,00	NTI, GA, SRA, NUENG, DELINST, NIP
07	SWITCH 48 PORTAS	01	2.070,00	2.070,00	SETEC
08	SWITCH 24 PORTAS	01	382,00	382,00	GA
09	SWITCH 24 PORTAS	01	383,00	383,00	DELEMIG
10	ESTANTE RACK	02	408,00	816,00	SETEC, NID
11	PATCH METALICO	01	482,87	482,87	NID
TOTAL NA CC				<b>444.904,01</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.36 – MÁQUINAS INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO

Ordem	Material	Qtd	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	FRAGMENTADORA DE PAPEIS	04	265,68	1.062,72	DELEMIG, DPF CZS, DPF EPA, DRCOR
02	TRITURADOR DE PAPEL	06	266,58	1.599,48	DELEARM, SRA, COR, GA, OP BOLPEBRA, NIP
03	CALCULADORA ELETRONICA	01	460,00	460,00	NUCART
TOTAL NA CC				<b>3.122,20</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.39 – EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS

Ordem	Material	Qtd	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	BOMBA DAGUA	01	341,64	341,64	DELEMIG
TOTAL NA CC				<b>341,64</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.42 – MOBILIÁRIO EM GERAL.

Ordem	Material	Qtd	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	CLAVICULARIO	05	247,99	1.239,95	PLANTÃO, NUTRAN, DPF EPA, DPF CZS,
02	CONJUNTO 4 CADEIRAS	02	830,00	1.660,00	SRA, DELEMIG
03	CONJUNTO 2 CADEIRAS	01	380,00	380,00	NAD
04	CONJUNTO 3 CADEIRAS	02	600,00	1.200,00	SRA,
05	POLTRONA 3 LUGARES	07	735,00	5.145,00	DRE, DREX, DRCOR, SRA, CPL, PT MAL THAUMATURGO
06	CADEIRA DE CHEFIA	28	350,00	9.800,00	COR, DPF EPA, DPF CZS, NRH, SRA, NUENG, DELEPREV, DRE, DELEARM, SETEC, NUCOR, DELEMIG, DELESP, SRA, SALA DE AUDIÊNCIAS, CPL, NEOF, PR MAL THAUMATURGO
07	CADEIRA ESTAÇÃO DE TRABALHO	65	309,99	20.149,35	NTI, DELEARM, DELEMIG, AEROPORTO, ST PASSAGENS, DPF EPA, NAD, NMRAA, DELESP, CONTRATOS, DPF CZS, NEOF, NUENG, GAB, DELESP, NUCOR, NTI NRH, CPL, NO, CPL, DREX, DELINST, DELEPREV, SRA, NIP, NUCART, PT MAL THAUMATURGO
08	CADEIRA DIÁLOGO	58	210,00	12.180,00	SRA, NAD, NUENG, DPF CZS, DPF EPA, NEOF, NMRAA, CPL, NRH, DELINST, CONTRATOS, DELEMAPH, SALA AUDIÊNCIA, NUDIS, NUCART, DELEARM, GA, DRE, DELESP, NUCOR, DRCOR, DRE, PT MAL THAUMATURGO

Ordem	Material	Qtd	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
09	MESA DE CENTRO	03	500,00	1.500,00	DREX, PT MAL THAUMATURGO
10	ARMÁRIO DE AÇO	02	960,00	1.920,00	DELEMIG,
11	POLTRONA 2 LUGARES	10	490,00	4.900,00	DRCOR, DRE, SRA, DELEARM, DREX, NUDIS, NUCOR, PT MAL THAUMATURGO
12	ARMÁRIO TIPO GD ROUPA	01	520,00	520,00	NMRAA
13	MESA CHEFIA	17	1.033,00	17.561,00	NMRAA
14	ARMARIO MADEIRA 02 PORTAS	57	459,00	26.163,00	NMRAA, NEOF, COPA, SAD, NRH, SRA, DELESP, GAB, NUCART, SALA AUDIENCIA,
15	ARMARIO ALTO 2 PORTAS	02	619,99	1.239,98	CPL, DELESP
16	ARMARIO ALTO 2 PORTAS	05	439,00	2.195,00	NMRAA, CONTRATOS,
17	ARMARIO BAIXO 02 PORTAS	04	274,00	1.096,00	SRA, DREX, NMRAA
18	ESTAÇÃO DE TRABALHO	33	528,00	17.424,00	ST PASSAGENS, NEOF, CONTRATOS, SAD, NAD, NRH, CPL, PTR MAL THAUMATURGO, NMRAA, DELESP, GAB, DREX,
19	ESTAÇÃO DE TRABALHO CARTORIO	07	899,00	6.293,00	NUCART, NMRAA
20	ESTAÇÃO TRABALHO SECRETARIA	04	699,00	2.796,00	NMRAA
21	GAVETEIRO 03 GAVETAS	34	273,00	9.282,00	NMRAA, SAD, NEOF, NAD, NUCART
22	GAVETEIRO 04 GAVETAS	27	478,00	12.906,00	CONTRATOS, NAD, ST PASSAGENS, NEOF, SAD, NRH, CPL, PT MAL THAUMATURGO, SRA, NMRAA, DELESP, GAB, DREX, NUCART,
23	ESTANTE 06 PRATELEIRAS	41	199,50	8.179,50	SAD, NEOF, NMRAA,
24	ESTAÇÃO TRABALHO AUXILIAR	26	220,00	5.720,00	GAB, DREX, NUCART, NMRAA,
25	MESA REUNIÃO 04 CADEIRAS	02	328,50	657,00	DELESP, NMRAA
26	MESA REUNIÃO 10 CADEIRAS	01	800,00	800,00	NMRAA
<b>TOTAL NA CC</b>				<b>172.906,78</b>	

## 2.5.16.2. EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS POR TRANSFERÊNCIA PARA SR/DPF/AC PELOS ÓRGÃOS CENTRAIS

### CONTA CONTÁBIL 34490.52.04 – APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO

Ordem	Material	Qtd	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	GPS PORTÁTIL	01	1.080,00	1.080,00	DRE
<b>TOTAL NA CC</b>				<b>1.080,00</b>	

### CONTA CONTÁBIL 34490.52.08 – EQUIPAMENTOS E EQUIPAMENTOS, UTENS, MED, ODONT, LABOR HOSPITALAR.

Ordem	Material	Qtd	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	CENTRIFUGA	01	45.302,48	45.302,48	SETEC
02	AGITADOR DE TUDO DE ENSAIO	01	1.161,45	1.161,45	SETEC
03	ESTUFA DE LABORATÓRIO	01	7.665,64	7.665,64	SETEC
04	PLACA DE AGITAÇÃO MAGNETICA	01	1.986,04	1.986,04	SETEC
05	ESPECTROFOTOMETRO	01	187.504,17	187.504,17	SETEC
06	GC/EM SEM INJETOR AUTONATICO	01	375.697,65	375.697,65	SETEC
07	UV/VIS	01	52.231,00	52.231,00	SETEC
08	ANALISADOR DE ESPECTRO 3 GHZ	01	60.692,88	60.692,88	SETEC
09	OSCILOSCOPIO	01	44.576,04	44.576,04	SETEC
10	FREQUENCIMETRO DE BANCADA	01	18.386,15	18.386,15	SETEC
11	FREQUENCIMETRO DIGITAL	01	925,21	925,21	SETEC
12	MULTIMETRO DE BANCADA	01	5.282,56	5.282,56	SETEC
13	MULTIMETRO PORTÁTIL	01	2.008,25	2.008,25	SETEC
14	WATTMETRO	01	13.875,78	13.875,78	SETEC
15	GERADOR DE FUNÇÕES	01	4.764,27	4.764,27	SETEC
16	GERADOR DE RF 3 GHZ	01	22.334,75	22.334,75	SETEC
17	ALICATE AMPERIMETRO	01	2.876,64	2.876,64	SETEC
18	CARGA ATENUADORA DE RF	01	1.859,64	1.859,64	SETEC
19	FONTE DE ALIMENTAÇÃO SIMETRICA	01	1.031,25	1.031,25	SETEC
20	FONTE DE ALIMENTAÇÃO 13.8V	01	1.574,05	1.574,05	SETEC
21	CONJUNTO DE ADPTADORES CONECCÃO	01	327,80	327,80	SETEC
22	CONJ FERRAMENTAS MANUAL S/ CORTE	01	1.234,81	1.234,81	SETEC
23	PROGAMADOR UNIVERSAL	01	10.709,50	10.709,50	SETEC
24	FERRAMENTAS P/ RETRABALHO COM SMD	01	355,60	355,60	SETE C
25	ESTAÇÃO DE TRABALHO C/ TEMP CONT.	01	3.818,28	3.818,28	SETEC
26	PROTOBOARD	01	103,41	103,41	SETEC
27	PROTEÇÃO ANTIESTATICA	01	126,06	126,06	SSETEC
28	LUPAS COM LUMINARIA	01	169,82	169,82	SETEC
<b>TOTAL NA CC</b>				<b>868.581,18</b>	

### CONTA CONTÁBIL 34490.52.14 – ARMAMENTOS.

Ordem	Material	Qtd	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	PISTOLA GLOCK G 17	54	819,45	44.250,30	DRE
02	PISTOLA GLOCK G 19	33	819,45	27.041,85	DRE
03	PISTOLA GLOCK G 26	27	819,45	22.125,15	DRE
<b>TOTAL NA CC</b>				<b>93.417,30</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.20 – EMBARCAÇÕES.

Ordem	Material	Qty	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	MOTOR DE POPA 15 HP	01	3.204,00	3.204,00	OPERAÇÃO POLPEBRA
02	MOTOR DE POPA 15 HP	01	2.080,00	2.080,00	OPERAÇÃO POLPEBRA
03	BARCO DE ALUMÍNIO	01	2.150,00	2.150,00	OPERAÇÃO POLPEBRA
04	BARCO DE ALUMÍNIO 5 M	01	1.000,00	1.000,00	OPERAÇÃO POLPEBRA
05	BARCO DE ALUMÍNIO 7 M	01	1.039,69	1.039,69	
TOTAL NA CC				<b>9.473,69</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.22 – EQUIPAMENTO DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO

Ordem	Material	Qty	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	BINOCULO CURTO ALCANCE	01	245,00	245,00	DRE
TOTAL NA CC				<b>245,00</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.24 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

Ordem	Material	Qty	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	ALGEMA	39	170,00	6.630,00	DRE
02	ALGEMA	39	91,99	3.587,61	DRE
03	COLETE A PROVA DE BALAS	04	544,49	2.177,96	DELEARM, DPF EPA, DPF CZS
04	COLETE A PROVA DE BALAS	17	589,26	10.017,42	DELEARM, DELINST, DRE, DPF EPA, DPF CZS
05	COLETE A PROVA DE BALAS	05	669,95	3.349,75	DELEARM, DRE, DPF EPA, DPF CZS
06	COLETE A PROVA DE BALAS	02	717,99	1.435,98	DRE, DPF EPA
TOTAL NA CC				<b>27.198,72</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.33 – EQUIPAMENTOS PARA AUDIO VIDEO E FOTO.

Ordem	Material	Qty	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	BINOCULO LONGO ALCANCE	01	1.367,00	1.367,00	DRE
02	MINI GRAVADOR DE VOZ	01	984,00	984,00	DRE
03	TRIPE	01	521,00	521,00	DRE
04	MONOPE	01	230,00	230,00	DRE
05	CAMARA FOTOGRAFICA DIGITAL	01	787,99	787,99	DRE
06	CAMARA DE VIDEO DIGITAL	01	2.720,00	2.720,00	DRE
TOTAL NA CC				<b>6.609,99</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.35 – EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS.

Ordem	Material	Qty	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	IMPRESSORA LASER	16	1.348,00	21.568,00	NTI
02	MICROCOMPUTADOR PESSOAL	06	3.359,00	20.154,00	DPF EPA, DREX, GA, COR
03	MICROCOMPUTADOR PESSOAL	01	3.175,00	3.175,00	DRE
04	LEITOR DE CARTAO VIA DE ACESSO	01	100,00	100,00	DRE
05	CARTAO MEMORIA	02	300,00	600,00	DRE
06	MICROCOMPUTADOR PESSOAL	02	6.233,48	12.466,96	DPF CZS, DPF EPA
07	IMPRESSORA PORTATIL P/ NOTEBOOK	03	1.345,22	4.035,66	DPF CZS, DPF EPA, SCPQ
08	MONITOR DE VIDEO	50	429,33	21.466,50	DPF CZS, DPF EPA, NMRAA
09	MICROCOMPUTADOR	50	1.868,24	93.412,00	DPF CZS, DPF EPA, NMRAA
10	SWINTH HUB 08 PORTAS	02	63,40	126,80	NO, NTI
11	MONITOR 17"	01	566,66	566,66	SCPQ
12	MICROCOMPUTADOR	01	2.967,26	2.967,26	SCPQ
13	MICROCOMPUTADOR	03	1.971,90	5.915,70	DPF CZS, SCPQ, DPF EPA
14	MONITOR 17"	03	187,59	562,77	DPF CZS, SCPQ, DPF EPA
15	MICROCOMPUTADOR PESSOAL	01	6.233,48	6.233,48	SCPQ
16	IMPRESSORA MULTIFUNÇÃO	03	3.757,91	11.273,73	DPF CZS, DPF EPA, SCPQ
17	MONITOR DE LCD	02	1.042,51	2.085,02	SETEC
18	ACESS POINT WIRELLES	01	893,58	893,58	SETEC
19	NOBREAK 3 KVA	01	889,84	889,84	SETEC
20	COMPUTADOR EXPERT WORK STATION	01	63.103,40	63.103,40	SETEC
21	IMPRESSORA LASER	01	16.370,39	16.370,39	SETEC
22	IMPRESSORA LASER	01	5.138,10	5.138,10	SETEC
23	SCANNER DE COMUNICAÇÃO	01	2.472,24	2.472,24	SETEC
24	LOGICUBE TALON	01	47.734,06	47.734,06	SETEC
25	MICROCOMPUTADOR PESSOAL	01	14.682,95	14.682,95	SETEC
26	SCANNER DIGITAL DE MESA	01	1.147,00	1.147,00	SETEC
TOTAL NA CC				<b>359.141,10</b>	

CONTA CONTÁBIL 34490.52.52 – VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA.

Ordem	Material	Qty	VI Unit (R\$)	VI Total (R\$)	Distribuição
01	VIATURA X-TERRA	01	52.114,00	114.000,00	NUTRAN
02	VIATURA L 200	02	75.696,54	151.393,08	DPF EPA, NUTRAN
03	VIATURA ASTRA SEDAN	03	44.000,00	132.000,00	DPF CZS, NUTRAN
TOTAL NA CC				<b>397.393,08</b>	

### 2.5.17. NUENG/SR/DPF/AC

Foram efetuadas várias intervenções deste NUENG, principalmente no que se refere a estudos de soluções para o déficit físico desta Superintendência no Acre.

Foram executadas algumas readequações, como: reforma do SETEC, readequação da DELEMIG, instalação de divisórias, etc.

Quanto à construção do prédio próprio, foram efetuadas 04 (quatro) viagens pra Brasília/DF e duas viagens pra Salvador com o intuito de acompanhar e fiscalizar a execução do serviço de elaboração do projeto executivo pra construção do prédio própria da SR/DPF/AC.

Outros serviços de pequeno vulto também foram acompanhados por esse NUENG.

Foram efetuadas diligências com o objetivo de colher dados para a elaboração de projetos de reforma e construção na Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia, as quais totalizaram 09 (nove) missões, contendo 02 engenheiros por viagem.

Em que pese ter sido oferecido várias sugestões de melhoria naquela Delegacia, a falta de recursos impediram o prosseguimento dos projetos, tendo sido executado tão somente a construção do muro de todo o seu entorno.

Este NUENG enviou engenheiro eletricista em três oportunidades para análise e elaboração de projetos para melhorias na qualidade da energia elétrica da DPF-CZS.

No final do ano foi efetuado procedimento licitatório para reforma da rede elétrica.

Foram deslocados engenheiros deste NUENG para acompanhar, em três oportunidades, o andamento do trabalho de instalação do Posto Avançado de Fronteira do município de Marechal Thaumaturgo.

### 2.5.18. T&D/SR/DPF/AC

Apesar das dificuldades encontradas por esta Equipe de Treinamento e Desenvolvimento durante o exercício de 2008, foram instruídos e aprovados os seguintes eventos de capacitação:

SERVIDOR	EVENTO DE CAPACITAÇÃO	VALOR
Adriana Silva Dias	PÓS-GRADUAÇÃO	R\$ 4.755,00
Alexandre Silveira de Oliveira	PÓS-GRADUAÇÃO	R\$ 4.755,00
Maria Leuda Monteiro da Silva	PÓS-GRADUAÇÃO	R\$ 4.755,00
Haíssa Fialho	Elaboração de editais	R\$ 2.129,74
Jamyl Asfury M. Oliveira	Curso de Inferência Estatística Aplicada a Avaliações Imobiliárias	R\$ 1.978,87
Roberto Feres	Curso de Inferência Estatística Aplicada a Avaliações Imobiliárias	R\$ 1.978,87
Jamyl Asfury M. Oliveira	Volare 10.0	R\$ 2.573,33
André Coelho Carvalho	Volare 10.0	R\$ 2.573,33
Bruno Falcão Macedo Filho	Volare 10.0	R\$ 2.573,33
Haíssa Fialho	Elaboração de Planilha de custo	R\$ 3.509,79
Leilane Ribeiro Oliveira	Elaboração de Planilha de custo	R\$ 3.509,79
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 35.092,05</b>

Frise-se que os eventos de capacitação são todos custeados por Brasília, ficando a cargo da SR/DPF/AC somente o pagamento de diárias e passagens.

**2.5.19. PLANO DE METAS - RESULTADOS ALCANÇADOS DAS METAS POLICIAIS E ADMINISTRATIVAS - ANO DE 2008**

**SELOG/SR/AC**

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
1/2008	Reforma da Delegacia de Polícia Federal em Eptaciolândia/AC.	Necessidade de construção de muro, com reparo em toda a instalações elétrica e hidráulica, iluminação, sistemas de segurança.	SELOG, NUENG, CGPLAN	EXECUÇÃO PARCIAL	Parcial	Foi realizada a construção do muro, a fabricação e instalação de portões além da construção de um sistema de drenagem de águas pluviais. Processo 08220.012539/2008-94. Modalidade: Convite nº 04/2008 - CEL/SR/DPF/AC Empresa: SOBRECIL CONSTRUÇÃO, COM. E REPRESENTAÇÃO LTDA VALOR: R\$ 131.833,45.
				INICIO DOS PROJETOS BÁSICOS PARA A REFORMA DA DELEGACIA	Não	Aguardando liberação de recursos (Declaração Orçamentária)
2/2008	Construção de poço com revestimento interno na DPF/EPA/AC.	O poço atual se encontra impróprio, com estrutura comprometida.	SELOG, NUENG	Licitar obra.	Não	Não foi formalizado procedimento junto a esse NUENG-AC, tendo em vista a indisponibilidade orçamentária para atender a referida despesa.
				Contratar serviço.	Não	Não foi formalizado procedimento junto a esse NUENG-AC, tendo em vista a indisponibilidade orçamentária para atender a referida despesa.
3/2008	Construção de compartimento para instalação da repetidora na DPF/EPA/AC.	Atualmente o aparelho transmissor se encontra em local inadequado.	SELOG, NUENG, NTI	Licitar.	Sim	O trabalho foi realizado quando da visita de servidores da DITEL, que aproveitaram instalação que já existia, mas em estado precário, reformando-a, juntamente com a torre da antena da repetidora.
4/2008	Aquisição de rádios-celular via satélite para DPF/EPA/AC.	Precisão nas comunicações independente do local de operação.	SELOG, NTI	Licitar.	Sim	Os materiais foram devidamente adquiridos, aguardando apenas o contrato para inicio dos serviços.
5/2008	Aquisição de mais aparelhos de ar condicionado para DPF/EPA/AC.	Reposição dos aparelhos antigos e que constantemente apresentam problemas.	SELOG	Licitar	Sim	Licitação ocorrida em 2007, através de registro de preços, com aquisição e instalação de 2 aparelhos, tipo split, realizadas neste exercício.
6/2008	Substituição da rampa para vistoria dos veículos suspeitos e para lavagem das viaturas para DPF/EPA/AC.	A rampa atual é antiga e em madeira. Estrutura comprometida.	SELOG, NUENG	Contratar serviço.	Não	Não executado tendo em vista que será executada junto com a reforma geral da DPF-EPA-AC





Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
7/2008	Instalar repetidoras no espaço compreendido entre os municípios de Assis Brasil/Epitaciolândia/Rio Branco.	Comunicação restrita. Comprometimento das comunicações entre equipes.	SELOG, NTI	Realizar projeto para verificação da viabilidade técnica.	Não	Foram feitos alguns levantamentos preliminares por uma equipe da DITEL. Porém, devido a grande possibilidade de mudança no atual sistema de comunicação rádio da PF, o projeto não foi desenvolvido, até a conclusão dos estudos que tratam do assunto.
8/2008	Aquisição de novas viaturas, em especial tracionadas, como também especiais para perseguição a criminosos para DPF/EPA/AC.	Atualmente a quantidade é insatisfatória e na sua maioria imprópria para as características da região.	SELOG	Licitar	Sim	Foram adquiridas, via DLOG, em licitação centralizada, 12 (doze) viaturas para a SR e delegacias descentralizadas. A entrega começa no mês de fevereiro, com previsão de conclusão no mês maio/09.
9/2008	Aquisição de mobiliário para DPF/EPA.	Parte do mobiliário ainda é antiga e inadequada.	SELOG	Licitar	Parcial	Foram adquiridos vários conjuntos de móveis, havendo necessidade de mais algumas aquisições. Os novos procedimentos licitatórios serão concentrados em Brasília.
10/2008	Aquisição de nobreaks para DPF/EPA/AC.	Necessidade de proteção dos sistemas de informática.	SELOG/NTI	Estudo de situação.	Parcial	Esta em processo de licitação de nobreak central para a rede de computadores e PABX daquela delegacia. Não foi adquirido o material em virtude de restrições orçamentárias.
26/2008	Adquirir um veículo e armamento exclusivo para atividades da DELEARM/AC	Pronto atendimento das necessidades operacionais da DELEARM/AC.	SELOG, DELEARM	Aquisição de veículo e armamento.	Sim	No presente ano o DPF adquiriu uma grande quantidade de armamentos, tanto de uso pessoal quanto coletivos. A SR/AC foi contemplada com parte desse armamento, sendo que todos ficam concentrados sob a responsabilidade da DELINST que disponibiliza seu uso de acordo com as necessidades. O mesmo fato ocorreu com as viaturas, que ainda não podem ser destinadas apenas a um setor, pois o número de veículos existentes na SR/AC não permite este uso exclusivo. Desta forma, não houve qualquer tipo de prejuízo aos trabalhos desenvolvidos pela DELEARM/DRCOR.
29/2008	Aquisição de 03 Kits de HT's, 03 pares de algemas, 03 lanternas, 01 máquina fotográfica digital e 01 Binóculo com visão noturna	A compra deste material encontra-se diretamente relacionada à estruturação da DELEPAT.	SELOG, DELEPAT	Licitar	Sim	Foram adquiridos pelo DPF inúmeros equipamentos para auxílio nas investigações policiais, tais como Lanternas, máquina fotográfica, filmadora, binóculo de longo alcance, etc. Todo os equipamentos foram colocados à disposição da Delepat. Quanto ao Kit de Ht's sua aquisição não foi possível em função da previsão da compra de novos equipamentos rádio, que ocorrerá de forma centralizada.
30/2008	Aquisição de um veículo tipo picape, não ostensivo	Atender às ocorrências da DELEPAT/AC.	SELOG, DELEPAT	Licitar	Sim	Foram adquiridos vários veículos pela Regional do Acre, sendo que a DRE conta com novos deles, estando à disposição da DELEPAT.
78/2008	Receber e instalar equipamentos de geoprocessamento e georeferenciamento, além de equipamentos para perícias de engenharia e do Cromatógrafo gasoso.	Permitir a instalação adequada dos equip adquiridos por meio do convênio PROMOTEC/PRO-AMAZÔNIA, já entregues no SETEC/AC, e outros ainda por receber	SELOG, SETEC	A presença dos equipamentos já existentes no SETEC/AC e em outros SETECs.	Sim	Conseguimos obter, instalar e fazer operar tais equipamentos. Processo: 08220.006704/2008-79 Modalidade: Convite nº 02/2008 – CEL/SR/DPF/AC SOBRECIL CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA – Valor: R\$ 33.811,99 (trinta e três mil, oitocentos e onze reais e noventa e nove centavos).



Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
80/2008	Criação de laboratório de revelação de impressões papilares para a área de identificação.	Dotar a área de identificação (antigo NID) de uma sala de trabalho adequada, sendo que atualmente é utilizado o laboratório químico do SETEC.	SELOG, SETEC, NUENG	O pequeno espaço atual da área de identificação requer a projeção de um laboratório específico para o NID.	Não	Ainda não foi construído um laboratório específico para o NID, mas este continuou a utilizar o laboratório dos PCFs em espaço para a utilização dos PPFs, que atualmente é mínimo o razoável, apesar de continuarmos desejando a construção de um laboratório específico para as atividades do NID, que envolvem o uso de agentes reveladores de impressão digital, com pós que deixam resíduos de certa especificidade, que seriam melhor tratados em laboratório específico.
82/2008	Criar espaço físico (incluindo móveis e equipamentos) para pelo menos 2 novos Peritos que deverão ser lotados até o final de 2008.	Criar melhores condições de trabalho para os novos peritos.	SELOG, SETEC, NUENG	A perspectiva de vinda de mais pessoal.	Sim	A meta foi atingida em sua totalidade Processo: 08220.006704/2008-79 Modalidade: Convite nº 02/2008 – CEL/SR/DPF/AC SOBRECIL CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA – Valor: R\$ 33.811,99 (trinta e três mil, oitocentos e onze reais e noventa e nove centavos).
83/2008	Reorganização dos arquivos do SETEC.	Permitir melhor organização do material recebido pelo setor para ser periciado, que, atualmente, possui, insuficientemente local apropriado para a guarda com segurança.	SELOG, SETEC, NUENG	Melhorar a organização dos arquivos.	Parcial	A meta tem sido atingida parcialmente, mas em boa medida. Sim A meta foi atingida em sua totalidade. Processo: 08220.006704/2008-79 Modalidade: Convite nº 02/2008 – CEL/SR/DPF/AC SOBRECIL CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA – Valor: R\$ 33.811,99 (trinta e três mil, oitocentos e onze reais e noventa e nove centavos).
84/2008	Receber para o SETEC/AC pelo menos dois computadores notebooks entre os computadores novos que estarão sendo enviados a esta SR/AC.	Os Peritos ambientais os utilizam muito em campo, além dos peritos engenheiros, de informática e contadores.	SELOG, SETEC	Necessidade de utilização dos notebooks especialmente em perícias de campo, mas mesmo nas de escritório.	Não	Ainda não recebemos os notebooks, embora esperamos recebê-los nas compras do SISPLAN, entre as solicitadas em 2008.
85/2008	Receber dois funcionários administrativos para auxiliar nos trabalhos do SETEC/SR/DPF/AC	O setor necessita de pessoal administrativo, pois tem alta demanda de serviço, recebimento de materiais, cadastramento de documentos, procura de dossiês, organização de arquivos documentais, etc...	SELOG, SETEC	Necessidade de pessoal.	Parcial	Recebemos uma AADM, ainda gostaríamos de receber outro, ou dois estagiários, pois provavelmente receberemos mais peritos em 2009, cremos que pelo menos 3 novos PCFs, ou mais, e precisaremos determinantemente de pessoal de apoio.

**DREX/SR/DPF/AC**

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
56/2008	Igualar/superar o número de IPL's instaurados em 2007.	Aumentarmos a presença e visibilidade das ações da Polícia Federal no Acre e melhorarmos as estatísticas acerca da repressão aos crimes de nossa atribuição.	DREX	Instaurar por iniciativa própria maior número IPL's. Promover mais operações policiais nas diversas áreas de atribuição da DREX.	Sim	Até o presente momento (02/12) foram instaurados 426 (quatrocentos e vinte seis) IPL's, contra 341 (trezentos e quarenta e um) em 2007. Quanto ao número de IPL relatados, por ora contabilizamos 323 (trezentos e vinte três), contra 235 (duzentos e trinta e cinco) relatados em 2007. O quadro acima demonstra um aumento considerável dos trabalhos investigativos desenvolvidos no presente ano. Ressaltamos que grande parte dos IPL's foram instaurados de ofício, embora seja crescente o número de requisições do MPF e Poder Judiciário. Acerca das operações desenvolvidas no âmbito da DREX, destacamos, na área de Meio Ambiente, as quase 60 (sessenta) ações desencadeadas em conjunto com o IBAMA, que propiciou, dentre outras, o indiciamento e prisão de grandes devastadores da Floresta Amazônica; as ações de fiscalização da DELESP, que vem surtindo excelentes resultados, junto às empresas de segurança privada e cursos de formação de vigilantes, no tocante ao cumprimento da legislação pertinente; as ações desenvolvidas pela Delegacia de Imigração, com destaque para a operação 'BLADE RUNNER', que consiste em uma ação permanente de fiscalização em hotéis e estrangeiros; no campo da DELINST destacamos as operações CAÇA LEGAL I a IV, que permitiu aos cidadãos residentes nos mais longínquos rincões do Acre e Amazonas a legalização das armas e fogo utilizadas para sobrevivência daqueles em ambiente de selva; no campo da DELEFAZ foi desencadeada a operação "HOUDINI" que desmantelou quadrilha altamente organizada que atuava em cinco estados da Federação, responsável por prejuízos na ordem de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), tanto a particulares, quanto a instituições financeiras que concediam empréstimos para a aquisição de automóveis.
57/2008	Resolver a questão da escala do plantão do Aeroporto Internacional de Rio Branco, que demanda quantidade de efetivo que a SR/DFP/AC não possui.	O Aeroporto Internacional de Rio Branco é ponto sensível no combate aos crimes, em função do grande número de pessoas que se utilizam deste meio de transporte. O controle do embarque de pessoas	DREX	Fazer gestões junto aos órgãos superiores do DPF, mormente DGP e ANP, visando a lotação de novos PF nesta SR.	Sim	A questão de efetivos na SR/DPF/AC vem sendo resolvida paulatinamente, com a posse de novos servidores oriundos dos cursos de formação da ANP. Com os novos agentes que se apresentarão ao final de 2008 - 27 (vinte sete) no total - teremos um número bem razoável de efetivo em todos os cargos, à exceção do cargo de escrivão cuja carência continua acentuada, em virtude da não formação de novas turmas em 2008.







Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
		armadas é outro ponto que torna imprescindível				
58/2008	Continuar os trabalhos junto à INFRAERO, MPF e SENASP, visando à aquisição dos equipamentos de RX-PORÃO para Rio Branco e Cruzeiro do Sul, que serão utilizados no combate aos mais diversos tipos de crimes praticados por meio aéreo.	O Tráfico de Drogas, o contrabando, o descaminho, o tráfico de recursos ambientais tem sido muitas vezes praticado por meio da aviação comercial sem que haja uma vistoria nas bagagens despachadas nos aeroportos.	DREX e DRCOR	Fazer gestões junto aos órgãos mencionados visando tal aquisição, bem como sua instalação e operação.	Sim	Os aparelhos de RX-Porão foram adquiridos com êxito, com o apoio da SENASP, INFRAERO, AERONÁUTICA e EXÉRCITO BRASILEIRO. Já estão no estado do Acre 03 (três) aparelhos doados à Polícia Federal e outros 03 (três) já foram disponibilizados pela SENASP.

**DRCOR/SR/DPF/AC**

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
21/2008	Aumentar o efetivo das Delegacias da DRCOR, se possível, criando um Núcleo de Operações para cada uma ou um Núcleo de Operações que possa atender a DELEARM e DELEPAT	Ampliar a possibilidade de investigações de campo, bem como dar maior celeridade às diligências.	DRCOR	Gestões junto ao Superintendente para que a Direção-Geral disponibilize mais candidatos do concurso à Unidade	Parcial	Com a chegada de mais delegados na SR/AC, mais um Delegado foi lotado na DRE, o que em muito auxiliará nos trabalhos da Delegacia quanto aos procedimentos investigativos instaurados. Com a previsão da lotação de mais 13 (treze) Agentes de Polícia Federal na SR/AC, oriundos da ANP e que devem tomar posse ao final do ano, teremos um reforço nos efetivos de várias delegacias, o que irá minorar a carência de servidores.
22/2008	Dotar as Delegacias da DRCOR de uma estrutura mínima de material para dar condições de investigações com maior qualidade.	Melhorar a qualidade das provas produzidas.	DRCOR	Aquisição de materiais de informática, de investigação e de inteligência	Sim	O ano de 2008 foi absolutamente inédito para a DRCOR/SR/DPF/AC, posto que o Departamento de Polícia Federal adquiriu câmeras fotográficas, filmadoras, materiais de inteligência, materiais de investigação, viaturas, armas, o que em muito modernizou os trabalhos desenvolvidos nas Delegacias subordinadas.
24/2008	Organizar melhor o controle de materiais apreendidos, centralizando toda responsabilidade num único servidor do cartório, inclusive de veículos apreendidos	Aperfeiçoar o controle e o acesso aos materiais apreendidos, principalmente envolvendo veículos.	DRCOR	Nomear o escrivão Therenice de Brito Pelicer para o encargo de responsável pelo controle e depósito de materiais apreendidos	Sim	De fato, em 2008, foi nomeado o Escrivão Maurício para o encargo de chefe do depósito, o que pôde ajudar na centralização e controle de todos os materiais apreendidos, bem como agilizar toda eventual restituição.
40/2008	Implementar a realização de barreiras policiais fluviais no Rio Acre, Rio Purus, Rio Abunã e Rio Juruá	O Tráfico de Drogas tem sido muito praticado por meio das vias fluviais, uma vez que o estado do Acre possui todos esses rios na perpendicular com a Bolívia e o Peru.	DRCOR, DRE e CONFRONS	Planejar e executar barreiras policiais por meio do uso de embarcações.	Sim	Os trabalhos de repressão a entorpecentes nos CONFRONS ocorrem diuturnamente, com realização de barreiras fluviais e diligências em terra e junto às populações ribeirinhas, que muito contribuem com nossas investigações. No âmbito da DRE/DRCOR/AC, foi possível desenvolver um trabalho envolvendo operações aquáticas na área de produtos químicos. Novas embarcações e motores estão sendo adquiridos, bem como estão sendo treinados policiais para operação com diversos tipos de embarcação, o que nos dá um horizonte muito prospero para o próximo ano.
41/2008	Continuar fazendo gestões junto à Infraero para que sejam colocados dois aparelhos Raios-X de porão nos aeroportos internacionais de Rio Branco e de Cruzeiro do Sul	O Tráfico de Drogas, o contrabando, o desca-minho, o tráfico de recursos ambientais tem sido muitas vezes prático por meio da aviação comercial sem que haja uma vistoria nas bagagens despachadas nos aeroportos.	DRCOR	Expedir docs para a Adm-Geral da Infraero, bem como agendar reuniões com o MPF e entes do Poder Executivo Estadl para que a Infraero adquira um equipamento ou a Receita Federal disponibilize o uso do seu para tal	Sim	A Polícia Federal no Acre, juntamente com o apoio da Secretaria de Segurança Pública do Acre, Exército e Infraero conseguiu trazer ao estado três aparelhos de raios-X de porão, os quais estão em funcionamento nos aeroportos, com a finalidade de reprimir o tráfico ilícito de armas, drogas e biopirataria. Outros três aparelhos, já disponibilizados pela SENASP, serão desembarcados no Acre ainda em Dez/08, e serão instalados em pontos estratégicos do estado, com a mesmas finalidades mencionadas acima.



Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
42/2008	Programar barreiras policiais fixas e móveis nas estradas BR 317, BR 364, AC 40 e nas vias rurais de acesso a Plácido de Castro e Rio Branco	Reprimir imediatamente o tráfico ilícito de entorpecentes e imediatamente o contrabando e descaminho, bem como ajudar no Tráfego Internacional de Estrangeiros.	DRCOR, DRE e CONFRONS	Planejar e executar barreiras policiais.	Sim	Houve um aumento considerável no número de barreiras realizadas durante o ano de 2008, fato que gerou diversas apreensões de substância entorpecente, prisões e o conseqüente treinamento dos novos policiais lotados nesta especializada.
43/2008	Desenvolver um maior número de investigações de âmbito estadual, principalmente nos municípios do interior para reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e o tráfico ilícito de armas	O estado do Acre tem deixado de ser apenas uma porta de entrada do entorpecente para o resto do país, mas tem sido também um local de consumo final do entorpecente, ante a facilidade de sua aquisição nas cidades fronteiriças.	DRCOR e DRE	Investigações Policiais, utilizando métodos clássicos e de inteligência nas cidades de Plácido de Castro, Boca do Acre e Santa Rosa do Purus	Sim	Foram diversos trabalhos da DRE/DRCOR nos municípios do interior, dentre eles Plácido de Castro, Sena Madureira, Epitaciolândia, Brasiléia e Boca do Acre, o que proporcionou várias apreensões e uma maior presença da PF nessas localidades.
44/2008	Manter uma maior integração com os serviços de inteligência do exército nas cidades do interior para levantar informações sobre crimes de atribuição da DRCOR	Quanto maior o número de informações, mais fácil e eficiente fica a repressão.	DRCOR	Manter contato com o setor de inteligência do Comando Militar da Amazônia, localizado em Manaus ou com o 4º BIS em Rio Branco	Sim	Constantemente todos os setores da Superintendência no Acre mantêm contato com o 4º BIS no intuito de estreitar relações, trocar informações e contribuir com auxílio material, o que tem sido muito proveitoso para ambas as partes.
45/2008	Manter um maior contato com a CGU e TCU no estado para levantar informações sobre os possíveis indícios de crimes de corrupção contra interesses da União	Reprimir possíveis crimes funcionais e de responsabilidade dos entes políticos, bem como, também, o de lavagem de dinheiro.	DRCOR	Agendar pelo menos uma reunião por semestre	Parcial	Foi possível agendar uma reunião no primeiro semestre de 2008, aonde se firmou o compromisso de trocar informações de irregularidades em obras públicas a qual fosse possível iniciar uma investigação criminal. Entretanto, as informações não foram enviadas até então, sendo necessário uma nova reaproximação.

**T&D/SR/AC**

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
11/2008	Cursos de aperfeiçoamento e atualização para os servidores policiais e administrativos para DPF/EPA/AC.	Melhoria na qualidade dos serviços.	T&D	Elaborar relação de servidores	Sim	Vários curso visando o aperfeiçoamento de servidores foram disponibilizados no presente ano, havendo uma carência maior de ofertas na área administrativa.
28/2008	Cursos de aperfeiçoamento e atualização para os servidores policiais.	Adestramento dos servidores lotados na DELEPAT às funções de combate ao roubo de cargas e assalto à banco.	T&D, DELEPAT	Gestões junto à DPAT para inclusão dos servidores desta especializada nos cursos realizadas por aquela divisão.	Sim	Foram disponibilizados vários cursos durante o ano de 2008 para todos os setores da Superintendência em Rio Branco/AC, o que contemplou a unidade em questão.
23/2008	Pleitear junto ao Superintendente e à Direção-Geral em Brasília uma maior disponibilização de cursos na área de atribuição da DRCOR.	Dotar o policial atuante nas Delegacias de aperfeiçoamento e atualização profissional em sua área de atuação	T&D, DRCOR	Gestões junto ao Superintendente Regional e à Direção-Geral	Sim	De fato foram disponibilizados mais cursos em todas as áreas de atuação das Delegacias da DRCOR, o que em muito pôde melhorar a qualidade técnica de nossos policiais.
79/2008	Realizar cursos de capacitação na área administrativa.	Capacitar adequadamente os recursos humanos.	T&D, SETEC	A necessidade de aprimoramento administrativo.	Sim	A chefia dos anos de 2007 e 2008 iniciou e se mantém em curso pós-graduação em Gestão que se estenderá até 2009.
81/2008	Realizar cursos de capacitação na área policial.	Capacitar adequadamente os recursos humanos.	T&D, SETEC	A necessidade constante de capacitação.	Sim	Realizamos uma série anual de cursos junto ao INC/DITEC em Geral, ou SENASP, para capacitação pericial, o que tem sido muito proveitoso e absolutamente essencial.



**COR/SR/AC**

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
59/2008	Orientar os servidores acerca de situações que eventualmente venham se constituir infração disciplinar.	A Corregedoria-Regional deve atuar não apenas repressivamente, mas principalmente de forma preventiva, objetivando-se evitar a prática de infrações disciplinares.	COR	Expedir orientações internas, objetivando prevenir o cometimento de infrações disciplinares.	Sim	Foram realizadas reuniões internas sobre as principais infrações disciplinares.
60/2008	Evitar a prescrição da pretensão punitiva da administração, através de fiscalizações e orientações às comissões disciplinares e sindicantes.	É obrigação legal de todos os membros das Comissões Disciplinares e Sindicantes observar este preceito, devendo os mesmos adotar as medidas possíveis ao seu cumprimento, sob pena de grave prejuízo à Administração Pública.	COR	Acompanhamento dos procedimentos disciplinares, reuniões e fiscalização dos prazos através do SAD.	Sim	Meta atingida. Não tivemos procedimento prescrito.
61/2008	Elaboração de um Relatório Mensal de Correição Parcial, com o fito de se aprimorar gradativamente a qualidade dos inquéritos policiais sob o aspecto formal e material, constando em tal documento, principalmente: 1) Estatística de inquéritos instaurados e relatados por Autoridade Policial; 2) Fiscalização dos prazos de notícias crimes pendentes de instauração; 3) Fiscalização dos prazos de inquéritos vencidos na esfera policial; 4) Impropriedades mais constantes detectadas na condução dos inquéritos, no intuito de que não mais se repitam; 5) Alimentação dos dados no SINPRO.	Cumprimento da IN 11/2001-DG	COR	O Chefe do Núcleo de Correições foi encarregado de elaborar em 2008 um relatório de correições parciais por mês.	Parcial	Os apontamentos do NUCOR por ocasião das correições parciais passaram a ser realizados no SISCART e dado feedback ao delegado e escrivão do IPL. No entanto os dados não foram compilados em relatório.





Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
62/2008	Executar o Plano de Correições Ordinárias nas unidades da Polícia Federal no Estado do Acre.	Cumprimento da IN 11/2001-DG	COR	Correição Ordinária no segundo semestre	Sim	A correição ordinária já foi concluída. Pendente o relatório que temos prazo até 31.12 quando será entregue.
63/2008	Controlar os resultados dos IPL's na esfera judicial.	Detectar eventuais erros recorrentes que resultem em absolvição ou arquivamento de Ação Penal.	COR	Análise das sentenças no âmbito das Justiças Federais e Estaduais	Não	Ação não implementada.
64/2008	Fiscalizar os dados lançados no SINPRO, referente aos inquéritos policiais e notícias crimes.	Evitar informações incorretas que possam atrapalhar as consultas ao sistema, melhorando a agilidade na prestação do serviço, bem como controlar e fiscalizar a instauração de inquéritos policiais por notícias crimes.	COR	Fiscalização dos dados no SINPRO.	Sim	Sim. Na correição ordinária e nas correições parciais há a verificação da inserção dos dados no SINPRO.
65/2008	Elaborar ordens de serviço, objetivando adequar as necessidades internas da repartição com a realidade do dia-a-dia.	Padronização de procedimentos internos, em vista de solucionar as necessidades institucionais surgidas no decorrer do exercício.	COR	Análise das necessidades internas da instituição, verificadas no decorrer do exercício.	Sim	As atividades do dia a dia são sempre adequadas com vistas compatibilizar a capacidade de trabalho com as necessidades apresentadas.

**DELEARM/SR/DPF/AC**

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
25/2008	Estruturar a DELEARM/AC	A DELEARM necessita de uma equipe policial efetiva e especializada para realização das atividades afetas a esta Delegacia. Além do DPF que a compõe, necessita de pelo menos mais 02 APF's e 01 EPF, sendo tal lotação de fundamental importância para um combate eficiente	DELEARM	Composição de equipe policial a ser lotada na DELEARM/AC além do DPF, mais 02 APFs e 01 EPF para a boa execução das atividades afetas a esta Delegacia. Tal efetivo se faz necessário para que, inicialmente, se proceder o mapeamento de possíveis rotas de t	Parcial	Devido ao fato desta especializada praticamente não apresentar demanda no estado do Acre, não houve ali lotação de efetivos, uma vez que outras prioridades existiam. Um EPF já atua com o chefe daquela delegacia. Com a passagem da responsabilidade do SINARM, da DELINST para a DELEARM, haverá necessidade da lotação de, ao menos, mais dois policiais, o que provavelmente ocorrerá em 2009. Como a Delearm assumiu parte do efetivo que era da DELINST, a meta fica parcialmente cumprida.
53/2008	Programar e executar operações de combate ao tráfico ilícito de armas, munições e explosivos.	Prevenir e reprimir o tráfico de armas, efetuando a atividade fim da DELEARM	DELEARM	Planejar e executar operações	Sim	Durante o presente ano foram realizadas pela SR/AC diversas barreiras policiais, que se destinavam não somente ao tráfico de armas, munições e explosivos, como também a repressão ao tráfico de entorpecente, de animais, combate ao contrabando e descaminho, dentre outros. Ocorreram três apreensões de armas e munições, mas sem grande importância, devido a pequena quantidade apreendida.
54/2008	Operações em conjunto com a EPA/SR/AC no município de Brasiléia para reprimir o tráfico ilícito de armas, munições e explosivos.	Combater o comércio ilegal de armas, munições e explosivos	DELEARM	Operações de barreiras policiais	Sim	Foram realizadas barreiras policiais em municípios do Acre visando reprimir o tráfico de armas e orientar a população sobre a campanha do desarmamento
55/2008	Intensificar a troca de informações com Delegacias desta SR/DPF/AC e com demais Órgãos em relação ao tráfico de armas e crimes correlatos.	Combater o crime organizado em todas as suas modalidades.	DELEARM	Aumentar o intercâmbio com Delegacias desta SR/DPF/AC e Órgãos de Segurança Pública	Sim	Houve envio e recebimento de informações acerca da atividade fim da DELEARM/AC, sendo que tais informações reforçam a tese da inexistência de tráfico de armas em grande escala no estado do Acre.



**DELEFAZ/SR/DPF/AC**

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
75/2008	Aprimorar o relacionamento entre os Órgãos Públicos Federais no intuito de coibir a prática de sonegação fiscal e outras fraudes que lesem o Erário.	Descobrir novas fraudes em detrimento de bens, serviços e interesses da União e o respectivo "modus operandi".	DELEFAZ	Entrar em contato com outros Órgãos Públicos Federais para possível acesso aos bancos de dados deles.	Parcial	Foram mantidos contatos com a Secretaria da Receita Federal (principalmente com o AFRF Dácio) e Polícia Rodoviária Federal, mas com resultados ainda tímidos, em função da grande carência de servidores daqueles órgãos e também da SR/AC, além da eventual desconfiança que lamentavelmente existe entre as instituições. A pequena quantidade de Auditores e Técnicos Fiscais no estado do Acre não permite a fiscalização ideal, seguindo os Auditores parâmetros internos que visam a maior eficiência com o efetivo que dispõem. Bancos de dados utilizados pela PRF e TCU são acessados pela PF. Os sistemas da SRF não podem ser acessados por nós, salvo o chamado SENHARED, que é o mesmo disposto no INFOSEG, acrescido de eventual número de telefone que o cadastrado do CPF tenha fornecido. O SENHARED é disponibilizado em número limitado por área, diferente do INFOSEG.
76/2008	Buscar esclarecer a origem de falsificações de moeda e passaportes.	Coibir e apurar a prática desses ilícitos.	DELEFAZ	Fazer investigações para descobrir a origem de falsificações de moeda e passaportes.	Sim	Foi instaurado um inquérito-mãe (IPL 291/2007), ao qual são reunidas todas as informações acerca da falsificação de moedas, facilitando as investigações. Persistem indicativos de que tais falsificações (muitas delas grosseiras) são produzidas em países vizinhos ao Brasil, mas ainda sem conclusão. Em TODOS os casos envolvendo moeda falsa, seu portador trazia consigo apenas uma nota falsa, dificultando a caracterização do crime. Quanto à falsificação de passaportes, não houve ocorrência no presente ano, sendo que a equipe da DELEMIG recebeu treinamento para identificar tais fraudes. Será cada vez mais difícil a falsificação do passaporte, tendo em vista a adoção do padrão ICAO, de difícil reprodução. É sabido que a maior parte dos passaportes falsificados utilizam o suporte verdadeiro, com dados falsos, e a grande maioria (envolvendo os expedidos no Acre) são de pessoas que vão estudar em Cochabamba/Bolívia, e ao final do ano, ou semestre, vendem seus passaportes para criminosos por até mil e quinhentos dólares.







Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
77/2008	Coibir de maneira sistemática, no estado do Acre, os crimes de contrabando e descaminho.	Necessidade de combate sistêmico a tais delitos, em virtude da alta lesividade ao Estado e ao fato de o estado do Acre fazer fronteira com a cidade de Cobija, na Bolívia, onde existe uma "zona franca".	DELEFAZ	Programar barreiras nos pontos de acesso ao estado do Acre.	Parcial	Foram realizadas poucas barreiras no posto da PM em Senador Guiomard e também nas proximidades de Xapuri, pela DPF/EPA/AC. Este tipo de atividade ainda deve ser mais desenvolvido, criando a consciência, ao menos, da presença da Polícia Federal. A grande investigação em curso nas delegacias da Polícia Federal em Guajará-Mirim/RO e Etipaciolândia/AC, que trata da sonegação fiscal de empresas supostamente instaladas nas zonas de livre comércio dos estados do Acre e Rondônia, não resultaram em condenação. Ainda sobre a questão acima, uma operação denominada "ÁREA LIVRE" foi desencadeada em 2008, restando ainda complementação das investigações iniciadas no ano de 2004. Torna-se relativamente inócua a repressão ao descaminho e contrabando, tendo em vista a interpretação do poder judiciário quanto a atipicidade se o valor do imposto que deixou de ser arrecadado pela União for inferior a dez mil reais, situações raríssimas no Estado do Acre, fora as hipóteses investigadas na Operação Área Livre

**DELEMAPH/SR/DPF/AC**

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
38/2008	Planejar, orientar e executar operações relativas ao desmate clandestino, sobretudo nas unidades de conservação existentes no estado.	O estado do Acre possui 11 unidades de conservação federais, as quais compreendem uma área territorial superior a 4.000.000 de hectares, demandando medidas efetivas com vistas à sua preservação.	DELEMAPH	Através do software ARCGIS 9.2, já solicitado pelo SETEC, contudo ainda não disponibilizado, será possível acompanhar o desmate mensal em referidas áreas, o que possibilitará o planejamento de operações no sentido de reprimir tal crime.	Sim	No corrente ano, até o presente momento, foram realizadas cerca de 50 (cinquenta) ações em conjunto com o IBAMA/AC, que dentre outros resultados coibiu o desmate de grandes áreas de floresta nativa. Também foram instaurados inúmeros inquéritos policiais para apurar a prática de crimes ambientais em áreas federais, além da instauração de procedimentos administrativos e aplicação de multas, por parte daquele órgão federal. No dia 24 de novembro próximo passado, a Polícia Federal e o IBAMA deram início à operação "Resex legal" visando sanar irregularidades constatadas na Reserva Extrativista Chico Mendes, que figura entre as mais importantes unidades de conservação existentes no Estado.
39/2008	Planejar, orientar e executar operações junto às madeiras no estado, com vistas a reprimir a comercialização de madeiras sem licença válida.	Coibir a demanda por madeiras cortadas em desconformidade com a legislação ambiental.	DELEMAPH	Identificar e individualizar as madeiras atuantes na região.	Sim	Através de parceria com o IBAMA/AC foram identificadas todas as madeiras que atuam no estado do Acre, com checagem de madeira nos pátios, conferência da documentação pertinente a comercialização, checagem dos desmates realizados nos planos de manejo, e verificação das licenças ambientais de funcionamento.



**DELEMIG/SR/DPF/AC**

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
12/2008	Implantar a modernização da fiscalização do tráfego internacional terrestre em Rio Branco, Epitaciolândia, Assis Brasil, Cruzeiro do Sul e Plácido de Castro (iniciar).	Fiscalizar com eficiência o tráfego internacional e agilizar o atendimento aos estrangeiros.	DELEMIG, DPF/EPA e DPF/CZS	Estruturar os pontos de fiscalização com utilização de recursos tecnológicos (novo STI).	Parcial	Rio Branco, Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul: Novo STI implantado com sucesso. Assis Brasil: início do desembarço migratório (STI antigo). Plácido de Castro: obtenção de código de ponto de migração; falta implantar o acesso remoto aos Sistemas Corporativos do DPF, capacitar pessoal de atendimento e iniciar desembarço migratório (STI antigo).
13/2008	Implantar a modernização da fiscalização do tráfego internacional no aeroporto de Rio Branco.	Fiscalizar com maior eficácia o tráfego internacional e agilizar o atendimento aos estrangeiros quando de sua entrada/saída.	DELEMIG DPF/CZS	Estruturar os pontos de fiscalização com utilização de recursos tecnológicos - novo STI.	Parcial	Desembarço migratório do AIRB ocorre com o Novo STI instalado na sede da DELEMIG. A situação ideal é que o próprio Aeroporto tenha disponível os recursos tecnológicos do novo STI.
14/2008	Realizar serviços de emissão de passaportes e Laissez-passer.	Exercer as funções de polícia marítima aeroportuária e de fronteiras de responsabilidade do DPF.	DELEMIG DPF/EPA DPF/CZS	Emitir emissão de passaportes e Laissez-passer.	Sim	No ano de 2008, a DELEMIG emitiu 1.508 passaportes, a DPF/EPA/AC emitiu 98 passaportes e a DPF/CZS/AC emitiu 132 passaportes, totalizando 1738 passaportes no Acre, um aumento considerável com relação ao exercício de 2007. Não houve a expedição de nenhum laissez-passer.
15/2008	Realizar diligências relativas à naturalização, permanência, prorrogação e transformação de vistos.	Verificar in loco a veracidade dos motivos que deram causa ao requerimento.	DELEMIG DPF/EPA DPF/CZS	Efetuar diligências e relatar os procedimentos dentro do prazo legal.	Parcial	No ano de 2008 foram realizadas, na DELEMIG, 29 sindicâncias de pedidos de permanência ou naturalização. Na DPF/EPA/AC foram realizadas 13 sindicâncias. Na DPF/CZS/AC foram realizadas 06 sindicâncias. Devido ao volume de atividades e ao reduzido efetivo, nem sempre é possível diligenciar e relatar estes procedimentos dentro do prazo legal. Tais diligências são realizadas, in loco, para averiguar a veracidade dos fatos alegados, pelo estrangeiro, no momento da entrada do processo de naturalização, permanência, prorrogação e transformação de vistos. Mesmo após o deferimento dos pedidos em questão, periodicamente, são feitas novas diligências in loco para averiguar se o fato que deu origem ao pedido em questão continua válido.
16/2008	Instaurar, instruir e relatar inquéritos de expulsão mediante autorização do Ministério da Justiça.	Apurar ilícitos de estrangeiros que nos termos da lei nº 6.815/80 (Estatuto do estrangeiro) sejam inconvenientes aos interesses nacionais.	DELEMIG	Atualizar informações em tabela própria quanto a estrangeiros condenados pelo Judiciário, solíc. autoriz. do MJ p/ instaurar IPE's, solíc. portaria de expulsão e autoriz. p/ expulsão.	Sim	A tabela de condenados no Estado do Acre está devidamente atualizada. Foram instaurados 12 IPEs e outros 09 foram relatados. Realizou-se 23 expulsões (bolivianos, peruanos, guianense e uruguaio).





Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
17/2008	Reprimir a entrada, estada e circulação de estrangeiros irregulares.	Cumprimento da legislação.	DELEMIG DPF/EPA DPF/CZS	Fiscalização dos hotéis, motéis, imobiliárias, escolas, cursinhos, universidades, faculdades e hospitais públicos e particulares; realização de barreiras policiais fixas e móveis nas principais vias de acesso à Capital.	Sim	Na DELEMIG, o trabalho de fiscalização foi intensificado na circunscrição desta SR/DPF/AC. 101 alienígenas foram autuados e 66 destes foram notificados a deixar o país. Todos os hotéis (OPERAÇÃO BLADE RUNNER) de Rio Branco (31 hotéis), Plácido de Castro (05 hotéis), Acrelândia (05 hotéis), Sena Madureira (10 hotéis) e Boca do Acre/AM (15 hotéis) foram fiscalizados. As Delegacias de Polícia Federal em Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul têm atuado de forma consistente e permanente na repressão à permanência de estrangeiros irregulares em território nacional, com o controle de hóspedes em hotéis, passageiros em meios de locomoção, bem como em fiscalizações de vendedores ambulantes e em empresas da região. Igualmente, houve diversas autuações e notificações para deixar o país de estrangeiros em situação irregular.
18/2008	Reprimir o trabalho irregular (formal e informal) de estrangeiros.	Resguardar o trabalhador brasileiro.	DELEMIG DPF/EPA DPF/CZS	Fiscalizar os hospitais, clínicas, lojas, escolas e camelôs em todo o Estado.	Sim	Na DELEMIG/SR/AC, aumentou a presença da equipe de campo em locais de grande tráfego de estrangeiros (rodoviária, terminal urbano, calçadão, gameleira), implicou no aumento do número de autuações de estrangeiros. As Delegacias de Polícia Federal de Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul têm atuado de forma permanente na repressão ao trabalho irregular (formal e informal) de estrangeiros, bem como em fiscalizações de vendedores ambulantes e em empresas da região.
19/2008	Apurar denúncias e coibir ocorrências fraudulentas em processos de naturalização, permanência, prorrogação e transformação de vistos e emissão de passaportes.	Evitar a regularização de estrangeiros por meios fraudulentos.	DELEMIG	Investigar toda e qualquer suspeita de irregularidade.	Sim	Todas as suspeitas de irregularidade foram investigadas com rigor. Vale destacar que a mudança do passaporte brasileiro para o padrão ICAO praticamente anulou a tentativa de obtenção de documento de viagem para posterior comercialização do mesmo na Bolívia, o que se impossibilitará definitivamente com a extinção do passaporte de emergência no padrão NÃO-ICAO.
20/2008	Fiscalização nos municípios sob circunscrição da DELEMIG/SR/AC	Zelar pelo cumprimento da legislação pertinente ao estrangeiro, tanto por este, quanto pelas autoridades locais.	DELEMIG	Realizar diligências de fiscalização periodicamente nos referidos municípios.	Sim	Sena Madureira: 01 missão de fiscalização (22/09 a 06/10/2008) Boca do Acre/AM: 02 missões de fiscalização (09 a 13/09 e 14 a 16/11/2008) Plácido de Castro: 01 missão de fiscalização (31/10 a 02/11/2008) Acrelândia: 01 missão de fiscalização (31/10 a 02/11/2008)

**DELEPAT/SR/DPF/AC**

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
27/2008	Viabilizar a estruturação da DELEPAT/SR/DPF/AC	Esta especializada carece atualmente de um mínimo operacional para a realização de suas atividades mais comezinhas. Dessa forma, é preciso agregar um EPF e dois APFs, todos com perfil operacional, especificamente lotados nesta especializada	DELEPAT	Solicitar ao DRCOR gestões junto ao Sr. Superintendente com vistas a lotar pessoal nesta especializada	Parcial	Devido ao fato desta especializada praticamente não apresentar demanda no estado do Acre, não houve ali lotação de efetivos, uma vez que outras prioridades existiam. Um EPF já atua com o chefe daquela delegacia.
46/2008	Realizar estudo histórico dos casos de assalto a bancos e roubo de cargas ocorridos nos estados do Acre e Rondônia.	Identificar o modus operandi das quadrilhas, os indivíduos perpetradores dos crimes e os locais vulneráveis a esse tipo de ação delituosa na área de responsabilidade da delegacia.	DELEPAT	Consulta nos bancos de dados da PF e dos demais órgãos de segurança pública	Parcial	Algum material a esse respeito foi providenciado, mas devido à pouca incidência de crimes patrimoniais com violência ocorridos na região, não houve a conclusão de tais trabalhos.
47/2008	Realizar reuniões com os chefes regionais de segurança corporativa da Caixa Econômica Federal	Diminuir a vulnerabilidade das agências bancárias na área de responsabilidade da delegacia e aprimorar os sistemas de segurança bancários.	DELEPAT	Agendar tais reuniões e realizar planejamento.	Sim	Foram realizadas três reuniões com o pessoal da CEF que cuida da segurança das agências, com designação de um policial federal com curso de especialização em gerenciamento de crises para ocorrências envolvendo aquela instituição.
48/2008	Buscar informações com a DELESP/DREX/SR/DPF/AC, acerca do conteúdo dos relatórios de vistoria de instituições financeiras.	Formar bancos de dados e identificar vulnerabilidades nas referidas instituições.	DELEPAT	Requerer as informações e montar banco de dados.	Sim	Todos os relatórios de vistoria da DELESP foram colocados à disposição da DELEPAT, que, juntamente com a DELESP, está criando um banco de dados com possíveis vulnerabilidades das agências bancárias.
49/2008	Buscar junto à DPAT informações acerca do panorama nacional de delitos envolvendo instituições financeiras e roubos de carga.	Identificar o <i>modus operandi</i> das quadrilhas de assalto a bancos e roubo de carga que atuam em nível nacional.	DELEPAT	Manter contato com a referida diretoria encaminhando os pedidos de informações	Sim	Os contatos foram mantidos, estando à disposição da DELEPAT todo o banco de dados da DPAT/DCOR, com vista a realização de estudos sobre os delitos de roubo de carga e assalto a bancos que, felizmente, praticamente não ocorrem no estado do Acre.





Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
50/2008	Buscar junto à DPAT informações acerca do panorama nacional de delitos de natureza patrimonial, de seqüestro, cárcere privado e extorsão mediante seqüestro, com motivação política ou praticados em razão de função pública exercida pela vítima.	Identificar o modus operandi das quadrilhas que praticam tais delitos, visando a prevenção e repressão dos mesmos na área de responsabilidade da delegacia.	DELEPAT	Manter contato com a referida diretoria encaminhando os pedidos de informações.	Sim	Os contatos foram mantidos, estando à disposição da DELEPAT todo o banco de dados da DPAT/DCOR, com vista a realização de estudos sobre os delitos em questão que, também, praticamente não ocorrem no Estado do Acre.
51/2008	Buscar qualificar o efetivo de policiais da DELEPAT, através da realização de cursos ministrados na ANP ou instituições congêneres.	Qualificar tais policiais, buscando a melhora de resultados.	DELEPAT	Identificar os cursos de interesse e onde são ministrados. Requerer pelos canais competentes as vagas em tais cursos.	Sim	Foram disponibilizados vários cursos para a SR/AC no ano de 2008, inclusive o de Planejamento Operacional para a DELEPAT/AC, atendendo, assim, a meta proposta.
52/2008	Informar a DPAT, ao final do ano de 2008, sobre todas as atividades desenvolvidas pela DELEPAT e seus resultados.	Produção de conhecimento estratégico, métodos e práticas para coibir os delitos afetos à área de atuação, bem como a elaboração de dados estatísticos.	DELEPAT	Planejamento, Coordenação e Execução	Sim	De fato ocorreu, por meio da presente prestação de contas e de outras pontuais que se desenvolveram no decorrer de 2008.

**DELEPREV/SR/DPF/AC**

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
66/2008	Aumentar a quantidade de IPL instaurados em relação ao ano de 2007.	A quantidade de IPL instaurados na DELEPREV é muito baixo.	DELEPREV	Parceria com INSS. Contato com órgão de inteligência do INSS.	Sim	Foi estabelecido contato com o órgão central do INSS em Brasília a fim de se promover uma maior integração desta delegacia com aquela autarquia. Além deste fato, conforme consulta ao sistema SINPRO o número de IPL's instaurados e em andamento nesta delegacia aumentou em mais de 100%.
67/2008	Diagnosticar os benefícios do INSS concedidos no ACRE, buscando identificar possíveis irregularidades.	A quantidade de crimes encaminhados pelo INSS é baixa.	DELEPREV	Parceria com órgão central de inteligência do Ministério da Previdência.	Sim	Como não há órgão de inteligência da Autarquia INSS no Estado do Acre, procedeu-se contato com o órgão central de inteligência. Como fruto dessa medida foi elaborado um relatório de inteligência com fins de identificar possíveis fraudes na concessão de benefícios previdenciários no Estado do Acre, principalmente na concessão de auxílio maternidade. Porém não foram apontados dados que levassem à conclusão da existência de organizações criminosas especializadas em fraudes ao INSS em nosso Estado.

**DELESP/SR/DPF/AC**

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
68/2008	Executar os serviços de regulamentação e controle das empresas de Segurança Privada.	Dar continuidade aos serviços de controle das empresas de segurança privada, conforme legislação aplicável, e impedir a operação de empresas clandestinas.	DELESP	Estabelecer programas de fiscalização; e proceder às visitas de fiscalização.	Sim	Conforme pode se constatar nos relatórios anexos, a DELESP/DREX/SR/DPF/AC vem progressivamente intensificando sua atuação na área de fiscalização. No ano de 2008 todas as empresas de segurança privada (principalmente os cursos de formação) presentes no Estado do Acre foram fiscalizadas. Tal ação vem rendendo bons frutos, como um maior controle no uso de munições e armas pelas referidas empresas.
69/2008	Proceder à fiscalização de 100% das agências bancárias sob fiscalização da DELESP/DREX/SR/AC	Atender às diretrizes da CGCSP/DIREX com vistas ao plano nacional de fiscalização de Segurança Privada.	DELESP	Efetuar a fiscalização dos planos de segurança à medida em que ocorrem o vencimento dos mesmos.	Sim	Esta foi superada de forma extraordinária. A DELESP/DREX/SR/DPF/AC além de efetuar a vistoria nas agências bancárias quando da aprovação do plano de segurança, já efetuou uma segunda fiscalização para verificar o cumprimento de tal plano. Trata-se de medida inédita e demonstra o compromisso desta SR para com a área relativa à segurança privada.



**DELINST/SR/DPF/AC**

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
70/2008	Realizar operações policiais visando a prevenção e repressão ao tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia	Apurar infrações penais contra a ordem social.	DELINST	Realizar trabalhos de inteligência policial, inclusive com integração junto a outros órgãos, com o intuito de prevenir e reprimir essa prática delituosa.	Parcial	Devido a falta de policiais especializado nesta área as ações foram realizadas parcialmente
71/2008	Realizar operações policiais visando o combate ao trabalho escravo.	Apurar infrações penais com o intuito de combater repressivamente essa prática delituosa.	DELINST	Planejar e executar operações junto a outros órgãos, tais como o Ministério do Trabalho, com o objetivo de empreender forte prevenção e repressão a esses delitos.	Não	Houve esporadicamente algumas operações em conjunto com o Ministério do Trabalho com resultados positivos
72/2008	Realizar operações policiais visando a repressão a crimes contra comunidades indígenas.	Proteção à comunidade indígena	DELINST	Elaborar planos de ação, conjuntamente com a FUNAI visando o combate a esses delitos.	Não	Não houve manifestação da FUNAI para elaboração de ações combativas em conjunto com a Polícia Federal
73/2008	Divulgar a necessidade da renovação de registros de armas de fogo junto aos meios de comunicação.	Atender o que preconiza a Medida Provisória nº 417, de 31.01.08	DELINST	Efetivar a renovação de registro até o dia 31.12.2008	Sim	Meta plenamente atingida com a realização da Operação Caça Legal cujo objetivo foi a interiorização de registros de armas de fogo.
74/2008	Prestar o apoio necessário a DPF/CZS/AC e a DPF/EPA/AC, na expedição de registro de arma categoria "caçador de subsistência"	Demanda muito grande de solicitações de registro de arma de fogo de moradores em área rural e de ribeirinhos.	DELINST	Deslocamento de equipe de policiais aos lugares mais distantes das unidades da Polícia Federal	Sim	O apoio ocorreu com a operação caça Legal Fase I e fase IV, no Município de Cruzeiro do Sul, bem como o atendimento na DPF/EPA/AC, referente a registros de armas de fogo, classificados na categoria caçador de subsistência.





**NIP/SR/DPF/AC**

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
94/2008	Planejar, coordenar e executar Operações de Inteligência nas regiões que compreendem os vales dos rios Acre, Purus e Juruá.	Subsidiar os centros de decisões da Regional/DPF/AC, e suas subunidades, com informações que possibilitem uma efetiva repressão aos crimes de competência do DPF.	NIP	Planejar, Coordenar e Executar.	Sim	As ações de inteligência desenvolvidas nestas regiões possibilitaram a produção de conhecimento que possibilitou uma efetiva atuação do DPF, em particular a de repressão ao tráfico de drogas.
95/2008	Estabelecer ações de controle de aeronaves e embarcações na área circunscricional da Regional/DPF/AC	Embarcações e aeronaves são constantemente utilizadas no transporte de entorpecentes e no tráfico de animais silvestres, havendo a necessidade de fiscalizar e controlar estes meios de transportes, como forma de melhor reprimir tais delitos.	NIP	Planejamento e Execução.	Sim	O monitoramento de embarcações e aeronaves suspeitas permite um melhor desempenho na repressão ao tráfico de drogas.
96/2008	Realizar as ações de inteligência policial em apoio ao combate às organizações criminosas transnacionais.	Subsidiar às Delegacia Especializadas e Descentralizadas com informações que possibilitem suas efetivas atuações na prevenção e repressão aos crimes afetos as suas atividades.	NIP	Execução para efetivar a meta.	Parcial	A busca do conhecimento para subsidiar as ações policiais foram focadas para o maior problema ocorrente na região, no caso o tráfico de drogas. Questões como biopirataria e tráfico de pessoas ficaram num segundo plano.
97/2008	Realizar operações de inteligência policial necessárias à produção de conhecimento de caráter estratégico.	Subsidiar os centros de decisões da Regional/DPF/AC.	NIP	Planejamento e Execução.	Sim	A produção de conhecimento para o processo decisório foi satisfatório, pois possibilitou ações rápidas de controle e neutralização de ações adversas.
98/2008	Fazer gestão junto a DINT/DIP para treinar e reciclar o pessoal lotada na área de inteligência policial.	Necessidade de manter o pessoal da área de inteligência policial permanentemente treinado.	NIP	Gestão.	Sim	A DINT/DIP treinou e reciclou todos os servidores da atividade de inteligência policial lotados na circunscrição da SR/DPF/AC.



**DPFCZS/AC**

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
31/2008	Priorizar a ação de Polícia Judiciária no combate ao crime organizado, notadamente na repressão aos desvios de verbas públicas, lavagem de dinheiro, crimes ambientais e tráfico de drogas.	Desarticular associações criminosas em atuação na região.	DPF/CZS/AC	Desenvolver operações policiais de combate às infrações penais correlatas nos municípios da circunscrição desta descentralizada.	Sim	Foram instaurados 119 (cento e dezenove) Inquéritos Policiais nesta unidade descentralizada, o que representa um aumento significativo em relação ao ano anterior, quando foram instaurados 76 (setenta e seis) procedimentos investigatórios. Com relação à repressão ao tráfico de drogas, foram apreendidos pela DPF/CZS/AC cerca de 80 kg (oitenta quilos) de pasta-base de cocaína durante o ano de 2008, o que resultou na prisão de cerca de 14 (catorze) pessoas. Houve também um acréscimo na articulação e execução de operações policiais com o fim de reprimir desvios de verba pública federal, com destaque à Operação Porto, a qual se desencadeou nos municípios de Cruzeiro do Sul e Porto Walter. Com relação aos ilícitos eleitorais, esta unidade realizou diversas diligências com o fim de garantir a lisura do pleito, como, por exemplo, a apreensão ad cautelam de diversas mercadorias adquiridas com o dinheiro público que seriam distribuídas irregularmente aos cidadãos dos municípios de Porto Walter e Marechal Thaumaturgo. No tocante aos ilícitos ambientais, a atuação desta descentralizada, em conjunto com o IBAMA, resultou na apreensão de grandes quantidades de produtos da fauna e da flora explorados ilegalmente, ocasionando a instauração de mais de 80 (oitenta) Termos Circunstanciados e aproximadamente 10 (dez) IPL'S.
32/2008	Patrolhar, com o apoio de órgãos ambientais e órgãos da segurança pública estadual, a área fronteira com o Peru, mormente o Parque Nacional da Serra do Divisor.	Reprimir o cometimento de crimes ambientais e a presença estrangeira irregular em território nacional.	DPF/CZS/AC	De acordo com respectivo planejamento operacional.	Sim	Avaliação do resultado (atingimento ou não) da meta: Foram realizadas diversas missões de monitoramento e repressão aos crimes contra o meio ambiente na circunscrição da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul, notadamente no Parque Nacional da Serra do Divisor, tanto via aérea quanto fluvial. Com relação ao deslocamento aéreo trabalhamos em conjunto com o IBAMA. As infrações penais detectadas foram reprimidas de modo pontual, com a prisão em flagrante dos autores e apreensão dos instrumentos e proveito do crime.
33/2008	Incrementar a fiscalização das vias de comunicação terrestres e fluviais existentes na circunscrição da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul.	Intensificar o controle do tráfego de pessoas e mercadorias em áreas de diminuta presença do Estado com o fim de prevenir e reprimir o cometimento de infrações penais.	DPF/CZS/AC	Incursões terrestres e fluviais periódicas em toda a área circunscricional desta descentralizada, de acordo com a determinação das Autoridades Policiais responsáveis.	Sim	Foram realizadas inúmeras barreiras policiais, tanto terrestres quanto fluviais, nas vias de acesso aos municípios da circunscrição de Cruzeiro do Sul e toda a região do Alto Juruá, com o fim de coibir o cometimento de ilícitos penais, notadamente o tráfico de drogas e crimes ambientais.



Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
34/2008	Realizar fiscalizações em empresas que utilizam produtos químicos controlados nos municípios da circunscrição da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul.	Controlar e prevenir a utilização e desvio de produtos químicos para a produção de substâncias entorpecentes.	DPF/CZS/AC	Consolidar a atuação da comissão de fiscalização de produtos químicos controlados desta descentralizada.	Não	Em virtude do aumento da demanda de trabalho em outras áreas de atuação da Polícia Federal (registros de arma de fogo, segurança privada, imigração), bem como do reduzido efetivo policial, não houve fiscalização de empresas que utilizam produtos químicos durante o ano de 2008.
35/2008	Realizar fiscalizações na área de segurança privada nos municípios da circunscrição da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul.	Fiscalizar as medidas de segurança adotadas pelas empresas com o fim de prevenir problemas concernentes à segurança privada.	DPF/CZS/AC	Constituir a comissão de fiscalização de segurança privada desta descentralizada.	Sim	No ano de 2008 foi constituída a Comissão de Vistoria na DPF/CZS/AC, através da qual foram realizadas diversas fiscalizações na área de segurança privada, nas agências bancárias em todas as cidades pertencentes à circunscrição desta unidade. Além disso, estão em andamento algumas autorizações de funcionamento, via GESP/PGD, de empresas de segurança privada.
36/2008	Registrar armas de fogo de cidadãos residentes na área da circunscrição desta Delegacia, com a expedição do respectivo registro, bem como registro e porte na categoria caçador de subsistência nesta própria unidade.	Legalizar as armas de fogo em posse dos cidadãos que não estejam registradas na Polícia Federal.	DPF/CZS/AC	Expedir registros de arma de fogo, bem como registros e portes na categoria caçador de subsistência na própria unidade com o fim de otimizar os trabalhos desenvolvidos e agilizar o atendimento à população.	Sim	No ano de 2008 foi descentralizado o registro de armas de fogo para esta Delegacia de Polícia Federal. Até a data de 28 de novembro de 2008, esta unidade emitiu de 4.089 (quatro mil e oitenta e nove) registros de arma de fogo, sendo a maioria para a categoria caçador de subsistência. Também foram articuladas operações policiais, terrestres e fluviais visando atender as localidades da zona rural da circunscrição desta DPF/CZS/AC, no Alto e Baixo Juruá, áreas de difícil acesso.
37/2008	Implantar a modernização da fiscalização do tráfego de pessoas e mercadorias no Aeroporto de Cruzeiro do Sul.	Exercer as funções de polícia marítima aeroportuária e de fronteiras.	DPF/CZS/AC	Implantar o novo STI e utilizar máquinas raios-X no aeroporto com o fim de identificar o transporte de produtos ilícitos.	Parcial	No ano de 2008 tivemos plantão policial permanente no Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul/AC, havendo uma constante fiscalização no tráfego de pessoas e de mercadorias. Com a inauguração do novo terminal de passageiros, o aparelho de raios-X de bagagens será colocado em funcionamento.
92/2008	Implantar a modernização da fiscalização do tráfego internacional terrestre em Cruzeiro do Sul.	Fiscalizar com eficiência o tráfego internacional e agilizar o atendimento aos estrangeiros.	DPF/CZS/AC	Criar e implantar uma nova metodologia para melhorar a fiscalização do tráfego internacional terrestre.	Sim	Na DPF/CZS/AC já está em pleno funcionamento, desde o mês de agosto/2008, o STI/PROMASP, tendo sido verificado uma agilização no controle fiscalizatório de estrangeiros. É importante ressaltar que foram atualizados os seguintes pontos de migração: aérea, código 006, (Aeroporto de Cruzeiro do Sul); terrestre, código 012, (na própria DPF/CZS/AC); e fluvial, código 013, (durante as fiscalizações fluviais ou quando informado pelos estrangeiros na própria DPF/CZS/AC).

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
93/2008	Implantar a modernização da fiscalização do tráfego internacional no aeroporto de Cruzeiro do Sul/AC	Fiscalizar com maior eficácia o tráfego internacional e agilizar o atendimento aos estrangeiros quando de sua entrada/saída.	DPF/CZS/AC	Instalar equip. do PROMASP no Aeroporto de Cruzeiro do Sul/AC	Parcial	Só temos um equipamento STI/PROMASP que está localizado na própria DPF/CZS/AC e, o aeroporto esteve durante o ano de 2008 em constante reforma, não ocorrendo o tráfego internacional. A inauguração do novo terminal de passageiros está prevista para o mês de dezembro desse ano.

### DPFEPA/AC

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
86/2008	Dar continuidade à repressão ao narcotráfico, porém de forma mais intensa e racional, considerando a recente lotação de novos policiais e a perspectiva de maior estrutura material e de inteligência policial.	Aumentar as ações, já que o Acre é considerado uma das principais portas de entrada de drogas destinadas ao território nacional e ao exterior, vindo da Bolívia e do Peru.	DPF/EPA/AC	Lotação de mais policiais e instalação de avançado sistema de inteligência.	Sim	Apesar de terem aumentado as apreensões, elas ainda são extremamente pírias diante da enorme quantidade de droga que passa, conforme sabe-se de informantes. Ainda há muito espaço para avançar, se houver os investimentos adequados em recursos materiais e principalmente humanos. Com absoluta certeza, os trabalhos da delegacia foram prejudicados devido à necessidade de desviar policiais da atividade-fim, prejudicando os serviços desta circunscrição, vejamos: de pronto já se perde 04 policiais para o plantão, depois menos 04 que são cedidos sempre para missões permanentes em outras localidades, menos 02 que fazem serviços internos e administrativos, por fim, menos os que saem de férias e licenças médicas. Como parâmetro, utilizou-se o número de apreensões ocorridas em 2007.
87/2008	Mapear e flagrar situações delitivas contra o meio-ambiente, especialmente contra a flora, já que a floresta é a base da vida silvestre e pressuposto para poder ocorrer outros tipos de delitos tais como biopirataria e crimes contra a fauna.	Repressão aos crimes de desmatamento ilegal principalmente.	DPF/EPA/AC	Atuar em conjunto com o IBAMA.	Não	Na escolha de prioridades, o meio-ambiente foi preterido em favor do precário combate ao narcotráfico, apesar de neste final de ano ter começado uma ação conjunta com o IBAMA, Operação Resex-legal, para apoiar a fiscalização na Reserva Chico Mendes e instaurar inquéritos decorrentes dessas fiscalizações.





Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
88/2008	Estabelecer padrões de maior rigor na verificação realizada pelo serviço de imigração do plantão. Para tanto, executar reuniões e debates rotineiros sobre as experiências de sucesso e fracasso diários.	Fiscalização interna e externa objetivando evitar a entrada e a permanência ilegal de estrangeiros.	DPF/EPA/AC	A meta é mais comportamental do que física.	Sim	A conduta e fiscalização no plantão tem melhorado substancialmente e tornado-se mais ativa. A verificação foi realizada a partir do acompanhamento diário de como esteve o controle migratório no plantão.
89/2008	Acrescentar novo modelo de repressão ao descaminho através de investigações sustentadas também no serviço de inteligência policial, sem abandonar as tradicionais barreiras na estrada junto com a Receita Federal.	Principalmente a proteção dos interesses da indústria e do trabalho nacionais.	DPF/EPA/AC	Estabelecer operações ostensivas e investigativas em conjunto com a Receita Federal.	Não	Na escolha de prioridades, a repressão ao descaminho foi preterida em favor do precário combate ao narcotráfico. Como parâmetro, utilizou-se o número de ações implementadas em 2006.
90/2008	Cadastrar e organizar hotéis e hóspedes em um sistema informatizado que possa ser utilizado de forma a dar racionalidade e utilidade às informações inseridas.	Necessidade de ter informações que dêem suporte às investigações de combate ao narcotráfico.	DPF/EPA/AC	Visitas diárias aos hotéis e pousadas para cadastro.	Não	Não foi atingida a meta, mais uma vez em razão do problema da ausência dos recursos humanos aqui lotados, o que impossibilitou a fixação da missão para determinados policiais, ou seja, era de todo mundo e acabou não sendo de ninguém, pois a responsabilidade não era fixada devido à alta rotatividade dos policiais.
91/2008	Cadastrar e organizar os veículos táxi, seus proprietários e os motoristas em um sistema informatizado de forma a subsidiar as investigações sobre o narcotráfico e o descaminho.	Necessidade de ter informações que dêem suporte às investigações de combate ao narcotráfico.	DPF/EPA/AC	Cadastramento dos taxistas em seus pontos e em barreiras nas estradas.	Não	Não foi atingida a meta, mais uma vez em razão do problema da ausência dos recursos humanos aqui lotados, o que impossibilitou a fixação da missão para determinados policiais, ou seja, era de todo mundo e acabou não sendo de ninguém, pois a responsabilidade não era fixada devido à alta rotatividade dos policiais.

## 2.6. EVOLUÇÃO DOS GASTOS GERAIS

### 2.6.1. POR PROJETO/ATIVIDADE - PROGRAMA

Órgão: 30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
 Órgão da UG Executora: 30108 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
 Unidade Gestora: 200380 SUPERINTENDÊNCIA REG. DPF POLÍCIA FEDERAL – AC  
 Gestão: 0001 TESOIRO

	Projeto/Atividade	Programa	Exercício 2007	Exercício 2008
2000/0001	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	4.234.215,29	4.970.739,01
11P8/0001	IMPLANTAÇÃO DOS CEPOM E DOS NEPOM	1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	0,00	38.581,25
8375/0001	CAMPANHA DO DESARMAMENTO	1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	0,00	8.600,00
1F65/0001	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA E DE SISTEMAS VITAIS DE SUPOR	1127 – SISTEMA ÚNICO DE SERGURANÇA PÚBLICA	389.830,04	0,00
8545/0001	APOIO A REPRESSÃO QUALIFICADA	1127 – SISTEMA ÚNICO DE SERGURANÇA PÚBLICA	181.334,70	0,00
	<b>TOTAL</b>		<b>4.805.380,03</b>	<b>5.017.920,26</b>

Órgão: 30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
 Órgão da UG Executora: 30909 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
 Unidade Gestora: 200381 SUPERINTENDÊNCIA REG. DPF POLÍCIA FEDERAL – AC  
 Gestão: 0001 TESOIRO

	Projeto/Atividade	Programa	Exercício 2007	Exercício 2008
8236/0001	APOIO A PROJETOS DE INTERESSE DO SISTEMA NACIONAL ANTIDROGAS	0665 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	0,00	39.216,00
2000/0001	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	11.723,00
2679/0001	FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PRECURSORES QUÍMICOS	0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	268.123,92	329.294,98
4572/0001	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	0,00	17.739,00
2726/0001	PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO	0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	933.110,49	1.475.320,28
2720/0001	AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA	0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMINALIDADE	29.813,80	47.622,21
2662/0001	CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	8.060,00	0,00
			0,00	0,00
1899/0001	REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEGMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO (PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA)	1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	24.489,99	50.712,86
8980/0001	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	0,00	131.833,45
5022/0101	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ACRE	1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	177.877,29	18.664,75
1178/0001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES	1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	93.223,00	0,00
1B36/0001	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES	1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	39.073,55	0,00
7081/0001	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DAS BASES OPERACIONAIS DO DPF	1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	185.321,84	0,00
	<b>TOTAL</b>		<b>1.759.093,88</b>	<b>2.122.126,53</b>



## 2.6.2. DESPESAS EXECUTADAS

ORDEM	NATUREZA DA DESPESA DETALHADA		2006	2007	2008
1.	33901414	DIARIAS NO PAÍS	998.606,10	1.796.968,50	1.785.907,00
2.	33903301	PASSAGENS PARA O PAÍS	287.901,58	296.418,64	586.737,01
2.1	33903602	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAÍS	6.578,98	4.700,98	38.727,52
<b>3.</b>	<b>SERVIÇOS TERCEIRIZADOS</b>				
3.1	33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	214.286,79	221.715,50	280.829,89
3.2	33903003	COMBUSTIVEIS E LUBRIF. P/ OUTRAS FINALIDADES	0,00	30,00	0,00
3.3	33903024	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS	3.494,06	878,39	32.659,31
3.4	33903615	LOCACAO DE IMOVEIS	36.166,67	77.000,00	86.480,80
3.5	33903618	MANUTENCAO E CONSERV. DE EQUIPAMENTOS	370,00	300,00	0,00
3.6	33903622	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	1.700,00	4.205,00	14.180,00
3.7	33903625	SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO	1.625,00	0,00	2.720,00
3.8	33903702	LIMPEZA E CONSERVACAO	121.989,96	140.556,86	200.338,11
3.9	33903703	VIGILANCIA OSTENSIVA	396.592,36	418.193,49	566.469,00
3.10	33903910	LOCACAO DE IMOVEIS	2.000,00	0,00	8.440,00
3.11	33903912	LOCACAO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	0,00	0,00
3.12	33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	8.348,80	11.002,00	77.612,76
3.13	33903917	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	48.250,00	52.378,40	55.216,11
3.14	33903943	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	204.501,81	251.069,35	344.786,16
3.15	33903944	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	15.124,60	14.551,16	21.120,61
3.16	33903947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	16.872,94	27.076,96	47.361,94
3.17	33903957	SERVICOS DE PROC. DE DADOS	114.400,00	114.940,00	90.215,31
<b>3.18</b>	33903958	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	235.305,47	162.227,75	333.139,31
3.19	33903983	SERVICOS DE CÓPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	34.877,50	34.787,50	74.560,55
3.20	33903995	MANUT. CONS. EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	695,00	0,00	0,00
4.		CARTÃO CORPORATIVO	0,00	5.140,00	178.643,21
<b>TOTAL</b>			<b>2.749.687,62</b>	<b>3.634.140,48</b>	<b>4.826.144,60</b>



### 2.6.3. CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO, SERVIÇOS E AQUISIÇÕES EM GERAL (LICITAÇÕES E ADESÕES DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)

ITEM	Nº DO CONTRATO	OBJETO	2006	2007	2008
01	-	Aquisição de nobreak 5 kVA – Ata SRP 20/2008 – Fundação Universidade de Brasília. <b>SMS TECNOLOGIA ELETRÔNICA LTDA</b>	-	-	8.600,00
02	-	Aquisição de pneus – Pregão Eletrônico SRP 20/2008 – Órgão Participante: <b>LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA</b> <b>JAPURÁ PNEUS LTDA</b> <b>MELO DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA</b> <b>PEMAZA S/A</b> <b>PONTUAL PNEUS E PEÇAS LTDA-ME</b>	-	92.866,05	159.798,80
03	-	Aquisição de cartuchos – Pregão Eletrônico SRP 11/2008 <b>GRBS- COMÉRCIO E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA</b> <b>J M D DOS ANJOS CARTUCHOS – ME</b> <b>M.C.G. AGUIAR – CARTUCHOS – ME</b> <b>PORT. DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA</b> <b>BRASIL LASER JET – INFORMÁTICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO</b> <b>FELLIPE RIQUETTO DE SOUZA ETIQUETAS/</b> <b>M.A. BENKO</b> <b>F.M. MATOS SUPRIMENTOS EPP</b> <b>PARIS – INFORMÁTICA LTDA ME</b> <b>A.L. DE OLIVEIRA ARNOLDI – ME</b> <b>VIVALDO CUNHA DIAS JUNIOR</b> <b>RHYTO COM. E SERV. DE INFORMÁTICA LTDA – EPP.</b>	-	62.787,08	71.111,41
04	-	Aquisição de materiais de expedientes – Pregão Eletrônico SRP 10/2008 <b>IKA SUPRIMENTOS DE ESCRITÓRIOS E INFORMÁTICA LTDA</b> <b>LEONORA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA/</b> <b>ARNALDO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES/</b> <b>CALURINO FERRAZ MIRANDA/</b> <b>MOURA &amp; CIA LTDA/</b> <b>MARILENE SOARES COTA/</b> <b>JAC DO BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA EPP/</b> <b>AÇÃO COMERCIAL DE PAPÉIS LTDA – ME/ FELLIPE RIQUETTO DE SOUZA ETIQUETAS – ME/</b> <b>ÊXITO MONTAGENS &amp; COMÉRCIO LTDA</b>	-	63.799,45	1.222.810,65
05	-	Aquisição de materiais permanentes – Pregão Eletrônico SRP 16/2008 <b>MAXIMA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA/</b> <b>SCHIEBER MAQUINAS LTDA – EPP/</b> <b>FERRARI &amp; CIA LTDA – EPP/</b> <b>GEOPEX MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – ME/</b> <b>ZANTARA UTILIDADES DOMÉSTICAS E PRESENTES LTDA – ME/</b> <b>TROPICAL TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – EPP/</b> <b>DIGISERVI – TRADING LTDA/</b> <b>DUPOLEN INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME/</b> <b>I A NEVES ME/</b> <b>F ARAUJO DA ROCHA – ME/</b> <b>CUBA DISTRIBUIDORA LTDA</b>	-	463.335,94	340.913,04
06	-	Aquisição de Ar condicionado split – Adesão da Ata SRP nº 08/2007 – 7º BEC	-	-	11.427,00





ITEM	Nº DO CONTRATO	OBJETO	2006	2007	2008
07	-	Contratação de empresa para prestação do serviço de transporte de mobiliários. Pregão Eletrônico SRP 14/2008. <b>QUAVIS TRANSPORTES MODERNOS LTDA</b>	-	-	25.651,00
08	09/2004	Contratação de empresa para prestação do serviço de transporte de malotes. <b>ECT – CORREIOS</b>	-	20.000,00	18.000,00
09	03/2006	Contratação de empresa para prestação do serviço de limpeza e conservação .(SR;ANEXO;DELEMIG;DPF/EPA e DPF/CZS). <b>E.J.C. DO NASCIMENTO</b>	121.989,96	140.556,86	161.026,68
10	11/2006	Locação de prédio para funcionamento da área administrativa. <b>ROSYANE BARREIROS ALMEIDA</b>	36.166,67	77.000,00	86.170,70
11	13/2006	Contratação de empresa para prestação do serviço de publicidade legal. <b>RADIOBRÁS</b>	12.000,00	12.000,00	12.000,00
12	14/2006	Contratação de empresa de especializada em manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças de aparelhos condicionadores de ar da DPF/CZS/SR/DPF/AC. <b>E.T.SANTOS-ME</b>	-	25.170,00	25.170,00
13	05/2007	Contratação de empresa para prestação do serviço de copeiragem. <b>MICROLINE INF. LTDA</b>	-	88.794,00	98.076,31
14	08/2007	Contratação de mão-de-obra terceirizada de serviço de telefonistas. <b>FOCCUS ADM. DE SERV. LTDA</b>	-	140.457,60	175.962,25
15	09/2007	Contratação de prestação de serviços postais e telemáticos convencionais, adicionais, nas modalidades nacional e internacional, carga de máquina de franquear, bem como a venda de produtos postais. <b>ECT – CORREIOS</b>	-	20.000,00	20.000,00
16	10/2007	Contratação de empresa para fornecimento de energia elétrica para esta SR/DPF/AC e unidades descentralizadas. <b>ELETROACRE</b>	-	300.000,00	124.442,48
17	11/2007	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar, com fornecimento de peças para SR/DPF/AC. <b>TEKIOS ENG. E REPRES. LTDA</b>	-	71.198,50	112.732,60
18	12/2007	Contratação de empresa para fornecimento de água e a coleta de esgotos sanitários para os próprios da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre. <b>DEAS – DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ÁGUA E SANEAMENTO</b>	-	12.300,00	5.310,57
19	13/2007	Contratação de empresa para fornecimento de água e a coleta de esgotos sanitários da Sede da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre. <b>SAERB</b>	-	15.000,00	10.301,08
20	19/2007	Contratação de empresa para Prestação de serviços de telecomunicações, por meio de transmissão de voz de SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO, nas modalidades LOCAL, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL INTRA-REGIONAL E INTER-REGIONAL e de LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL. <b>BRASIL TELECOM</b>	-	27.123,49	316.094,40
21	20/2007	Contratação de empresa especializada em serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, para as viaturas nacionais e importadas, do acervo patrimonial da Delegacia Regional do Departamento de Polícia Federal em Epitaciolândia/AC. <b>RAIMUNDA MARIA DA SILVA –ME</b>	-	86.400,00	124.400,00
22	01/2008	Contratação de empresa para prestação do serviço de digitação visando atender as necessidades da SR/DPF/AC. <b>FOCCUS ADM. DE SERV. LTDA</b>	-	-	101.798,65
23	02/2008	Contratação de empresa para prestação de serviço de vigilância armada visando atender a SR/DPF/AC e suas Unidades Descentralizadas.	-	-	566.467,00

ITEM	Nº DO CONTRATO	OBJETO	2006	2007	2008
		<b>NORSERGEL – VIG. E TRANSPORTES</b>			
24	03/2008	Contratação de empresa para fornecimento de bilhetes de passagens aéreas e terrestres. <b>LE SOLEIL TURISMO LTDA</b>	-	-	477.391,23
25	04/2008	Contratação de empresa fornecimento, instalação, treinamento e assistência técnica durante o período de garantia, de equipamentos de comunicação de voz híbrida (contemplam em suas funcionalidades telefonia convencional digital e analógica e ainda telefonia IP) incluindo : sistemas de bilhetagem, de tarifação, de gerenciamento e garantia para constituição da rede corporativa de telefonia. <b>SIEMENS LTDA</b>	-	-	93.377,00
26	05/2008	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de recepção, mensageria e suporte de rede, visando atender as necessidades da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre e de suas Unidades Descentralizadas. <b>EVOLUTION ADM. DE SERV. LTDA</b>	-	-	83.453,01
27	06/2008	Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis (gasolina, álcool e diesel), na forma parcelada, em posto de abastecimento próprio, com vistas ao atendimento das necessidades referentes ao abastecimento dos veículos automotores oficiais e apreendidos, incluindo viaturas, barcos e gerador de energia, pertencentes ou sob a responsabilidade da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre. <b>FARHAT &amp; FARHAT LTDA</b>	-	-	188.528,75
28	07/2008	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços contínuos de apoio técnico especializado nas funções de administrador de Rede e técnico de suporte, para atender as necessidades das Operações PEBRA e BRABO sob o comando da Coordenação de Operações Especiais de Fronteira – COESF/DPF/DF, a serem executados conforme especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico SRP 006/2007 – SR/DPF/RO e seus Anexos. <b>ELETROPORTO SERV. LTDA-ME</b>	-	-	229.200,00
29	08/2008	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e Álcool) em rede de postos credenciados através de sistema (Software) integrado para a captura eletrônica de dados a fim de atender a frota da SR/DPF/AC e de suas Unidades Descentralizadas, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico n. 01/2008 da SR/DPF/RJ e seus Anexos. <b>TICKET SERVIÇOS S/A</b>	-	-	306.770,82
30	09/2008	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reprografia, com locação de 06 (seis) máquinas copiadoras em preto e branco, <b>novas (sem uso)</b> , incluindo o fornecimento de todo material de consumo necessário à execução dos serviços, bem como a prestação de assistência técnica, manutenção corretiva e preventiva, com conservação e reposição de peças. <b>R. FIGUEIREDO DA SILVA COMÉRIO</b>	-	-	28.465,28
31	10/2008	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de recepção e mensageria, visando atender as necessidades da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre e de suas Unidades Descentralizadas. <b>VISA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA</b>	-	-	104.733,30
32	11/2008	Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, para as viaturas nacionais e importadas, do acervo patrimonial da Delegacia Regional do Departamento de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul/AC. <b>NEYLSON SOUZA VASCONCELOS - ME</b>	-	-	51.570,00
33	12/2008	Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de <b>guincho, manutenção preventiva e corretiva</b> , para as viaturas nacionais e importadas, do acervo patrimonial da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre bem como das viaturas em missão pela região e apreendidas, enquanto estiverem sob a responsabilidade desta Instituição, durante o exercício de 2008. <b>RAIMUNDA MARIA DA SILVA – ME</b>	-	-	91.440,00
34	13/2008	Contratação de empresa especializada para <b>fornecimento de peças</b> , para as viaturas nacionais e	-	-	123.500,00

ITEM	Nº DO CONTRATO	OBJETO	2006	2007	2008
		importadas, do acervo patrimonial da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre bem como das viaturas em missão pela região e apreendidas, enquanto estiverem sob a responsabilidade desta Instituição, durante o exercício de 2008. <b>MAQPEÇAS – MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.</b>			
35	14/2008	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Limpeza e Conservação, visando atender as necessidades das Operações BRABO e PEBRA, sob o comando da Coordenação de Operações Especiais de Fronteira – COESF/DPF/DF <b>ENGENHACRE LTDA</b>	-	-	112.850,10
36	15/2008	Contratação de empresa para fornecimento de mão-de-obra terceirizada na função de marinheiro fluvial de convés com comando e praticagem, visando atender as necessidades das Operações BRABO e PEBRA, sob o comando da Coordenação de Operações Especiais de Fronteira – COESF/DPF/DF. <b>ENGENHACRE LTDA</b>	-	-	121.960,11
37	16/2008	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de suporte de rede, visando atender as necessidades da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre e de suas Unidades Descentralizadas. <b>VISA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA</b>	-	-	112.850,10
38	17/2008	Contratação de empresa especializada em construção civil para execução total da obra de reforma e Recuperação do Setor Técnico Científico – SETEC da Superintendência Regional de Polícia Federal do Acre. <b>SOBRECIL CONSTRUÇÃO, COM. E REPRESENTAÇÃO LTDA</b>	-	-	33.811,99
39	18/2008	Contratação de EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMISSÃO DE BILHETE DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL ATRAVÉS DE RESERVAS, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E PTAs - "Pret-Paid Ticket" (Código da passagem que já foi paga, mas não retirada), para serem utilizados pelos servidores da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre e suas unidades descentralizadas, através do maior desconto percentual (%) sobre o volume total de vendas – (DESCONTO FIXO) <b>VIAJE AG. DE VIAGENS E TURISMO LTDA</b>	-	-	92.620,00
40	20/2008	Contratação de empresa especializada em serviços elétricos para execução total da obra de reforma e Recuperação da Parte Elétrica da Delegacia de Polícia Federal de Cruzeiro do Sul – DPF/CZS/AC. <b>PINVEX PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA</b>			42.354,14
41	21/2008	Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, compreendendo serviços mecânicos em geral, elétricos, com fornecimento de peças e acessórios, os veículos caminhonetes L-200, adquiridas pela Superintendência do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre, mediante Adesão de Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico 178/2007 - DENIT. <b>AGRO NORTE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA</b>	-	-	14.978,80
42	22/2008	Contratação é a prestação de serviços de marcação, remarcação e emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como, de passagens rodoviárias, para atender Unidades da Polícia Federal, com vistas a propiciar o deslocamento dos Servidores lotados nas Unidades do Órgão, quando da necessidade de cumprimento de ordens de missões policiais e ou administrativas – Órgão Participante de SRP. <b>CAPRI TURISMO LTDA</b>	-	-	22.919,56
43	23/2008	Contratação de empresa especializada em serviços de construção civil para execução total da obra <b>CONSTRUÇÃO DO MURO EM TORNO DA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL DE ÉPITACIOLÂNDIA DPF/EPA/AC</b> , compreendendo a construção do muro, a fabricação e instalação de portões além da construção de um sistema de drenagem de águas pluviais <b>SOBRECIL CONST., COM. E REPRESENTAÇÃO LTDA</b>	-	-	131.833,45

### 3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

### 4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores por ano de inscrição no Siafi

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS NÃO- PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	197.718,81	14.595,84	183.122,97	-
2007	1.912.120,96	437.861,87	1.291.136,12	-
2008	995.397,27	-	577.204,11	418.193,16
Total	3.105.237,04	452.457,71	2.051.463,20	418.193,16

### 5. Demonstrativo de Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

### 6. Previdência Complementar Patrocinada

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

### 7. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

### 8. Renúncia Tributária

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

### 9. Declaração Sobre a Regularidade dos Beneficiários Diretos de Renúncia

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

### 10. Operações de Fundos

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

## 11. Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

### 11.1. NATUREZA E LIMITES

NATUREZA DOS GASTOS PERMITIDOS		
3390.30 – Consumo	3390.36 – Pessoa física	3390.39 – Pessoa jurídica
78.340,10	52.885,00	47.418,11
LIMITES CONCEDIDOS A CADA PORTADOR		
PORTADOR	LIMITE R\$	
LUCILO JORGE FILHO	64.000,00	
ALISSON SABARENSE DA COSTA	74.000,00	
CÉZAR SILVINO GOMES	3.675,00	
PAULO EDUARDO RIBEIRO DE BRITO	11.000,00	
ALEXANDER IWANOW DE BARROS	25.000,00	
FERNANDO PINHEIRO ALVES	10.000,00	
MAURÍCIO PINHEIRO SOARES	12.000,00	
RAFAEL BONA DUTRA	22.000,00	
ALISSON CARLOS FERNANDES DA COSTA	4.000,00	
RAILTON CABRAL VIANA	4.000,00	
MARLON KLEIN RAMOS	4.000,00	

### 11.2. HISTÓRICO DE DESPESAS

CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO: SÉRIE HISTÓRICA DAS DESPESAS				
ANO	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	0	0	0	0
2007	02	1.440,00	14	3.700,00
2008	11	37.028,31	123	96.497,00

## 12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

ITEM	DOCUMENTO	RECOMENDAÇÃO/ DETERMINAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS
	ACORDÃO/DECISÃO			
1.7.5	Acórdão 2429/2008 – TCU – Plenário, de 5 de novembro de 2008	As Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal nos Estados do Acre e Pará que regularizem o pagamento dos adicionais de periculosidade ou insalubridade eventualmente suspensos ou devolvidos por conta da não atualização do laudo pericial, caso verificado que haviam sido alteradas as condições de periculosidade ou insalubridade;	Pagamentos regularizados, faltando apenas os exercícios anteriores.	Pagamentos regularizados

## 13. Determinações e recomendações do TCU

Obs: “No exercício de 2008, o Tribunal de Contas da União (TCU) não emanou recomendações.

ITEM	DOCUMENTO	RECOMENDAÇÃO/ DETERMINAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS
	RELATÓRIO DE AUDITORIA			

## 14. Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados no Exercício

Conforme informação prestada pelo chefe do SRH/DPF/AC todos os procedimentos são feitos pelo órgão central.

## 15. Dispensas de Instaurações de TCE e TCE Cujo Envio ao TCU foi dispensado

Não se aplica a esta UJ.

## 16. Informações sobre a Composição de Recursos Humanos

Conforme informação prestada pelo chefe do SRH/DPF/AC todos os procedimentos são feitos pelo órgão central.

## 16.1. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS PELAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

### 16.1.1. SERVIDORES

CATEGORIA	SR/DPF/AC	ANEXO ADMINISTRATIVO	ANEXO DELEMIG	DPF/EPA	DPF/CZS	Total Categoria
DELEGADO	18	0	01	02	04	25
PERITO	11	0	0	0	0	11
AGENTE DE POLÍCIA	70	02	03	24	25	124
ESCRIVÃO	12	01	0	03	05	21
PAPILOSCOPISTA	04	0	0	0	01	05
<b>TOTAL POLICIAIS</b>	<b>115</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>29</b>	<b>35</b>	<b>186</b>
ADMINISTRADOR	0	0	0	0	0	0
ASSISTENTE SOCIAL	0	0	0	0	0	0
CONTADOR	0	0	0	0	0	0
ECONOMISTA	0	0	0	0	0	0
ENFERMEIRO	0	0	0	0	0	0
FARMACÊUTICO	0	0	0	0	0	0
MÉDICO	0	0	0	0	0	0
PSICÓLOGO	0	0	0	0	0	0
AGENTE ADMINISTRATIVO	02	19	0	01	01	23
AGENTE PORTARIA	02	0	0	0	0	02
AGENTE TELECOMUNIC.	0	0	0	0	0	0
ARTÍFICE	02	0	0	0	0	02
AUX. ADMINISTRATIVO	0	0	0	0	0	0
AUX. ENFERMAGEM	02	0	0	0	0	02
AUX. OPERACIONAL	01	0	0	0	0	01
DATILÓGRAFO	02	01	01	0	0	04
MOTORISTA	02	0	0	0	0	02
TÉC. CONTABILIDADE	0	02	0	0	0	02
TELEFONISTA	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL ADMINISTRATIVOS</b>	<b>13</b>	<b>22</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>38</b>
<b>TOTAL POR UNIDADE</b>	<b>128</b>	<b>25</b>	<b>05</b>	<b>30</b>	<b>36</b>	<b>224</b>

**16.1.2. TERCEIRIZADOS**

CARGO	SR/DPF/AC	ANEXO ADMINISTRATIVO	ANEXO DELEMIG	DPF/EPA	DPF/CZS	TOTAL POR CATEGORIA
SERVENTE	05	01	01	02	02	11
COPEIRAS	02	01	01	01	01	06
TELEFONISTAS	02	02	02	02	02	10
DIGITADORES	03	0	01	01	0	05
RECEPCIONISTAS	02	01	01	01	01	06
TÉCNICO DE SUPORTE	02	01	01	01	01	06
MENSAGEIROS	02	01	01	01	01	06
VIGILANTE POSTO DIURNO	03	02	02	02	02	11
VIGILANTE POSTO NOTURNO	03	02	02	02	02	11
<b>TOTAL POR INSTALAÇÃO</b>	<b>24</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL GERAL</b>						<b>72</b>





## 17. Mecanismos de Controle

### 17.1. DEMONSTRATIVO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS - ANEXO A

(item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

**Obs.: “Não ocorreram Tomadas de Contas Especiais durante o período em exame.”**

### 17.2. DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES - ANEXO B

(item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

**Obs.: Informado pela COR que não houve incidência de perdas, extravios ou outras irregularidades no exercício de 2008.**

UNIDADE: Superintendência Regional do DPF no Estado do Acre		
NOME DO RESPONSÁVEL:		CPF:
CARGO:	FUNÇÃO:	MATRÍCULA:
DESCRIÇÃO SUCINTA DA FORMA COMO O FATO IRREGULAR SE DEU:		
DESCRIÇÃO DO OBJETO DA PERDA, EXTRAVIO OU OUTRAS IRREGULARIDADES:		
CRITÉRIO UTILIZADO NA QUANTIFICAÇÃO DO DANO:		
DESCRIÇÃO DO ACORDO FEITO PELA ADMINISTRAÇÃO COM AGENTE RESPONSÁVEL PARA REPARAÇÃO DO DANO:		
VALOR RECOLHIDO:	DATA DO RECOLHIMENTO:	
LOCAL E DATA:	NOME:	ASSINATURA:

### 17.3. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO - ANEXO C

(item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

**Obs.: Já informado no item 17**

## 18. Declaração do Contador Oficial Responsável (Anexo I).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

### DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 - relativos ao exercício financeiro de 2008 refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras 200380 e 200381 – Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Acre.

Este documento foi emitido em consonância com a mensagem SIAFI 2009/0179299 e as Decisões Normativas TCU n.º 93/2008 e 94/2008.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;
- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI; e
- a Setorial de Contabilidade do Departamento de Polícia Federal, considerando o citado nos itens anteriores, registrou no SIAFI no encerramento do exercício de 2008 Conformidade Contábil com restrição da Unidade Gestora 200381 que é objeto de ressalva nesta declaração.

Brasília, 20 de março de 2009.

  
GLADSTON GUIMARÃES NAVES  
Contador – CRC/DF n.º 012534/O-8

## 19. Relatório de Auditoria TCU nº. 208263/2008 (Anexo II).



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS**

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO  
EXERCÍCIO : 2007  
PROCESSO N° : 08220.004371/2008-43  
UNIDADE AUDITADA : SR/DPF/AC  
CÓDIGO UG : 200380  
CIDADE : RIO BRANCO  
RELATÓRIO N° : 208263  
UCI EXECUTORA : 170206

Chefe da CGU-Regional/AC,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 208263, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados na gestão da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal - AC.

**I - ESCOPO DOS EXAMES**

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 03 a 20/03/2008, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames, que contemplaram os seguintes itens:

- AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO, NO TOCANTE À ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE, DOS QUAIS FORAM ANALISADOS 100%;
- QUALIDADE E CONFIABILIDADE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO UTILIZADOS E CONTROLES INTERNOS IMPLEMENTADOS PELA GESTÃO, QUANTO A ADMINISTRAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA, SENDO VERIFICADOS NA TOTALIDADE;
- REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS, ANALISADOS QUANTO A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE EM AMOSTRA DE 50% E NA PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES, NA TOTALIDADE;
- REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, VERIFICADOS PAGAMENTOS DE 10% DA FOLHA;
- CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU, QUANTO A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE, NO TODO;
- CONCESSÃO DE DIÁRIAS, REFERENTES ÀS AÇÕES DO PAN E PARAPAN, VERIFICADAS INTEGRALMENTE;
- SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES, VERIFICADOS AMOSTRALMENTE EM 10% QUANTO ÀS AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO.

## II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Os exames realizados resultaram na identificação das constatações listadas detalhadamente no Anexo- "Demonstrativo das Constatações" e que dão suporte às análises constantes neste Relatório de auditoria.

4. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pelas IN-TCU-47/2004 e 54/2007 e pelas DN-TCU-85/2007 e 88/2007, Anexo XI.

5. Em acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN TCU-85/2007, e em face dos exames realizados, cujos resultados estão consignados no Anexo - "Demonstrativo das Constatações", efetuamos as seguintes análises:

### 5.1 AVAL. DOS RESULTADOS QUANT. E QUALITATIVOS

A DPF/AC não expôs em seu relatório de gestão as metas que lhe foram determinadas por seu Órgão central para cumprimento no exercício de 2007.

Desta forma, não há possibilidade de realizar análise quanto aos resultados quantitativos e qualitativos.

Apesar da Unidade não ter apresentado em seu Relatório de Gestão as metas que lhe foram definidas por seu órgão superior para Cumprimento no exercício de 2007, foi elaborado Plano de Metas interno que demonstra as metas a serem perseguidas pela Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre.

### 5.2 QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES

Os indicadores utilizados para avaliação referem-se somente ao quantitativo de laudos, passaportes e outros emitidos, não se atrelando às metas estabelecidas pelas instâncias superiores.

### 5.3 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Não houve na Unidade, em 2007, transferências e recebimentos de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

### 5.4 REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Verificou-se que a Unidade não executou despesas sem que houvesse previsão orçamentária, durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007.

Os processos foram devidamente instruídos com as peças necessárias exigidas pela Lei 8.666/93.

Houve planejamento adequado nas aquisições, de forma que os procedimentos foram realizadas no momento oportuno e conveniente.

Não houve ações, por parte da Unidade, com o objetivo de parcelar o objeto de suas licitações.

Não foram estabelecidas exigências e executadas atividades que, sem razão técnica e administrativa fundamentada, limitaram a competitividade no processo licitatório.

Os processos licitatórios foram organizados e executados de acordo com as normas técnicas previstas na licitação.

Não foi verificada existência de contratos verbais no âmbito da Unidade. Verificou-se, também, a regularidade na formalização dos termos de contratos celebrados.

A Unidade efetuou a contratação de prestação de serviços postais e telemáticos, e outro de fornecimento de água, por meio

de inexigibilidade de licitação, em conformidade com o art. 25 da Lei nº 8.666/1993.

Verificou-se que há a designação formal de Fiscal de Contratos, para cada contrato firmado, e que os mesmos estão acompanhando a execução e promovendo gestões administrativas necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas avençadas.

Verificou-se que nos contratos e termos aditivos foram observados os prazos estabelecidos, conforme determina a legislação em vigor.

Nos pagamentos das obrigações relativas ao fornecimento de bens e prestação de serviços foram obedecidos, para cada fonte diferenciada de recursos, à estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

#### **5.5 REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

Verificou-se que a unidade necessita de alocação de pessoal por existirem setores com número reduzido de servidores.

#### **5.6 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU**

Em pesquisa realizada no sítio eletrônico do Tribunal de Contas da União, verificou-se que não houve Acórdãos, Decisões ou Recomendações destinadas à Unidade durante o exercício de 2007.

#### **5.7 RECURSOS EXTERNOS/ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

A Unidade, em 2007, não executou projetos e/ou programas financiados com recursos externos e/ou em cooperação com organismos internacionais, pelo que, este item não se aplica à Unidade em análise.

#### **5.8 CONCESSÃO DE DIÁRIAS**

Verificou-se que os deslocamentos em fim de semana Concedidos pela Unidade durante o exercício de 2007 foram efetuados na forma da legislação. Os processos também foram formalizados de acordo com as normas legais.

#### **5.9 SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES**

Não foram identificadas irregularidades/impropriedades na concessão e prestação de contas dos suprimentos de fundos concedidos pela Unidade no exercício de 2007, conforme relatado no item 3.2.3.1 do Anexo - Demonstrativo das Constatações.

#### **5.10 CONSTATAÇÕES QUE RESULTARAM EM DANO AO ERÁRIOO**

As constatações verificadas estão consignadas no Anexo-"Demonstrativo das Constatações", não tendo sido estimada pela equipe ocorrência de dano ao erário.

### **III - CONCLUSÃO**

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria, a partir das constatações levantadas pela equipe, que estão detalhadamente consignadas no Anexo -"Demonstrativo das Constatações"

deste Relatório.

Rio Branco, 15 de Abril de 2008

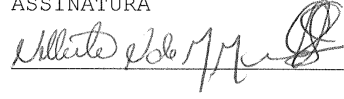
NOME

CARGO

ASSINATURA

NILBERTO NILSON DE MATOS MENDES

TFC



## 20. Certificado de Auditoria nº. 208263/2008 (Anexo III).



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**TOMADA DE CONTAS ANUAL**

CERTIFICADO N° : 208263  
UNIDADE AUDITADA : SR/DPF/AC  
CÓDIGO : 200380  
EXERCÍCIO : 2007  
PROCESSO N° : 08220.004371/2008-43  
CIDADE : RIO BRANCO

**CERTIFICADO DE AUDITORIA**

Foram examinados, quanto à legitimidade e legalidade, os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, praticados no período de 01Jan2007 a 31Dez2007.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram provas nos registros mantidos pelas unidades, bem como a aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria.

3. Em nossa opinião, diante dos exames aplicados, de acordo com o escopo mencionado no parágrafo segundo, consubstanciados no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 208263 considero:

**3.1 REGULAR a gestão dos responsáveis tratados no mencionado Relatório de Auditoria.**

Rio Branco, 15 de Abril de 2008

KAYO ROBERTO VIEIRA

CHEFE DA CONTROLADORIA-REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO ACRE